

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**FUNDAMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA
EPISTEMOLOGIA DA PSICANÁLISE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA A BANCA COMPOSTA PELO
ORIENTADOR JAIME REBELLO (UFRGS)
E POR ERNILDO STEIN (UFRGS) E JOEL BIRMAN (UFRJ)

Analice de Lima Palombini

JUNHO 1996

AGRADECIMENTOS

A Jaime Rebello, pela paciência com que aguardou que este trabalho viesse à luz, pela orientação correta e minuciosa que dedicou ao mesmo e, sobretudo, pelo respeito à diferença de idéias, o que resultou no estímulo ao livre curso de meu pensamento.

A José Luiz Caon, que generosamente escutou minhas indagações, sustentando a transferência necessária à emergência de um saber até então insabido.

A Luís Cláudio Figueiredo, Renato Mezan, Osmyr Gabbi Jr., pela oportunidade do encontro, textos, sugestões e crítica.

A Lisiane Falleiro Vargas, Marta D'Agord, Cristina Fogaça, Luciano Fialkowski, Eduardo Xavier, Sandra Djambolakdjian e Ricardo Stürmer, primeiros leitores, críticos benfazejos, de meu trabalho. A Marta, em especial, pela disponibilidade em conceder bibliografias e conhecimentos.

À Associação Psicanalítica de Porto Alegre, pela oportunidade de levar a debate as idéias aqui contidas. A Mário Fleig e Lucy Fontoura, que se dispuseram à leitura integral da primeira versão deste trabalho por ocasião de tal debate, pelas observações e sugestões valiosas que me foram feitas, as quais, se não puderam ser levadas a termo na sua totalidade, serviram como guia para o acabamento do texto.

FUNDAMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA EPISTEMOLOGIA DA PSICANÁLISE

- **Resumo**

A especificidade do conhecimento psicanalítico aponta dificuldades consideráveis à epistemologia na tarefa de dar conta dos andaimes da construção teórica da psicanálise. Com efeito, a invenção freudiana do inconsciente vem abrir uma fenda no sujeito da consciência, sujeito, justamente, que faz ciência. Tomar a psicanálise pelo discurso da ciência exige, para a ciência, o expurgo dessa porção que cinde o sujeito. A psicanálise, por sua vez, ao tomar como objeto o desejo inconsciente enquanto condição de possibilidade da ação humana, e, portanto, também do discurso científico ou filosófico, situa-se, do ponto de vista desses discursos, como uma metalinguagem. Ao mesmo tempo, ela própria, na medida em que se pretende transmitir, formula-se como um discurso de conhecimento: eis o paradoxo de uma *ciência do inconsciente*. A metapsicologia, *corpo teórico* da disciplina analítica, pressupõe um *método* próprio de elaboração conceitual que permita a formulação do inconsciente no campo da consciência. Isso apenas torna-se possível pelo ultrapassamento do campo fenomenológico, com implicações no que se refere ao caráter da experiência psicanalítica, ao estatuto epistemológico dos seus conceitos e à natureza da sua explicação. São essas implicações que irão estabelecer a distinção entre a psicanálise e as ciências empíricas tradicionais. Se o discurso epistemológico de Freud não enuncia essa distinção, o modo como ele opera na elaboração de sua teoria permite-nos estabelecer as evidências de uma tal diferença. Assim, a partir dos textos de Freud que tratam da justificativa do conceito de inconsciente e da formulação do conceito de pulsão, chegamos aos termos que, em cada uma das questões levantadas, indicam a especificidade epistêmica da psicanálise: a noção de *transferência* no estabelecimento da experiência analítica; o dispositivo da *ficção*, na elaboração dos conceitos; a idéia de *Deutung* enquanto *explicação* interpretativa.

- **Palavras-chaves**

epistemologia - psicanálise - metapsicologia - inconsciente - transferência - ficção - verdade

SUMÁRIO

Introdução	01
1. O estatuto da psicanálise à luz da filosofia	04
<i>positivismo lógico: a psicanálise no campo da observação</i>	05
<i>Karl Popper: a-falseabilidade da psicanálise</i>	10
<i>Thomas Kuhn e a noção de paradigma: psicanálise a-científica</i>	16
<i>Jürgen Habermas e a hermenêutica freudiana</i>	20
<i>Michel Foucault: o saber da psicanálise</i>	27
<i>saber do inconsciente e metapsicologia</i>	31
2. Ciência do inconsciente: o método da metapsicologia	34
<i>a justificação do conceito de inconsciente</i>	34
<i>o papel da experiência</i>	35
<i>inconsciente anímico</i>	38
<i>inconsciente e identidade da consciência</i>	40
<i>a incognoscibilidade do inconsciente</i>	42
<i>o inconsciente como objeto de conhecimento</i>	44
<i>o nascimento da metapsicologia</i>	48
<i>a episteme do conceito</i>	50
<i>o papel da ficção</i>	53
<i>o lugar da alteridade</i>	59
<i>ficção, transferência, explicação</i>	61
3. Três conceitos fundamentais para uma epistemologia da psicanálise	62
<i>o caráter da experiência: transferência</i>	63
<i>o estatuto dos conceitos: ficção</i>	68
<i>a natureza da explicação: Deutung</i>	83
4. O acontecimento da verdade	87
Conclusões	92
Bibliografia	95

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem sua origem nas indagações que acompanharam o início de nossa prática psicanalítica e que nos fizeram voltarmos-nos para a filosofia em busca de respostas: o que pode conferir legitimidade, do ponto de vista da razão, ao ato analítico que tem lugar no *setting* privado da clínica? qual o estatuto da psicanálise no âmbito público do conhecimento?

A filosofia, porém, não responde em *unísono* a essas questões. Ao longo deste século, diferentes vertentes filosóficas dispensaram tratamentos diversos, às vezes opostos, à psicanálise enquanto objeto epistêmico.

O primeiro capítulo deste estudo dedica-se ao exame de autores representativos dessas vertentes que, propondo-se a estabelecer o estatuto epistêmico da psicanálise, vão situá-la em três lugares distintos, cada um dos quais poderíamos identificar por meio de um enunciado próprio, a saber: 1) “a psicanálise é uma ciência comportamental”; 2) “a psicanálise não passa de um ‘conto de fadas científico’”¹; 3) “a psicanálise é uma hermenêutica”. A insuficiência desses lugares para dar conta da pluralidade do texto psicanalítico fez-nos retornar do discurso filosófico para o texto freudiano, buscando identificar em Freud uma concepção epistemológica a partir da qual nos fosse possível apreender a psicanálise em seu estatuto epistêmico.

¹Afirmção do sexologista Kraft-Ebing, em 1896, ao final da conferência de Freud sobre a etiologia da histeria pronunciada na Associação de Psiquiatria e Neurologia de Viena (cf. carta de Freud a Fliess de 26 de abril de 1896, in Masson, 1985:184).

O segundo capítulo deste estudo intenta, por um lado, assinalar qual o discurso epistemológico que Freud enuncia em sua obra e, por outro, confrontar esse discurso com o modo como ele opera na construção de sua teoria. Na tensão entre um metadiscurso e o discurso psicanalítico, tal como os formula Freud, vai revelar-se o que se constitui como a especificidade do saber da psicanálise permitindo a constituição do campo do inconsciente como objeto de conhecimento. A análise do texto freudiano vai colocar em relevo três termos que, no nosso entender, fornecem a marca dessa especificidade: a noção de *transferência* no estabelecimento da experiência analítica; o dispositivo da *ficção* na elaboração dos conceitos; a idéia de *Deutung* enquanto *explicação* interpretativa.

O terceiro capítulo propõe-se a uma investigação quanto ao significado de cada um desses termos no contexto da pesquisa psicanalítica levada a cabo por Freud. Nossa hipótese é de que tais termos constituem conceitos fundamentais para, desalojando a psicanálise dos lugares epistemológicos que à filosofia coube lhe designar, repensar a natureza do conhecimento psicanalítico.

Finalmente, o quarto capítulo pretende precisar qual a concepção de verdade capaz de legitimar o saber que, na imbricação desses três conceitos – transferência, ficção, *Deutung* –, se produz. Uma tal concepção de verdade deve dar conta do paradoxo, próprio ao campo da psicanálise, de ser *ciência do inconsciente*.

Ao final desse percurso, percebemos que os enunciados sobre a psicanálise que designamos como próprios à filosofia já não podem mais se sustentar. A observação comportamental dissolve-se na consideração da relação de transferência que envolve analista e analisante; a depreciação em conto de fadas anula-se pelo uso metódico e metodológico da ficção como modo de conhecimento de um objeto – psíquico – que escapa

à experiência imediata; a designação de hermenêutica perde valor quando a interpretação é entendida como mediação necessária para o alcance da explicação. A questão que permanece é se a dissolução dos lugares que a filosofia tem reservado à psicanálise enquanto objeto de estudo epistemológico pode resultar na instituição de um novo espaço epistêmico. Este estudo limita-se a fazer a crítica da epistemologia, ou seja, estabelecer os conceitos fundamentais que configurariam condições de possibilidade para uma filosofia da psicanálise que leve em conta a especificidade do saber que esta carrega. Nesse sentido, o que aqui apresentamos propõe-se como contribuição inicial e original ao tema, instigando trabalhos futuros.

Por fim, cabe observar que, embora este trabalho diga respeito à conclusão de curso de mestrado em filosofia, considerando o interesse que as questões aqui tratadas possam suscitar não apenas no domínio filosófico, mas também no da psicanálise, consideramos pertinente proceder à exposição teórica a partir de noções introdutórias suficientemente conhecidas do leitor filósofo mas não necessariamente do psicólogo ou psicanalista.

O ESTATUTO DA PSICANÁLISE À LUZ DA FILOSOFIA

O livro de Luís Cláudio Figueiredo (1992), *A Invenção do Psicológico*², ilustra bem de que maneira as transformações religiosas, políticas e sociais engendradas a partir do final do século XV fizeram ruir as referências tradicionais que indicavam ao homem seu lugar no mundo. Era necessário buscar novo fundamento para suas crenças, valores e comportamentos. Sem encontrar à sua volta um terreno sólido, livre das turbulências do período, em que pudesse assentar as bases desse fundamento, o homem volta-se para as experiências subjetivas na busca de suas certezas. A instauração do sujeito como unidade referenciadora do humano, porém, exigiu uma depuração das experiências subjetivas, descartando-as de suas particularidades históricas e psicológicas – o terreno das paixões. A razão e os sentidos, assim purificados e auto-refletidos, constituíam então o fundamento da certeza subjetiva, com base em representações claras e distintas, como critério de verdade e garantia de conhecimento.

O nascimento da psicanálise, na virada do último século, tendo nesse processo de subjetivação as condições de sua possibilidade, vem trazer à tona, ao mesmo tempo, os seus impasses, em função do ultrapassamento da consciência pelo sujeito do inconsciente. Dessa forma, mostra o autor (1994b:20), a psicanálise vem inscrever-se no conjunto das críticas que, desde os meados do século XIX, levantam-se contra a perspectiva representacionista,

²Além do livro citado, foi referência importante na elaboração deste capítulo os manuscritos não publicados de L.C.Figueiredo, relativos à disciplina *Epistemologia e Psicologia* por ele ministrada no primeiro semestre de 1994 junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-São Paulo, os quais foram generosamente cedidos pelo autor.

seja no sentido da sua superação, como em Bergson e Nietzsche, ou da sua reforma, como em Mach e Husserl.

As tensões e aparentes contradições presentes no texto freudiano não deixam de refletir o confronto de posições então instaurado em torno da idéia de epistemologia. A filosofia volta-se sobre esse texto, interessada no questionamento quanto aos fundamentos, o objeto e o método psicanalíticos. Desde a tentativa de sistematização da teoria psicanalítica por parte de Kronfeld em 1911, passando pela crítica de caráter epistemológico de Maria Dorer, Binswanger, Politzer e Dalbiez na década de trinta, são muitas e diversas as abordagens que vão impor à psicanálise as mais diferentes correntes filosóficas especialmente a partir dos anos cinquenta³. É nossa intenção, neste capítulo, percorrer algumas das epistemologias que foram constituindo-se no correr deste século, enfocando o discurso sobre a psicanálise produzido por autores filosóficos representativos dessas correntes e estabelecendo o modo como cada um deles vai posicionar-se com relação ao estatuto epistêmico da psicanálise e as críticas possíveis a cada posicionamento.

Positivismo lógico: a psicanálise no campo da observação

A influência, presente no texto freudiano, da doutrina empirista de Ernst Mach, expoente teórico do cientificismo reinante desde a segunda metade do século XIX, encontra vigência também no círculo de filósofos e cientistas que, na Viena de Freud, nas primeiras décadas deste século, vai retomar com novo vigor o projeto epistemológico fundacionista, postulando a unificação da ciência com base nos cânones da lógica e na observação dos fatos. Se o empirismo moderno fundara-se na idéia de que todo conhecimento não analítico

³Cf. o artigo de Luiz Roberto Monzani, “Discurso Filosófico e Discurso Psicanalítico: Balanço e Perspectivas” in *Filosofia da Psicanálise* (organizado por Bento Prado Jr, 1991). Ver também a introdução ao

deveria basear-se na experiência, o empirismo lógico contemporâneo, ou positivismo lógico, vem acrescentar-lhe a formulação do critério empirista de significado cognitivo, segundo o qual uma oração constitui uma afirmação cognitivamente significativa, podendo ser dita verdadeira ou falsa, unicamente se é ou analítica (ou contraditória) ou passível, em princípio, de ser confirmada pela experiência⁴.

Apesar das dificuldades em compatibilizar a teoria freudiana com os requisitos e exigências estritas do empirismo lógico com respeito aos critérios de verdade e cientificidade, é possível ler em Freud uma tentativa de explicação do comportamento humano a partir do princípio de causalidade, o conceito de inconsciente servindo para revelar conexões entre fatos do comportamento até então inexplicados. Essa leitura, somada a um contexto intelectual comum nas suas origens (a Viena do início do século) e ao esforço por parte de um grupo de psicanalistas (especialmente nos Estados Unidos) de circunscrever a psicanálise aos métodos científicos, fez com que, ao contrário do que ocorreu com doutrinas filosóficas como o platonismo, o tomismo e mesmo a filosofia kantiana, imediatamente tachadas de “sem sentido” ou “tautológicas”, a teoria psicanalítica fosse acolhida com simpatia entre muitos dos membros do Círculo de Viena (Figueiredo, 1994b:21). Tendo como modelo os conceitos mais abstratos da física, que não são *diretamente* definíveis por meio de predicados observáveis, conceitos teóricos como os de inconsciente, id, pulsão, relacionar-se-iam de igual forma, ou seja, indiretamente, a manifestações físicas (comportamentais) observáveis. O fato de a psicanálise tomar como

texto de Paul-Laurent Assoun, *O Freudismo* (1990), e o segundo ensaio do livro de Joel Birman, *Psicanálise, Ciência e Cultura* (1994).

⁴Cf. Carl G. Hempel (1966:27/29), sobre a relação entre observação de fatos e formulação de hipóteses:

A transição dos dados à teoria requer uma imaginação criadora. As hipóteses e as teorias científicas não são derivadas dos fatos observados, mas inventadas com o fim de explicá-los.[...] As hipóteses e as teorias que podem ser livremente inventadas e livremente propostas não podem ser

base predominantemente comportamentos verbais como o relato de sonhos e a associação livre mais do que comportamentos propriamente motores, não representa, para esses epistemólogos, indício de introspeccionismo⁵. A psicanálise, diz Frenkel-Brunswik (1977:113), longe de confundir motivos referidos introspectivamente e explicação objetiva, tem como mérito o fato de tê-los diferenciado, recusando às experiências subjetivas de motivação qualquer valor explicativo. Se Freud faz uso, através de expressões metafóricas, de um vocabulário mentalista, em função do tipo de problemas com que lida a psicanálise, este seria a contrapartida do vocabulário que Phillipp Frank (apud Frenkel-Brunswik, op.cit.:112) chamou de “pictórico” (*pictural*), reconhecido na física como instrumento legítimo ou pelo menos tolerável nos estágios iniciais da formação de conceitos. O desenvolvimento da psicanálise norte-americana, por exemplo, que abandona a ênfase inicial sobre os conceitos de id e pulsão em favor do conceito de ego, centrando-se sobre as questões de ajustamento social, de comportamento orientado para a realidade, caminharia no sentido da superação desse estágio teórico inicial, ampliando os pontos de contato entre o sistema de axiomas e os fatos observados⁶.

aceitas se não passarem pelo escrutínio crítico, especialmente pela verificação das implicações capazes de serem observadas ou experimentadas.

⁵De fato, como mostra Birman (1994:36), a psicanálise veio instituir um duplo deslocamento metodológico com relação à psicologia clássica, esta sim introspeccionista: por um lado, deslocou o campo da representação, do registro da consciência para o registro do discurso; por outro, tomou esse discurso em sua forma prática, como linguagem inscrita no circuito de trocas com o outro, substituindo a interioridade do eu pela intersubjetividade fundada na interlocução.

⁶À ordem da causalidade, expressa pela leitura cientificista da psicanálise, opor-se-ia uma ordem do sentido, que as correntes de tendência histórica da epistemologia vêm promulgar. Em 1948, Stephen Toulmin (1954:132-9), no 10º Congresso Internacional de Filosofia, afirmava que a psicanálise lidava com motivos e não com causas – seus conceitos energéticos seriam metafóricos, e o tipo de evidência psicanalítica resultaria da cura e não da predição. Porém, os conceitos de que faz uso Toulmin (desejo, intenção, etc.), enquanto próprios a uma filosofia da mente, requereriam a propriedade de “ter consciência de”; Freud, ao contrário, opera a exclusão dessa propriedade. Antony Flew, no artigo *Explicação Psicanalítica* (1954:139-48), considera possível essa extensão dos conceitos mentalistas à esfera inconsciente, porque a psicanálise trata dos seres humanos, dotados de linguagem natural, o que conferiria uma dimensão intencional às suas ações. A psicanálise ocupar-se-ia então da ação humana (enquanto intencional) e não do comportamento (enquanto fato observável). O termo *inconsciente*, porém, nessa acepção, deve permanecer adjetivo. O fato de Freud transformá-lo em um substantivo – o que implica uma noção dinâmica do inconsciente: inconsciente como sistema – obriga-o à formulação de uma teoria a seu respeito e dá margem às interpretações fisicalistas da

Em suma, como aponta Figueiredo (1994b:22), se a psicanálise é vista como dotada de intuições novas e brilhantes, que contribuem para o esclarecimento do comportamento humano e a superação da metafísica, seria preciso, porém, aperfeiçoar-lhe o método (científico, bem entendido), o que conduz às propostas de reconstrução lógica e experimental (comportamental) do conhecimento psicanalítico. Freud, guiado por observações empíricas iniciais relativamente fragmentárias, ter-se-ia lançado à construção de uma estrutura teórico-hipotética em descompasso com a interpretação empírica correspondente, definindo seus conceitos teóricos em função das relações estruturais que mantêm uns com os outros mais do que em relação com a observação. Na opinião de Frenkel-Brunswik (op.cit.:115), a oscilação de Freud entre construções hipotéticas – cujo sentido não se restringe ao empírico – e variáveis intervenientes – “designações convencionais de propriedades observacionais” – serve como defesa tanto contra um

psicanálise. Desse modo, introduzir-se-ia uma contradição entre, de um lado, a prática psicanalítica, referida a motivos, intenções e significações, e, de outro, a teoria, que trataria esses fenômenos como antecedentes psíquicos, como causas reais dos fatos reais, conduzindo, segundo Flew, a uma multiplicação gratuita de entidades duvidosas – as “mitologias” freudianas. O termo *intenção*, para Flew, define-se pela visada de um objetivo e a possibilidade em princípio de ser trazida para o nível da linguagem. Aplicado nesse sentido à teoria psicanalítica, torna as noções freudianas irreduzíveis a termos fisicalistas. Flew as aproxima das disciplinas históricas que buscam compreender as razões das ações humanas.

Já para Paul Ricoeur (1966:295), o discurso freudiano tem um caráter misto que o coloca fora da alternativa motivo/causa:

“Porque versa sobre uma realidade psíquica, a psicanálise fala de motivos e não de causas; mas porque o campo tópico é defasado com relação a toda tomada de consciência, sua explicação se assemelha a uma explicação causal, sem jamais se confundir com ela, sob pena de reificar todas as suas noções e de mistificar a própria interpretação.”

A evidência de que a psicanálise entra parcialmente no campo dos conceitos motivacionais é suficiente, diz Ricoeur (op.cit.:297), para descartar a tentativa de enquadrá-la no campo das ciências de observação. Como Toulmin, Ricoeur considera os conceitos energéticos da psicanálise como metáforas, porém necessárias. A psicanálise constituiria seu objeto a partir das relações de sentido, cuja apreensão dá-se através da experiência clínica, que é distinta da experiência física, pois remete para além da experiência perceptual: trata-se de apreender o sentido do comportamento e não o próprio comportamento. A explicação em psicanálise existiria apenas para dar conta do sentido. Se é ainda como que uma explicação causal, por atuar fora do conteúdo da consciência, não o seria no sentido humeano, pois haveria um nexo de sentido ligando os dois termos da relação. A questão da validade das interpretações psicanalíticas, a questão da possibilidade de uma certa predição, manter-se-ia ainda, mas como um problema de ciência histórica e não de ciência natural (op.cit.:303). As elaborações de Habermas (1968) com respeito à psicanálise, expostas mais adiante no presente capítulo, opondo uma causalidade do destino à causalidade da natureza, caminhariam nessa mesma direção.

operacionalismo estreito como contra generalizações desprovidas de significado⁷. Skinner (1956:77-87), ao contrário, atendo-se ao operacionalismo, considera que, enquanto lida com um constructo teórico e não com variáveis observáveis, a psicanálise não é ciência: a hipótese do aparelho psíquico levaria à construção de metáforas prejudiciais induzindo a pensar na existência de algo interno, inacessível, que determinaria o comportamento. O erro de Freud teria sido o de criar uma tal ficção (a do aparelho psíquico) e a ela referir-se por meio de uma linguagem mentalista (teleológica); o seu acerto, o de apontar a relação entre sintoma e realidade externa e o de indicar o determinismo do comportamento⁸. Ellis (1956:131-54), seguindo a proposta skinneriana de ater os princípios da psicanálise ao observável, vai proceder à reformulação operacional de alguns dos princípios básicos da teoria psicanalítica, substituindo o vocabulário mentalista de Freud por um vocabulário operacional a partir de dois observáveis – percepção e resposta – de forma a eliminar as metáforas que tornariam impreciso o discurso freudiano; um vocabulário preciso permitiria confirmar até que ponto os enunciados da psicanálise seriam cientificamente válidos ou não.

Opondo-se, por sua vez, às tentativas de inclusão da psicanálise no campo científico, Ernest Nagel (1959:38-55), num simpósio ocorrido em Washington em 1958 sobre o tema *Psicanálise, método científico e filosofia*⁹, rebate fortemente a exposição do psicanalista Heinz Hartmann, *Psicanálise como método científico*: para que a psicanálise

⁷Cf. Freud em *Algumas Lições Elementares de Psicanálise (1940 [1938], vol.23, AE:284; SE:316)*: “... nossa ciência [inclui] algumas hipóteses - é difícil dizer se deve-se contá-las entre os resultados de nosso trabalho ou entre suas premissas...”.

⁸É a ficção, no entanto, a qual Skinner critica, que possibilita a descoberta da conexão causal entre sintoma e realidade externa. Apesar da linguagem mentalista, o inconsciente freudiano não é ôntico, mas instrumento heurístico de investigação.

⁹Encontramos em Elisabeth Saporiti (1994:38-50) um resumo e comentário das principais idéias desenvolvidas nesse simpósio, considerado pela autora como “o último debate importante” ocorrido nos Estados Unidos envolvendo questões relativas à validade da psicanálise.

puddesse ser caracterizada como ciência observacional, deveria ser capaz de validação empírica, isto é, suas proposições deveriam ser suficientemente claras para explicitar as condições em que ocorre determinado fenômeno e deveriam ser passíveis de tradução a uma linguagem observacional. Para Nagel, faltariam à psicanálise critérios internos para decidir quais os enunciados que lhe pertencem. Mesmo que fosse possível discernir esses enunciados, a passagem dos conceitos teóricos aos conceitos empíricos restaria problemática: no nível da teoria, a utilização de metáforas e analogias seria suficientemente vaga para impedir a delimitação de seu uso, inexistindo regras que possibilitassem ligar a uma noção teórica um fato determinado. Assim, qualquer fenômeno poderia ser referido a uma metáfora freudiana, e a psicanálise revelar-se-ia então desprovida de um conteúdo empírico próprio¹⁰.

Karl Popper: a-falseabilidade da psicanálise

Essa crítica à psicanálise como método científico é compartilhada por Karl Popper, para quem a teoria formulada por Freud é incapaz de prever resultados sob determinadas condições. Mais do que isso, a psicanálise pareceria munida de dispositivos aptos a absorver qualquer resultado contraditório a suas hipóteses.

Em *A Lógica da Pesquisa Científica* (1934), Popper, combatendo a idéia de que a verdade dos enunciados universais é conhecida através da experiência, afirma que a descrição desta última só pode ser um enunciado singular e não um enunciado universal. Contra a lógica indutiva, portanto, ele propõe como método científico o método dedutivo de prova, onde uma hipótese apenas pode ser posta à prova empiricamente após ter sido

¹⁰Nagel reatualiza a crítica que, nos anos trinta, Wittgenstein formulara em relação à psicanálise, cujas proposições, por não se submeterem à validação empírica, seriam desprovidas de sentido. Ver a esse respeito

formulada. Segundo o autor (op.cit.:35/37), contrariamente ao que geralmente professam os epistemologistas de tendência empirista, o método indutivo não estabelece uma clara demarcação entre ciências empíricas, de uma parte, matemática e lógica, de outra, e os sistemas metafísicos; ao rejeitar a metafísica, ele termina por rejeitar também os sistemas científicos formulados em leis gerais que não podem ser logicamente reduzidos a enunciados elementares de experiência: de acordo com o critério positivista de significatividade cognitiva, tanto os sistemas metafísicos como os científicos seriam constituídos por pseudo-enunciados destituídos de sentido¹¹.

Para evitar excluir do domínio da ciência empírica os sistemas teóricos da ciência natural, Popper (op.cit.:42) propõe, no lugar da *verificabilidade* como critério de cientificidade (critério de demarcação), o critério da *falseabilidade*, o qual exige que um sistema científico empírico possa, em tese, ser refutado pela experiência. O autor baseia sua proposta naquilo que ele considera a assimetria entre verificabilidade e falseabilidade em função da forma lógica dos enunciados universais: tais enunciados não são deriváveis de enunciados singulares mas podem ser contraditados por estes. Assim, por meio de inferências dedutivas (*modus tollens*) seria possível concluir acerca da falsidade de enunciados universais com base na verdade de enunciados singulares (op.cit.:43).

Estética, Psicologia e Religião de Ludwig Wittgenstein (1966), *Freud e Wittgenstein* de Paul-Laurent Assoun (1988) e *Psicanálise, Ciência e Cultura*, de Joel Birman (1994).

¹¹Diante desse paradoxo, a manutenção do critério verificacionista pelo empirismo lógico vai exigir a caracterização dos sistemas científicos, ao menos daqueles teoricamente mais elaborados, como hipotético-dedutivos, onde apenas alguns dos enunciados, derivados logicamente dos seus supostos fundamentais, seriam passíveis de tradução a uma linguagem observacional, permitindo, dessa forma, submeter as suas hipóteses à verificação. Já Schlick, embasando-se em Wittgenstein, para quem o problema da indução seria um pseudo-problema vazio, formula a idéia de que as leis gerais das ciências naturais não teriam caráter de enunciados mas de regras para a formação de enunciados, não se aplicando a elas o critério de verificabilidade (cf. Popper, op.cit.:37. O autor observa que tal idéia remonta à tradição instrumentalista representada por Berkeley).

Em *Conjeturas e Refutações* (1962), Popper formula a sua crítica à psicanálise enquanto ciência. Ele aproxima a teoria psicanalítica das elaborações da astrologia, a qual, embora fundada em dados de observações, não se adequa às normas científicas¹². Os astrólogos ter-se-iam deixado impressionar por aquilo que consideravam juízos confirmatórios de sua teoria, desprezando toda prova contrária à mesma; a vagueza de suas predições e interpretações, destruindo a testabilidade da teoria, teria criado as condições para sua irrefutabilidade. No caso da psicanálise, as observações clínicas, tomadas pelos psicanalistas como confirmações da teoria, não teriam caráter distinto das confirmações que os astrólogos acreditam encontrar em sua experiência diária, enquanto os conceitos psicanalíticos, tais como os de *ego*, *superego*, *id*, se chegam a descrever alguns fatos, o fariam do mesmo modo que os mitos, contendo sugestões psicológicas interessantes porém não testáveis (op.cit.:67).

Popper (op.cit.:68) ressalva que tais mitos poderiam chegar a ser testáveis, na medida em que importantes antecipações de teorias científicas encontrar-se-iam neles contidas. Em sentido histórico, diz o autor, quase todas as teorias científicas originam-se em mitos. Portanto, que uma teoria não seja científica, mas metafísica, não a destitui de importância ou de significado; ela pode, até mesmo, ser considerada como “resultado da observação”, num sentido que Popper chama de genético e que seria distinto do embasamento em juízos empíricos no sentido científico.

Todas as observações, e, portanto, também as observações clínicas da psicanálise, seriam, para o autor, interpretações a partir de teorias e, por essa razão, pareceriam

¹²O marxismo é, do mesmo modo, aproximado à astrologia: Popper (op.cit.:67) considera que, embora em suas formulações iniciais o marxismo contivesse predições testáveis e que terminaram por ser refutadas, em seu desenvolvimento ulterior a sua teoria foi reinterpretada *ad hoc* de forma a evitar a refutação, perdendo, dessa forma, o estatuto de ciência.

confirmar a teoria que serve de base à sua interpretação. Apenas quando estabelecidos critérios de refutação, uma observação empreendida como teste pode servir de apoio a uma teoria. Nesse caso, é preciso definir as situações observáveis cuja ocorrência viria indicar a refutação da teoria. Popper sugere que, entre os psicanalistas, tais critérios jamais foram acordados ou debatidos; as observações clínicas seriam capazes de refutar um determinado diagnóstico estabelecido pelo analista mas não a psicanálise em si mesma. Por um lado, haveria uma série de conceitos psicanalíticos, como o de ambivalência, que tornariam praticamente impossível chegar-se a um acordo quanto a critérios de refutação da teoria analítica; por outro, as respostas clínicas dos pacientes pareceriam influenciadas pelas expectativas (conscientes ou inconscientes) e suposições teóricas do analista (op.cit.:67-8, n.3).

A psicanálise, assim como o marxismo, pareceria poder explicar tudo o que ocorresse em seu campo de investigação, exercendo um efeito de “conversão” ou “revelação” naqueles que se dedicassem ao seu estudo, os quais passariam a identificar, em qualquer situação dada, exemplos confirmatórios da teoria. As contestações à verdade manifesta que a psicanálise traria à luz seriam indícios da resistência inconsciente de seus formuladores, servindo, portanto, para vaticinar, ao invés de refutar, a teoria pretensamente contestada; na visão dos analistas, tais resistências mereceriam ser objeto de tratamento analítico (op.cit.:64-5)¹³.

Um trecho da terceira parte de *Esboço de Psicanálise* (1940 [1938]), comentado por Figueiredo (1994b:32-3), é elucidativo do tipo de argumento que é objeto da crítica

¹³Popper (op.cit.:66) compara tal situação com a da física einsteiniana, que, contrariamente à psicanálise, estabelece a possibilidade de refutação da teoria a partir dos resultados de testes empíricos. Se o efeito previsto encontra-se ausente da observação, então a teoria é refutada: “A teoria é incompatível com certos resultados possíveis da observação.”

popperiana. De início, Freud estabelece a identidade entre o procedimento inferencial da física e aquele de que faz uso a psicanálise de modo a preencher as lacunas nos fenômenos da consciência por meio da inferência de um certo número de processos que são em si mesmos “incognoscíveis”. A seguir, ele vai destacar uma particularidade da investigação psicológica que a diferencia da física:

Desde logo em cada caso singular fica sujeito à crítica averiguar com que direito e com que grau de certeza empreendemos tais inferências e interpolações, e não se pode desconhecer que a decisão frequentemente oferece grandes dificuldades, as quais se expressam na falta de acordo entre os analistas. A novidade da tarefa e também a falta de capacitação são responsáveis por isso. Além disso, porém, há um fator particular, inerente ao assunto mesmo, a saber: que na psicologia nem sempre se trata, como na física, de coisas do mundo que poderiam despertar apenas um frio interesse científico. Assim, não ficaremos muito surpresos se uma analista que não está suficientemente convencida sobre seu próprio desejo do pênis não considere da maneira devida esse fator em seus pacientes.¹⁴

A inferência, nesse caso, é válida independentemente dos resultados da observação. Os argumentos contrários à teoria são neutralizados por meio da desqualificação dos seus enunciadores, desqualificação esta que encontra sua razão de ser na teoria mesma que é alvo de crítica.

Com efeito, o questionamento crucial que a epistemologia popperiana coloca à psicanálise, segundo aponta Figueiredo (op.cit.:27), diz respeito à sua incapacidade de interagir com as alteridades, o que se evidenciaria, seja pela evitação deliberada de toda

instância invalidante ou problematizadora da teoria, seja pela ausência, no seio das sociedades psicanalíticas, de uma prática dialógica isenta do poder de autoridade. Cioffi (apud Figueiredo, op.cit.:29) vai identificar, nas elaborações de Freud, esse movimento evitativo onde “*observações/interpretações que não tenham sido produzidas pelo método psicanalítico são liminarmente ignoradas*” e onde as lacunas nas observações/interpretações clínicas são preenchidas “*recorrendo a ‘evidências’ que só se mostram pertinentes pela capacidade de ajustamento às teorias com um mínimo de transtornos para estas*”. No entanto, se acompanharmos o percurso de Freud no engendramento de sua disciplina, o veremos, por um lado, submetendo suas formulações ao juízo crítico de uma alteridade (Fliess, Jung, Ferenczi, entre outros) e, por outro, refazendo continuamente suas hipóteses em função das evidências da observação clínica (o abandono da teoria da sedução em favor do conceito de realidade psíquica e a elaboração do conceito de compulsão à repetição são exemplos desse movimento)¹⁵. Seguindo uma definição estabelecida por Popper (1934:62-3), a atitude investigativa de Freud pareceria menos dogmática, mais crítica, do que pretende Cioffi:

Pois a atitude dogmática encontra-se claramente relacionada com a tendência a verificar nossas leis e esquemas tratando de aplicá-los e confirmá-los, até o ponto de passar por alto as refutações; enquanto que a atitude crítica é uma disposição a modificá-los, a submetê-los à prova, a refutá-los, se possível. Isso sugere que podemos identificar a atitude crítica com a atitude científica, e a atitude dogmática com a que temos chamado de pseudo-científica.

¹⁴Vol.23, AE, pp.198-9; SE, p.226.

¹⁵ O que não evita a recorrência a argumentos circulares ao longo de sua obra, como o citado acima, acerca da vigência, na mulher, da inveja do pênis.

De acordo com Figueiredo (op.cit.:27) se os popperianos criticam de maneira tão radical à psicanálise, é porque tomam suas teorizações e evidências numa lógica da investigação que é própria às ciências naturais, desconsiderando a especificidade do seu campo. Nesse sentido, não diferem da abordagem estritamente positivista do conhecimento psicanalítico. É certo que Freud repetidas vezes, do começo ao fim de sua obra, tratou de incluir a psicanálise no âmbito das ciências da natureza, embora ressaltando tratar-se de uma *ciência especial da natureza (Specialwissenschaft)*. Porém, o caráter paradoxal de seu objeto, o inconsciente, fez com que Freud terminasse por ultrapassar o seu próprio discurso epistemológico no trabalho de elaboração conceitual de sua teoria. Assim, a observação de Figueiredo, destacando o terreno da experiência psicanalítica daquele próprio às experiências físicas e estabelecendo, portanto, reservas com relação à crítica popperiana da psicanálise, parece justificar-se. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Thomas Kuhn e a noção de paradigma: psicanálise a-científica

A posição dos positivistas lógicos com relação à psicanálise, assim como a de Popper, insere-se no contexto de uma filosofia da ciência normativa, que se propõe a estabelecer as normas e critérios epistemológicos universais que garantiriam a legitimidade e a validade do que se produz como conhecimento científico. Thomas Kuhn, enfatizando os aspectos socio-históricos mais do que os aspectos lógicos que determinam a produção de conhecimento, vai rejeitar tanto o critério de verificabilidade como o critério da falseabilidade como determinantes da validade científica de uma teoria. Para o autor de *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), as diretrizes metodológicas são insuficientes para estabelecer qualquer conclusão substantiva para questões científicas diversas:

A observação e a experiência podem e devem restringir drasticamente a extensão das crenças admissíveis, porque de outro modo não haveria ciência. Mas não podem, por si só, determinar um conjunto específico de semelhantes crenças. Um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos, é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época.

... a competição entre segmentos da comunidade científica é o único processo histórico que realmente resulta na rejeição de uma teoria ou na adoção de outra.¹⁶

Kuhn trabalha com a noção de paradigma, na qual exemplos aceitos na prática científica fornecem modelos que vão constituir as tradições da pesquisa científica, definindo as regras e padrões para a sua prática, cujo exercício vai caracterizar o que Kuhn denomina de “ciência normal” (op.cit.:30). Na medida que uma comunidade científica adquire um paradigma, adquire também critérios a partir dos quais definem-se os problemas (quebra-cabeças) que vão orientar o trabalho científico e que são considerados, na vigência do paradigma, como os únicos dotados de solução – solução esta cuja natureza bem como os passos necessários para sua obtenção obedecem a regras definidas (op.cit.:60). Os procedimentos e aplicações do paradigma restringem, portanto, o campo fenomenológico acessível à investigação de tal forma que não é possível falar em *aplicação* de um determinado paradigma, por parte de um sujeito autônomo, a dados sensíveis puros e estáveis; mesmo as tentativas de construção de uma linguagem observacional, de objetos de percepção puros, aplicável de maneira geral, pressupõem já um paradigma. É a *adesão* ao paradigma que define tanto o mundo e seus enigmas como os sujeitos interessados em

¹⁶Thomas Kuhn, op.cit., p.23.

resolvê-los (Figueiredo, 1994b:35), de forma que, na vigência da ciência normal, é impossível pôr à prova o paradigma. O seu teste somente ocorre quanto o fracasso na resolução de quebra-cabeças no interior de uma ciência leva à eclosão de uma crise, e esta, à formulação de novo candidato a paradigma. Nesse caso, não se tratará de verificar se há acordo ou desacordo entre o fato e a teoria, mas sim de perguntar qual de duas teorias existentes em competição adequa-se melhor aos fatos. A escolha entre paradigmas competidores, porém, não se resolve pelos critérios da ciência normal:

... visto que nenhum paradigma consegue resolver todos os problemas que define e posto que não existem dois paradigmas que deixem sem solução exatamente os mesmos problemas, os debates entre paradigmas sempre envolvem a seguinte questão: quais são os problemas que é mais significativo ter resolvido. Essa questão de valores somente pode ser respondida em termos de critérios totalmente exteriores à ciência, e é esse recurso a critérios externos que torna revolucionários os debates entre paradigmas.¹⁷

Na escolha de um paradigma, como nas revoluções políticas, diz Kuhn (op.cit.:128), não existe critério superior ao consentimento da comunidade relevante. A competição entre paradigmas iguala-se à escolha entre modos incompatíveis de vida comunitária. Ao contrário do que prega a concepção positivista da ciência como acumulação, sucessivos paradigmas são necessariamente diferentes e irreconciliáveis:

Precisamente por tratar-se de uma transição entre incomensuráveis, a transição entre paradigmas em competição não pode ser feita passo a passo, por imposição da Lógica e de experiências neutras. Tal como a mudança da forma (Gestalt)

*visual, a transição deve ocorrer subitamente ou então não ocorre jamais. A transferência de adesão de um paradigma a outro é uma experiência de conversão que não pode ser forçada.*¹⁸

Na ausência de um paradigma, todos os fatos relacionados ao desenvolvimento de determinada ciência podem parecer igualmente relevantes. Porém, como não é possível interpretá-los sem recorrer a algum corpo de crenças metodológicas e teóricas interligadas, se esse corpo de crenças já não estiver implícito na coleção de fatos será suprido externamente, ou por uma metafísica em voga, por outra ciência ou por um acidente pessoal e histórico (Kuhn, op.cit.:35-7). É o que ocorre no estágio inicial de desenvolvimento de qualquer ciência, de forma que a mesma gama de fenômenos é descrita e interpretada de maneira diversa por diferentes pesquisadores. Essas divergências tendem a desaparecer a partir do triunfo de uma das escolas pré-paradigmáticas – triunfo que determina que as suas próprias crenças e preconceitos, enfocando um aspecto do conjunto numeroso de fatos, passem a ser hegemônicas no interior de uma comunidade científica, acarretando uma definição nova e mais rígida do campo de estudos da mesma (op.cit.:37-9). Enquanto persistem essas divergências, são freqüentes os debates a respeito de métodos, problemas e padrões de solução que possam ser considerados legítimos (embora tais debates sirvam mais para demarcar escolas do que produzir acordos) bem como o desenvolvimento de teorias especulativas na tentativa de explicação dos fenômenos com que se deparam, as quais, se bem articuladas com a experiência podem gerar um novo paradigma ou, caso contrário, podem ser facilmente abandonadas. Tais debates e especulações tornam-se irrelevantes durante os períodos de ciência normal, na vigência de um paradigma,

¹⁷Thomas Kuhn, op.cit., p.144.

¹⁸Op.cit., p.190.

ocorrendo novamente pouco antes e durante as revoluções científicas, quando os paradigmas são atacados e então modificados (op.cit.:72-3).

Kuhn situa o conjunto das ciências humanas nesse estágio pré-paradigmático do desenvolvimento científico, em que proliferam as escolas e os debates metodológicos. À psicanálise, porém, Kuhn reserva um lugar exterior a esse conjunto. Concordando com Popper, ele vai negar à psicanálise o estatuto de ciência, porém por razões diversas das enunciadas por aquele. Em *A Tensão Essencial* (1977:333-4), Kuhn afirma que a psicanálise é, não uma ciência, mas uma técnica, uma arte prática semelhante à medicina de um século atrás, onde a teoria apenas estabelece a plausibilidade da disciplina e fornece um fundamento racional às regras técnicas que dirigem a prática, mas não impede os fracassos recorrentes. Na falta de uma teoria mais articulada e de regras mais poderosas, a psicanálise não teria enigmas a resolver e, portanto, não haveria ciência a praticar.

Jürgen Habermas e a hermenêutica freudiana

Em *Conhecimento e Interesse* (1968), Habermas formula a sua crítica à epistemologia contemporânea, a qual, ao consagrar o *fato* e destituir a *auto-reflexão*, reduz a Teoria da Ciência à simples metodologia científica. A psicanálise toma lugar, nessa crítica, como *sintoma* da irrupção da dimensão da auto-reflexão no solo mesmo do positivismo¹⁹: Freud não teria tomado consciência da presença da auto-reflexão em sua disciplina por encontrar-se mergulhado no que Habermas chamou de *auto-equívoco cientificista da psicanálise*, auto-equívoco que encontraria suas razões no fato de a psicanálise mesclar a hermenêutica com realizações que seriam próprias do domínio das

¹⁹O texto de Habermas recebeu um belo comentário de Bento Prado Jr., sob o título “Auto-reflexão, ou Interpretação sem Sujeito? Habermas Intérprete de Freud”, publicado originalmente na revista *Discurso*, nº 14, e, posteriormente, na coletânea *Alguns Ensaíos* (1985).

ciências da natureza. Centrando o foco de sua análise sobre a interpretação freudiana, o autor a descreve como uma hermenêutica cujos textos têm a deformação “*como lei interna da construção do sistema simbólico*” (Prado Jr., op.cit.:15), ao contrário do que ocorre na filologia, em que o texto a ser reconstituído através dos sistemas simbólicos revela uma intenção sempre *consciente*, tendo a sua deformação uma origem *externa*. Assim, na interpretação freudiana, a análise da linguagem vai mostrar-se “*inseparável das conexões causais que determinam a deformação do sentido que a linguagem veicula*” (ibid.). A gramática da linguagem cotidiana, na qual se imbrincam elementos da linguagem, modelos de ação e expressões espontâneas, encontraria na psicanálise o seu caso limite onde essas três categorias de expressão deixam de ser concordantes²⁰: a expressão verbal é desmentida pelas ações e expressões extra-verbais, sendo que o sujeito que age, incapaz de perceber ou de compreender tal discrepância, agarra-se à expressão verbal consciente, justificando a si mesmo, de forma ilusória, as ações e expressões que a contradigam. A hermenêutica freudiana, portanto, remeteria a textos que indicam, no seu autor, a ilusão, o desconhecimento de si mesmo, exigindo, por parte do analista, o trabalho de interpretação daquilo que se encontra oculto, de forma a reinseri-lo no domínio público da linguagem. “*O sonho – diz Prado Jr. (ibid.) –, como a doença de que é o paradigma, nada mais é do que uma desgramaticalização da linguagem comum.*” O analista, no caso, seria o intérprete que “*ensina a um só e mesmo sujeito a compreender sua própria língua*” (Habermas, 1968:246). Ele ensinaria o paciente a ler seus próprios textos e a traduzir na linguagem pública os símbolos de sua linguagem privada. Essa tradução liberaria a memória

²⁰Prado Jr. (op.cit.:16) observa como a interpretação freudiana, operando sobre o discurso, não se restringe às representações obsessivas que nele se exprimem, mas abrange também, ao nível da ação, a compulsão à repetição e, ao nível das expressões espontâneas, os sintomas histéricos.

bloqueada de fases importantes da história da vida do paciente, tornando-o consciente de seu processo formativo, propiciando a auto-reflexão.

As elaborações de Habermas encontram sua justificação no contexto da situação analítica, marcada pela relação transferencial entre paciente e médico, a qual o autor entende como uma relação dialógica. Seria apenas nesse contexto que as hipóteses e conceitos metapsicológicos ter-se-iam tornado primeiramente possíveis. Assim, segundo o autor, embora o objetivismo a que se prende Freud leve-o a coordenar um conjunto de expressões mentalistas com processos físicos, desvinculando do sistema referencial da auto-reflexão as categorias do consciente e do inconsciente, o fato mesmo de que essas categorias sejam adquiridas a partir da comunicação entre médico e paciente indicariam o quanto a formação da teoria permanece dependente do movimento da auto-reflexão. Ao livrar sua *Metapsicologia* dos pressupostos dessa comunicação, enlaçando o modelo estrutural (ego, id, superego) com o modelo da distribuição energética por meio de meras definições, Freud pretendia atingir uma formulação estritamente experimental de sua disciplina. Porém, continua Habermas, o modelo energético engendra apenas *aparência*, como se os enunciados psicanalíticos se relacionassem com alterações energéticas mensuráveis de acordo com os critérios experimentais, o que, de fato, não teria ocorrido em momento algum.

*O modelo do aparelho psíquico está concebido de tal maneira que algo assim como verificabilidade é associado pelos acontecimentos em nível semântico mas, no plano dos fatos, esta verificabilidade não se realiza jamais e também não o pode ser.*²¹

²¹Habermas, op.cit., pp.268-9.

Se, para Freud, a experiência clínica – o diálogo analítico, conforme Habermas – mostrava-se capaz de substituir os requisitos exigidos pela verificação experimental, fornecendo a base tanto para o desenvolvimento da metapsicologia como para a validade da teoria, é porque Freud teria pressentido que a execução de um programa científico-naturalista em termos estritos teria sacrificado a intenção de esclarecimento, pela qual o Id deve tornar-se Eu²² e a qual justificaria a existência da psicanálise. Entretanto, Freud não abandona a pretensão de um tal programa, o que o impediria de perceber a metapsicologia de modo não-naturalista. Para Habermas, tendo origem no exercício clínico da auto-reflexão e apoiando-se em categorias e hipóteses fundamentais referentes ao complexo patológico da linguagem e da interação, a metapsicologia só poderia ser entendida como *interpretação genérico-universal de processos que afetam a formação da espécie*²³.

As interpretações genérico-universais de Freud contêm hipóteses acerca de diversos modelos de interação entre a criança e suas primeiras pessoas de referência, sobre os conflitos correspondentes e sobre formas apropriadas para resolvê-los, além de modelos acerca das estruturas da personalidade, resultantes de tais soluções ao final do processo de socialização da primeira infância. [...] Como os processos de aprendizagem se realizam pelas vias da ação comunicativa, a teoria

²²“*Wo Es war, soll Ich werden.*” Lacan (1964:47-8), criticando a tradução corrente dessa expressão de Freud, a qual toma o *Ich* como *eu* psicológico, faz-lhe a retificação: “*Onde isso [o real] estava, o sujeito deve advir*”. Na formulação lacaniana, o sujeito sendo o do inconsciente, não restaria lugar para uma interpretação auto-reflexiva como a que propõe Habermas.

²³As categorias e hipóteses fundamentais constituiriam, para Habermas (op.cit.:269-70), uma metateoria, ou meta-hermenêutica, indicativa das condições de possibilidade do conhecimento psicanalítico. A um tal conjunto de proposições metateóricas faria sentido, diz o autor, reservar a designação de metapsicologia. No entanto, uma vez que, no plano da auto-reflexão não haveria, como nas demais ciências, algo como uma metodologia separada de conteúdos materiais, essas proposições não teriam sido reconhecidas como metateóricas nem distinguidas das interpretações genérico-universais, ainda que considerando-se o fato de que somente essas últimas seriam diretamente acessíveis ao controle empírico enquanto as primeiras, provenientes de uma reflexão posterior quanto às condições do conhecimento psicanalítico possível, apenas indiretamente poderiam ser confirmadas ou rejeitadas com base em uma categorização global de processos investigatórios.

*pode assumir a forma de uma narração, a qual expõe narrativamente o desenvolvimento psico-dinâmico da criança como uma seqüência continuada de ação: com uma divisão típica de papéis, conflitos básicos que se impõem sucessivamente, modelos de interação que tornam a voltar, enfim, com perigos, crises, soluções, com triunfos e derrotas. Como, por outro lado, no plano da metapsicologia os conflitos são compreendidos sob o ponto de vista da defesa, e as estruturas da personalidade entendidas de acordo com a relação recíproca de Eu, Id, Superego, esta história é apresentada esquematicamente como um processo formativo que segue seu curso através das diversas etapas da auto-objetivação e que possui seu telos na auto-consciência de uma biografia, cuja apropriação se efetua pela auto-reflexão.*²⁴

A teoria, atinente a uma ação comunicativa (o processo de socialização na primeira infância), apresenta-se-ia, então, como *narração*, cujo modo esquemático permitiria uma *generalização sistemática* do que, de outra forma, seria apenas *história*; ela serviria, portanto, de matriz para diferentes narrações individuais. Tal matriz narrativa possibilitaria completar as lacunas de uma história individual por meio de prognoses dedutivas que, por sua vez, viriam confirmar ou infirmar a interpretação. Como as teorias científico-experimentais, portanto, as interpretações genérico-universais seriam diretamente acessíveis ao controle empírico. Porém, diferente das informações científico-experimentais comuns, cuja validade é medida apenas pelos critérios da coerência e da pertinência empírica vigentes para o sujeito que investiga, a aplicação de uma interpretação genérico-universal dependeria da compreensão hermenêutica do sujeito a que se dirige: é a

²⁴Habermas, op.cit., p.274.

experiência da reflexão que pode confirmar ou falsear a hipótese psicanalítica e não uma observação controlada ou uma experiência comunicativa:

*A interpretação de um caso não se corrobora senão, única e exclusivamente, pela continuação de um processo de formação, isto é, junto à auto-reflexão que se executa e não já, com certeza, naquilo que o paciente profere ou na maneira como ele se comporta.*²⁵

*Com razão Freud insiste que apenas a continuação da análise pode decidir algo sobre a utilidade ou inutilidade de uma construção: tão-somente o contexto do processo da formação em seu todo possui o poder de corroborar ou de falsificar.*²⁶

Embora distantes das conexões causais entre eventos empíricos observáveis, as hipóteses psicanalíticas abrangeriam a conexão causal entre, por um lado, símbolos isolados e motivos reprimidos e, por outro, a patologia da linguagem e do comportamento. É como um “conjunto-de-sentido hermeneuticamente compreensível” (op.cit.:287) que tal conexão é formulada, preenchendo ao mesmo tempo as condições de uma hipótese causal e as de uma interpretação. Porém, enquanto que na explicação formulada em termos estritamente científico-experimentais a sua aplicação à realidade não afeta o conteúdo das proposições teóricas, na explicação hermenêutica o enunciado causal apenas criaria corpo no contexto de uma história individual, cuja exposição narrativa traduz as asserções teóricas. A explicação psicanalítica, afirma Habermas (op.cit.:285-6) não se apóia em uma *invariância da natureza* segundo leis naturais mas em uma *invariância da biografia*, fundada na compulsão à repetição. A auto-reflexão, eliminando a compulsão e, portanto, a invariância, teria o poder de dissolver, para além do sintoma, o elo causal em si mesmo.

Diferenciando tal conexão de uma causalidade da natureza, de caráter imutável, Habermas a denomina, invocando Hegel, de causalidade do destino²⁷.

Antes de Habermas, já Paul Ricoeur (1966) procedera a uma extensa leitura hermenêutica da obra de Freud²⁸. A diferença, aponta Prado Jr (op.cit.:22), é que Habermas, valendo-se do legado de Wittgenstein, vai modernizar o discurso da hermenêutica: se há um sentido inconsciente a decifrar, este só pode ser captado no

²⁵Op.cit., p.282.

²⁶Op.cit., p.284.

²⁷Adolf Grünbaun, no livro *The Foundations of Psychoanalysis: a Philosophical Critique* (1984), em que descreve a psicanálise como teoria clínica no campo das ciências naturais, faz a crítica rigorosa dessa caracterização de Habermas da causalidade em psicanálise como causalidade do destino, de caráter revogável. Em função da clareza da sua exposição, reproduzimos o texto de um de seus argumentos (pp.9-15):

Evidentemente, se uma repressão do tipo R é de fato a condição causal sine qua non para a presença de uma neurose do tipo N, então segue-se que a remoção de R resultará efetivamente na obliteração de N. Consequentemente, qualquer paciente que desembaraçar-se de R e dessa forma tornar-se emancipado de N claramente percebe que R é a condição causal sine qua non para a presença de N. Espantosamente, Habermas alega que justamente essa ligação causal mesma é dissolvida pelo trabalho terapêutico do paciente. Mas sem dúvida o estabelecimento de uma conexão causal não pode também habilitar a dissolução dessa ligação.

... o paciente alcança seu ganho terapêutico precisamente fazendo uso de uma conexão causal ao invés de, como Habermas propõe, eliminando tal conexão!

²⁸Uma tal leitura encontra suas raízes no solo da tradição filosófica francesa e se inicia com a oposição introduzida por Roland Dalbiez, em 1936, entre *O Método Psicanalítico e a Doutrina Freudiana*, onde o método interpretativo representaria a inovação teórica de Freud, em oposição à sua doutrina, de caráter especulativo, tida como dispensável ao conhecimento psicanalítico. Em meados dos anos cinquenta, Jean Hyppolite formula a crítica a essa dissociação entre método (hermenêutico) e doutrina (cientificista), considerando que a pretensão de Freud era, justamente, a de articular ambas perspectivas teóricas, o que se evidenciaria na formulação do conceito de pulsão como fundante das questões do sujeito e da interpretação no discurso freudiano (cf. Birman, 1991:19). Tal articulação, porém, apareceria em Freud como problemática que, por falta de uma dialética (que caberia aos contemporâneos realizar), não chega a uma solução. Segundo Monzani (in: Prado Jr., 1990:121-4), Ricoeur, em seu ensaio sobre Freud, *Da Interpretação* (1966), teria se lançado à tarefa proposta por Hyppolite, buscando ultrapassar o afastamento das duas ordens de discurso – teoria do sentido e representação energética (cf. supra, n.7). Para tanto, Ricoeur partiria da hipótese de um estado inicial, esboçado em *O Projeto*, em que a tópica psíquica estaria dissociada do trabalho de interpretação. É o texto de 1900, *A Interpretação dos Sonhos*, que promoveria uma inversão de lugares com relação à explicação e à interpretação freudianas. Se antes a interpretação permanecia dissimulada, de forma que o trabalho teórico de explicação aparecia independente dela, agora tratar-se-ia de explicar teoricamente o que foi fornecido pela interpretação, de forma que a explicação passa a subordinar-se explicitamente à interpretação. O problema estaria em que o modelo do aparelho psíquico apresentado por Freud no capítulo 7 desse texto mostra-se ambíguo, oscilando entre uma representação real e uma analógica. Seria apenas na Metapsicologia que a linguagem energetista e a linguagem do sentido coordenar-se-iam de fato. A originalidade de Freud estaria em fazer do inconsciente o ponto de junção do sentido e da força e, através dessa articulação, tornar possível todo destino psíquico do pulsional: a pulsão é uma pressão, mas, pelo fato de exprimir-se por representações, todas essas pressões seriam transferidas para o destino das apresentações psíquicas. Enfim, a leitura que Ricoeur realiza, da obra de Freud, sob o pretexto de revelar o modo de articulação entre sentido e o energia, terminaria por eliminar, simplesmente, do plano psíquico, o econômico.

funcionamento dos jogos de linguagem que, por sua vez, estruturam o psiquismo. É em nome da comunidade do discurso, e não da intencionalidade da consciência como em Ricoeur, que Habermas vai criticar o naturalismo da metapsicologia. Porém, ao verter a psicanálise ao campo da gramática da linguagem ordinária e transformá-la num exercício da auto-reflexão, Habermas desaloja o inconsciente de seu lugar próprio, colocando-o ao abrigo da consciência, e reduz a análise a uma psicologia do eu (este eu que a psicanálise vem justamente revelar como ilusão).

Michel Foucault: o saber da psicanálise

Numa outra vertente epistemológica, Michel Foucault (1966:361 e seguintes) vai situar a psicanálise, assim como as ciências humanas de um modo geral, no campo do *saber*, mas não da *ciência*. Elas encontrariam seu lugar no cruzamento das três dimensões que caracterizariam o domínio da *episteme* moderna – ciências matemáticas e físicas (caracterizadas por um encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes ou verificadas); ciências como as da linguagem, da vida, da produção e distribuição de riquezas (contendo relações causais e constantes entre elementos descontínuos porém análogos); reflexão filosófica (relativa à formalização do pensamento):

Têm o projeto, mais ou menos protelado, porém constante, de se conferirem ou, em todo o caso, de utilizarem, num nível ou noutro, uma formalização matemática; procedem segundo modelos ou conceitos tomados à biologia, à economia e às ciências da linguagem; endereçam-se, enfim, a esse modo de ser do homem que a

*filosofia busca pensar ao nível da finitude radical, enquanto elas pretendem percorrê-lo em suas manifestações empíricas.*²⁹

Para Foucault, as discussões acerca da cientificidade ou a-cientificidade de tais conhecimentos são totalmente ociosas. As “ciências do homem”, diz ele, fazem parte da *episteme* moderna, ou seja, é no campo epistemológico que elas encontram sua condição de existência; não se trata, portanto, de quimeras pseudocientíficas ideologicamente motivadas, ainda que não sejam “ciências”.

Encontrando sua raiz em modelos tomados de empréstimo às ciências em que o ser humano é dado como objeto, mais especificamente à biologia (relativa a funções e normas), à economia (relativa a conflitos e regras) e à filologia (relativa a significações e sistemas), as ciências humanas situam-se, em relação a estas, num espaço de reduplicação, que pode aplicar-se a elas próprias. Não são uma análise do que o homem é por natureza, mas “*uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar*” (Foucault, op.cit.:370). As ciências humanas vão definir “*a maneira como as empiricidades podem ser dadas à representação*” (op.cit.:380), porém numa dimensão não transparente à consciência, inconsciente. Nos domínios desse saber, a psicanálise ocuparia, juntamente com a etnologia, um lugar privilegiado, pois, se o conjunto das ciências humanas espera que o inconsciente se desvele à medida que uma análise da consciência avança, a psicanálise aponta diretamente para ele, não como aquilo que se explicita, pouco a pouco, de um texto implícito, mas como o que se desvela em seu próprio velamento, o que “*está aí*

²⁹Foucault, op.cit., pp.364-5.

e se furta” (op.cit.:391). Assim, enquanto as ciências humanas permanecem no espaço do representável, a psicanálise avança para transpor a representação em direção ao momento “*em que os conteúdos da consciência [...] ficam abertos para a finitude do homem*” (ibid.). Conseqüentemente, diz Foucault, ela não pode desenvolver-se como puro conhecimento especulativo ou teoria geral do homem:

Não pode atravessar o campo inteiro da representação, tentar contornar suas fronteiras, apontar para o mais fundamental, na forma de uma ciência empírica construída a partir de observações cuidadosas; essa travessia só pode ser feita no interior de uma prática onde não é apenas o conhecimento que se tem do homem que está empenhado, mas o próprio homem [...] Todo saber analítico é, pois, invencivelmente ligado a uma prática, a este estrangulamento da relação entre dois indivíduos, em que um escuta a linguagem do outro”.³⁰

Se a psicanálise serve-se da relação singular da transferência, a etnologia que, como a psicanálise, interroga não o próprio homem mas a região que torna possível um saber sobre o homem, situa-se no interior da relação singular que a *ratio* ocidental estabelece com todas as outras culturas, traçando, a partir daí, “*o contorno das representações que os homens, numa civilização, se podem dar de si mesmos, de sua vida, de suas necessidades, das significações depositadas em sua linguagem*” (op.cit.:395). O privilégio e parentesco da psicanálise e etnologia resultaria do fato de que ambas revelam o *a priori* histórico de todas as ciências humanas:

Era, portanto, muito necessário que ambas fossem ciências do inconsciente: não porque atingem no homem o que está por sob a sua consciência, mas porque se

*dirigem ao que, fora do homem, permite que se saiba, com um saber positivo, o que se dá ou escapa à sua consciência.*³¹

A psicanálise, assim como a etnologia, perpassaria o domínio inteiro das ciências humanas, que não teriam como ignorar seus conceitos e métodos. Porém, embora tendente à essa universalização, tanto a psicanálise como a etnologia não constituem um conceito geral do homem: “em nenhum momento elas tendem a delimitar o que nele poderia haver de específico, de irredutível, de uniformemente válido em toda a parte onde ele é dado à experiência” (op.cit.:396). Em relação às “ciências humanas”, Foucault as denomina de “contra-ciências”, pois “elas [as contra-ciências] assumem [as ciências humanas] no contrafluxo, reconduzem-nas a seu suporte epistemológico e não cessam de ‘desfazer’ esse homem que, nas ciências humanas, faz e refaz sua positividade” (ibid.).³²

No desenvolvimento ulterior de sua obra, porém, Foucault vai enfatizar cada vez mais a interpretação política, passando da arqueologia do saber para a genealogia do poder. A problemática da cientificidade é, portanto, descartada em favor de uma abordagem do conhecimento pelo viés da ética, do poder e do desejo. Sua leitura da psicanálise vai acompanhar esse deslocamento. Assim, no texto citado acima, *As Palavras e as Coisas*, de 1966, a psicanálise é posta em lugar de destaque no conjunto das ciências humanas como aquela que, juntamente com a etnologia, por visar diretamente o inconsciente, é capaz de desconstruir a idéia de homem com que tais ciências operam (pp.391-8). Em *História da Loucura*, texto de 1972, a psicanálise recebe um tratamento ambíguo, sendo vista como

³⁰Foucault, op.cit., p.393.

³¹Op.cit., pp.395-6.

³²Algumas páginas adiante Foucault irá discorrer sobre a lingüística como uma terceira “contra-ciência” que faria aparecer, num modo discursivo, as formas-limites das ciências-humanas, vindo cobrir “tanto esta dimensão da etnologia que refere as ciências humanas às positivities que as margeiam, quanto esta dimensão da psicanálise que refere o saber do homem à finitude que o funda” (op.cit.:398).

uma prática clínica que vem resgatar a tradição da loucura do Renascimento, como modo de o sujeito dizer a verdade de seu desejo, ao mesmo tempo que é inserida no contexto da tradição médica-psiquiátrica, positivista, do século XIX (pp.491;501-3;508;515). Por fim, em *História da Sexualidade I (A vontade de saber)*, de 1976, a psicanálise é citada como uma das tecnologias de produção da subjetividade e da sexualidade a disciplinar e normatizar os corpos, ou seja, como um dispositivo de poder (pp.106-7;120-3).³³

Saber do inconsciente e metapsicologia

Fiquemos, porém, com o primeiro Foucault, aquele que caracteriza a psicanálise como saber do inconsciente, saber que, contornando os limites da representação, revela-se na superfície do discurso em jogo na relação entre analisante e analista e expressa o insabido que funda todo conhecimento. Tal caracterização permite-nos apontar, no discurso epistemológico anterior, os limites que impedem uma apropriação pertinente dos fundamentos desse saber. Pois, se o veto à psicanálise no campo da ciência por parte dos positivistas implica o descrédito à invenção freudiana do inconsciente, a tentativa de transformação da psicanálise numa ciência comportamental envolve, da mesma forma, o menosprezo ao conceito de inconsciente implicado na noção de aparelho psíquico formulada por Freud. Habermas, já o vimos, ao insistir numa dimensão reflexiva da análise, reduz a idéia de inconsciente à de um correlato da consciência, enquanto que Thomas Kuhn, restringindo o seu domínio ao de uma técnica, situa a psicanálise como uma prática

³³Cf. Birman (1994:52-3), o qual conclui esse percurso da obra de Foucault chamando atenção para o fato de que o discurso final de Foucault sobre a psicanálise enquanto tecnologia a serviço da normatização do sexual é o “*contraponto histórico e temático do discurso de Lacan da psicanálise como ética do desejo*”. Nesse sentido, segue o autor (op.cit.:53):

Enquanto para Lacan enunciar a psicanálise como uma ética do desejo implica encontrar uma alternativa possível para a psicanálise como saber, na exterioridade do registro da ciência, para Foucault os seus enunciados sobre o poder normalizador da psicanálise implicam indicar a sua impossibilidade histórica e os seus impasses.

terapêutica entre outras, ignorando-a em sua dimensão essencial de *método de investigação do psiquismo*.

Com efeito, a invenção freudiana do inconsciente vem abrir uma fenda no sujeito da consciência, sujeito, justamente, que faz ciência. Tomar a psicanálise pelo discurso da ciência exige o expurgo dessa porção que cinde o sujeito, pois ciência se faz à custa de recalcar o desejo que move o cientista. A psicanálise, ao tomar como objeto esse desejo enquanto determinante da ação humana e, portanto, também do discurso científico, ou filosófico, situa-se, do ponto de vista desses discursos, como uma metalinguagem. Ao mesmo tempo, ela própria, na medida em que se pretende transmitir, formula-se como um discurso de conhecimento; eis o paradoxo de uma *ciência do inconsciente*³⁴.

A metapsicologia, *corpo teórico* da disciplina analítica, pressupõe um *método* próprio de elaboração conceitual, possibilitando a formulação do inconsciente no campo da consciência. Ela não difere fundamentalmente de qualquer outra forma de elaboração teórica, senão pelo fato de que aquilo que, no discurso científico, encontra-se recalcado, nela revela-se em sua superfície e é essencial ao seu modo de construção – é nisso propriamente que se constitui a originalidade de Freud. Nesse sentido, torna-se curioso, e ao mesmo tempo revelador, o fato de que a metapsicologia venha a ser recusada tanto pela vertente cientificista do conhecimento como pela hermenêutica: a primeira, por considerá-la excessivamente especulativa; a segunda, por interpretá-la como um equívoco cientificista.

³⁴Ver a esse respeito a obra de Joël Dor (1987), *A-cientificidade da Psicanálise — a Alienação da Psicanálise*.

A metapsicologia envolve, portanto, uma *elaboração conceitual* capaz de fornecer uma *explicação* para as situações que se apresentam na *experiência clínica*, na tentativa de solucionar os seus impasses. O estatuto lógico-epistemológico de seus conceitos, a natureza da explicação e o caráter da experiência adquirem especificidades que não permitem sua subsunção pura e simples ao modelo das ciências empíricas sob o risco de ver-se apagar da elaboração metapsicológica aquilo em que consiste justamente sua razão de ser: a possibilidade da enunciação do inconsciente, tal como o formula a psicanálise. Se o discurso epistemológico de Freud não enuncia essa distinção, o modo como ele opera na elaboração de sua teoria permite-nos estabelecer as evidências de uma tal diferença. É ao que se propõe o capítulo seguinte, com base nos textos de Freud que tratam da justificativa do conceito de inconsciente e da formulação do conceito de pulsão.

CIÊNCIA DO INCONSCIENTE: O MÉTODO DA METAPSIKOLOGIA

A idéia, paradoxal, de uma ciência do inconsciente, do incognoscível, vai determinar as formulações de Freud com respeito à concepção de racionalidade que o norteia. Se, em princípio, tal concepção parece ater-se aos cânones do cientificismo de sua época, o problema específico que o tratamento do inconsciente coloca levará à ultrapassagem de seus limites. A análise que segue, a partir do texto de Freud sobre o inconsciente (1915), quanto à legitimidade do objeto da investigação psicanalítica, levanta a pergunta sobre a natureza do conhecimento que concerne a esse objeto. Valendo-se do texto introdutório ao artigo metapsicológico sobre as pulsões (1915), nossa pesquisa vai dirigir-se ao trabalho de elaboração próprio à metapsicologia que, é o que conclui o presente capítulo, funda-se num dispositivo ficcional para o qual a relação a uma alteridade cumpre papel propulsor.

A justificação do conceito de inconsciente

O primeiro capítulo do texto metapsicológico de 1915, *O Inconsciente*³⁵, justifica o uso freudiano do conceito de inconsciente através de duas ordens de argumentos. Freud abre o artigo afirmando, contra opiniões correntes, que a suposição de um anímico inconsciente é **necessária** e **legítima**, havendo numerosas provas em favor da existência do inconsciente.

Sua necessidade advém, em primeiro lugar, do aspecto lacunar dos dados da consciência, em que a explicação de determinados atos psíquicos pressupõe outros atos dos

³⁵Vol.14, AE, pp.163-7; SE, pp.192-7.

quais a consciência não testemunha. Somente quando interpõe-se a inferência de atos inconscientes, aqueles atos conscientes podem inserir-se numa conexão discernível. O fato de, dessa forma, serem dotados de sentido e coerência é, para Freud, um motivo que autoriza ir além da experiência imediata. Se, além disso, a suposição do inconsciente permite construir um procedimento capaz de influir sobre o curso dos processos conscientes visando certos fins, o êxito desse procedimento é prova de existência do inconsciente suposto.

Alguns parágrafos adiante, Freud vai acrescentar que é o desconhecimento dos fenômenos relacionados aos atos anímicos latentes – os quais, em sua maioria, só se tornaram objeto de estudo no âmbito da psicanálise – que conduz à negatividade do seu caráter psíquico, acrescentando que os experimentos hipnóticos, ainda antes da época da psicanálise, já haviam tornado manifestos a existência e o modo de ação do inconsciente anímico.

O papel da experiência

O que Freud chama, nesse texto, de fenômenos lacunares da consciência, corresponde à aparente falta de sentido dos atos falhos, lapsos, sonhos, chistes e sintomas, os quais vão ser objeto de atenção da investigação psicanalítica enquanto indicadores do determinismo psíquico e das motivações inconscientes. A hipótese de que tais fenômenos sejam a expressão de uma outra ordem, irreduzível à ordem consciente, operando de acordo com leis próprias de articulação que determinam a forma de suas representações (Garcia-Roza, 1993:171-7) fornece uma explicação para o seu aparecimento e permite o desvelamento de seu sentido. É esse ganho de sentido que, para Freud, autoriza ultrapassar a experiência na formulação de uma tal hipótese; mas é a verificação da hipótese num

procedimento circunscrito à experiência clínica que fornece a prova da existência mesma do inconsciente.

Birman (1994:16-7), comentando um fragmento do texto *Introdução ao Narcisismo* (1914), a fim de esclarecer os critérios teóricos que direcionariam a pesquisa freudiana³⁶, ressalta o fato de Freud, primeiro, enunciar a diferença entre “teoria especulativa” e “ciência construída sobre a interpretação da empiria” e, segundo, remeter a representação da empiria em psicanálise ao funcionamento psíquico das neuroses e psicoses, em particular ao campo das neuroses de transferência que Birman designa como “*campo da analisabilidade*”.

³⁶Trata-se do trecho em que Freud busca responder à segunda de duas questões relativas ao narcisismo, sobre a necessidade de manter a hipótese de pulsões não-sexuais do ego, admitida a existência de um investimento primário da libido no ego:

A exortação a responder terminantemente à segunda pergunta não pode senão suscitar um mal-estar notável em qualquer psicanalista. Coloca-se o seguinte dilema: é desagradável abandonar a observação em troca de disputas teóricas estereis, mas não é lícito subtrair-se de uma tentativa de clarificação. Certamente representações como as de libido egoica, energia pulsional egóica e outras semelhantes não são apreendidas com facilidade, nem seu conteúdo é suficientemente rico; uma teoria especulativa das relações entre elas pretenderia obter primeiro, em qualidade de fundamento, um conceito circunscrito com nitidez. Ocorre que, a meu juízo, essa é, precisamente, a diferença entre uma teoria especulativa e uma ciência construída sobre a interpretação da empiria. Esta última não invejará à especulação o privilégio de uma fundamentação clara, irrefutável do ponto de vista lógico; de bom grado contentar-se-á com pensamentos básicos que se perdem no nebuloso e apenas se deixam conceber; espera apreendê-los com maior claridade no curso de seu desenvolvimento enquanto ciência e, sendo o caso, está disposta a substituí-los por outros. É que tais idéias não são o fundamento da ciência, sobre o qual tudo descansaria; esse fundamento é tão-somente a observação. Não são o cimento mas o acabamento de todo edifício, e podem ser substituídas e descartadas sem prejuízo. Em nossos dias vivemos idêntica situação na física, cujas intuições básicas sobre a matéria, os centros de forças, a atração e conceitos afins estão sujeitos quase a tantos reparos como os conceitos correspondentes da psicanálise.

(Conforme nota o editor inglês, o início do ensaio *A Pulsão e seus Destinos*, 1915c, que abordaremos a seguir, aprofunda essa mesma linha de raciocínio. Segue a citação:)

O valor dos conceitos de libido egóica e libido de objeto reside em que provêm de um processamento dos caracteres íntimos do acontecer neurótico e psicótico. A separação da libido em uma que é própria do ego e uma endossada aos objetos é o inevitável prolongamento de uma primeira hipótese que dividiu pulsões sexuais e pulsões egóicas. A análise das neuroses de transferência puras (histeria e neurose obsessiva) obrigou-me a essa distinção, e tudo o que sei é que as tentativas de dar as razões desses fenômenos por outros meios fracassaram radicalmente.

Dada a total inexistência de uma doutrina das pulsões que de algum modo nos oriente, está permitido, ou melhor, é obrigatório adotar provisoriamente alguma hipótese e submetê-la à prova de maneira conseqüente até que fracasse ou se corrobore (vol.14, AE:74-5; SE:93-6).

É o quadro do tratamento analítico, fundado numa situação que Freud chama de transferencial³⁷, que vai permitir o acesso ao inconsciente. Na situação analítica, pautada pela transferência, o analisante supõe que o analista detém o saber sobre si. Ora, o saber suposto do analista é decorrente do inconsciente e do desejo do analisante, é o “saber que não sabe de si”. Ao analista compete sustentar a transferência que lhe é dirigida, assumindo uma posição de escuta perante o analisante, devolvendo-lhe como um espelho a mensagem que recebe deste. Dessa forma, permitirá a emergência e o reconhecimento desse saber inconsciente por parte do sujeito, superando a dupla dificuldade que Juranville (1987:27) destaca: se se pretende a verificação do inconsciente do outro, a previsão do que irá afetá-lo (e de que forma) apresenta-se problemática na medida em que os elementos inconscientes são singulares, isto é, próprios de cada um; se, então, a verificação incide sobre si mesmo, seria preciso que os resultados pudessem ser reconhecidos pelos outros, por um lado, e, por outro, paradoxalmente, *"chegar conscientemente a tomar conhecimento de nosso inconsciente e a organizar experiências que verificassem sua potência"* (ibid.).

Se o estabelecimento da transferência fornece as condições que tornariam possível a verificação da hipótese do inconsciente, seria preciso, no entanto, de acordo com Juranville, relativizar a afirmação de Freud quanto ao êxito com que o procedimento analítico influi sobre os processos conscientes. Os tratamentos analíticos de que Freud se fez responsável e que conhecemos por meio de seus relatos não são, em sua maioria, indicadores de um "êxito terapêutico". A idéia de uma previsibilidade quanto aos efeitos do tratamento analítico é problemática quando se considera a impossibilidade de isenção do inconsciente

³⁷Na situação analítica, o conceito de transferência refere-se a que o sujeito que demanda uma análise vai situar aquele a quem ele demanda num determinado lugar que diz do seu modo de estruturação psíquica: o sujeito repete, na relação com o analista, uma estrutura e uma situação de infância. Em toda relação humana está implicada, de modo inconsciente, uma relação de transferência; na psicanálise, porém, é essa relação que propulsiona e norteia a cura. Ver a esse respeito a primeira parte do próximo capítulo.

do analista nesse processo, ou seja, o fato de que o analista não pode dispor do próprio desejo a nível consciente de forma a ordenar uma experiência que depende desse desejo e assim verificar a existência do inconsciente (Juranville, op.cit.:28)³⁸. A dificuldade da prova, porém, não elimina o fato mesmo desses fenômenos lacunares de que, já antes da psicanálise, o hipnotismo³⁹ se ocupava e para os quais a hipótese do inconsciente fornece uma explicação plausível.

Inconsciente anímico

O argumento da existência do inconsciente é reforçado, no texto, pela constatação da exigüidade do conteúdo que a consciência pode abarcar a um momento dado, o que implica que a quase totalidade do que é chamado de conhecimento consciente encontra-se na maior parte do tempo em estado de latência, isto é, de inconsciência psíquica. Quanto a isso, contrapõe-se a objeção de que essas recordações latentes estariam então fora do campo psíquico, correspondendo a processos somáticos a partir dos quais o psíquico poderia novamente surgir. Freud contesta essa objeção argumentando que ela parte da equivalência entre o consciente e o anímico, a qual, diz ele, ou é uma petição de princípio

³⁸Nesse sentido, a experiência clínica em que se apóia a teoria psicanalítica não se confunde com a experimentação laboratorial. Entretanto – como observa Figueiredo (1994b:22) ao comentar trecho da carta de Freud, de 28/02/34, a Rosenzeig, o qual pretendia desenvolver a verificação experimental das hipóteses psicanalíticas –, Freud parecia considerar que “*o psicanalista deveria lidar com os ‘dados’ da clínica como dados de observação tão confiáveis quanto os obtidos em qualquer outro contexto*”. O trecho comentado é o que segue:

Tenho examinado seus estudos experimentais para a verificação das asserções psicanalíticas com interesse. Não posso colocar muito valor nessas confirmações, porque a riqueza das observações seguras sobre as quais essas asserções se apóiam as faz independentes de verificação experimental. Todavia não pode prejudicar.

³⁹Cf. *Algumas Lições Elementares de Psicanálise* (1940 [1938], vol.23, AE:287; SE:319):

... em pessoas hipnotizadas pode-se demonstrar experimentalmente que existem atos psíquicos inconscientes e que a condição de consciente não é indispensável para a atividade [psíquica]. Quem tenha assistido a um experimento tal terá recebido uma impressão inesquecível e adquirido uma perene convicção.

que não dá lugar à verificação da verdade, ou é uma convenção que, como tal, é irrefutável, mas cuja inadequação não exige que se a endosse, pois

*rompe as continuidades psíquicas, precipita-nos nas dificuldades insolúveis do paralelismo psicofísico, está sujeita à crítica de superestimar, sem fundamentação visível, o papel da consciência e nos compele a abandonar antes do tempo o âmbito da indagação psicológica sem ressarcimento em outros campos*⁴⁰.

Para evitar que se encerre numa disputa terminológica a questão do caráter psíquico ou físico dos processos que escapam à consciência, Freud propõe trazer ao primeiro plano o que se sabe sobre a sua natureza. Ora, esses processos mostram-se *inacessíveis*⁴¹, diz ele, em seus caracteres físicos, não havendo idéia fisiológica ou processo químico capaz de fazer-nos discernir sua essência. Em contrapartida, mantêm uma zona extensa de contato com os processos conscientes: podem, por meio de certa carga de trabalho, transpor-se a estes; as categorias que se aplicam aos atos conscientes, como representações, aspirações, decisões, são passíveis de aplicação aos atos inconscientes; e muitos desses estados latentes apenas distinguem-se dos atos conscientes pela exclusão da consciência. Devem ser tratados, portanto, como objetos de investigação psicológica e em íntima conexão com os atos anímicos conscientes.

A constatação da exigüidade dos conteúdos da consciência a um momento dado, levantada por Freud em apoio à sua hipótese, não faz, porém, distinção entre o que Freud denomina de sistema inconsciente e o pré-consciente, o qual não se diferencia, enquanto sistema, do consciente, a não ser pelo seu estado de latência. Mais do que confirmar o

⁴⁰Freud, vol.14, AE, p.164; SE, p.193.

inconsciente freudiano, esse argumento traz à tona a idéia, combatida por Freud, de uma equivalência entre vida anímica e consciência, de forma que as representações não conscientes, ou latentes, seriam atinentes a processos somáticos e não psíquicos⁴².

Inconsciente e identidade da consciência

A evocação dos fatos e a discussão quanto aos conceitos que melhor se adequariam a uma descrição e explicação desses fatos serve para justificar a **necessidade** do conceito do inconsciente e responde a razões que se encontram no âmbito da psicologia. A **legitimidade** da suposição do inconsciente, por sua vez, parte de que, para estabelecê-la, não nos afastamos de nosso modo habitual, e portanto correto, de pensamento. Freud lembra ao leitor que a consciência proporciona, a cada um de nós, apenas o conhecimento de nossos próprios estados anímicos, fundado na certeza imediata de nossa consciência; é

⁴¹A tradução em língua espanhola, na qual nos baseamos, utiliza aqui a expressão *inexequível*. Neste caso optamos pela tradução que a edição Standard Brasileira apresenta por nos parecer mais apropriada, já que o que está em questão não é a *execução* de tais processos mas o *acesso* a eles.

⁴²Cf. as observações de Lacan (1966:78), no texto “Au-delà du ‘Principe de réalité’” (in *Ecrits*, 1966:78), a respeito da psicologia associacionista do final do último século:

Uma tal concepção distingue então duas ordens relativas aos fenômenos psíquicos: de uma parte, os que se inserem em algum nível nas operações do conhecimento racional; de outra parte, todos os demais, sentimentos, crenças, delírios, assentimentos, intuições, sonhos. Os primeiros têm necessidade da análise associacionista do psiquismo; os segundos devem explicar-se por algum determinismo, estranho à sua ‘aparência’ e dito ‘orgânico’ pelo fato de reduzi-los seja ao suporte de um objeto físico seja à relação de um fim biológico.

Assim, aos fenômenos psíquicos não é reconhecida nenhuma realidade própria: aqueles que não pertencem à realidade verdadeira não possuem mais do que uma realidade ilusória. Essa realidade verdadeira é constituída pelo sistema de referências que vale para a ciência já estabelecida: ou seja, os mecanismos tangíveis pelas ciências físicas, a que se somam motivações utilitárias para as ciências naturais. O papel da psicologia não é senão o de reduzir a esse sistema os fenômenos psíquicos e de verificá-lo, determinando os fenômenos mesmos que, nele, constituem o conhecimento. Na medida em que é função dessa verdade, essa psicologia não é uma ciência.

O ponto de vista da psicologia associacionista é aproximado ao da prática médica do mesmo período, onde impera o desprezo pela realidade psíquica, desprezo este que se mantém, de alguma forma, em toda uma formação de escola. Segue Lacan (op.cit.:80):

Mas porque é entre os médicos, isto é, entre o praticante por excelência da vida íntima, que esse ponto de vista aparece da forma mais flagrante como uma negação sistemática, é também de um médico que devia vir a negação do ponto de vista mesmo. Não a negação puramente crítica que na mesma época prosperou em especulação sobre os ‘dados imediatos da consciência’, mas uma negação eficaz por se afirmar em uma positividade nova. Freud deu esse passo fecundo [...] ele foi determinado por sua preocupação em curar.

por analogia que consideramos que os outros também possuem consciência, com base em suas exteriorizações e ações perceptíveis e a fim de torná-las inteligíveis a nós⁴³. Ora, é esse mesmo raciocínio, que atribui consciência ao outro humano, de que se vale a psicanálise para admitir a idéia do inconsciente, bastando que ele se volte para a própria pessoa: "*todos os atos e manifestações que eu noto em mim e não sei enlaçar com o resto de minha vida psíquica devem ser julgados como se pertencessem a outra pessoa e se esclarecerão atribuindo-se a esta uma vida anímica*" (Freud, op.cit., AE:166; SE:195).

Que essa vida anímica diga respeito a uma outra consciência em nosso interior, é uma hipótese que Freud rebate por meio de três argumentos: primeiro, diferentemente de supor uma consciência alheia, a afirmação de uma consciência da qual seu próprio portador nada sabe é contraditória em si mesma; segundo, na medida em que a análise indica que os diversos processos anímicos latentes que discernimos são altamente independentes entre si, seria preciso admitir não apenas uma consciência segunda, mas uma terceira, uma quarta e assim por diante, numa "*série infundável de estados de consciência desconhecidos para nós e que se ignoram entre si*"; terceiro e "*mais sério*" argumento: a investigação analítica indica que uma parte desses processos latentes possuem características e peculiaridades que contrariam diretamente as propriedades da consciência que nos são familiares. A designação de "subconsciência" para referir-se a tais processos que parecem desvinculados do restante de nossa vida psíquica é recusada por Freud⁴⁴.

Ver também Maurice Dayan que, no livro *Inconscient et Réalité* (1985:55), cita essa mesma passagem de Lacan, em comentário acerca das relações entre realidade psíquica e materialidade.

⁴³Tal analogia teria sido estendida no passado também aos animais, plantas, seres inanimados, sendo aplicável quando a semelhança com o eu-indivíduo era maior, mas tornou-se cada vez mais duvidosa à medida que aumentava a distância entre o outro e o eu (Freud, op.cit., AE, p.166; SE, p.195).

⁴⁴Depois de utilizar o termo "subconsciente" em seus escritos iniciais, Freud, a partir de *A Interpretação dos Sonhos*, passa a criticar seu uso (cf. nota do editor inglês, vol.14, AE:167; SE:196). No texto *A Questão da Análise Leiga*, Freud desenvolve um pouco mais sua restrição ao uso do termo, restrição que remete a uma

O argumento da **legitimidade** exposto por Freud remete a um tema próprio à tradição filosófica desde Descartes: a questão da auto-consciência, que pressupõe a identidade (permanência no tempo) da consciência. Tal argumento não deixa de revelar o ponto em que a filosofia da consciência se fragiliza: se não se admite a hipótese do inconsciente, torna-se difícil conciliar a idéia da identidade da consciência com a evidência mesma dos seus episódios lacunares.

A incognoscibilidade do inconsciente

Freud conclui sua exposição de razões recorrendo a um segundo tema filosófico, relativo à crítica kantiana, que reproduzimos a seguir:

Na psicanálise não temos outra opção senão declarar que os processos anímicos são em si inconscientes e comparar sua percepção pela consciência com a percepção do mundo exterior pelos órgãos sensoriais. E ainda esperamos extrair dessa comparação um ganho para o nosso conhecimento. A suposição psicanalítica da atividade anímica inconsciente nos aparece, por um lado, como uma continuação do animismo primitivo, que em tudo nos espelhava homólogos de nossa consciência, e, por outro, como continuação da correção que Kant introduziu em nossa maneira de conceber a percepção exterior. Assim como Kant nos alertou para que não julgássemos à percepção como idêntica ao percebido incognoscível, deixando de considerar o condicionamento subjetivo a que está sujeita, também a psicanálise nos adverte para não substituir o processo psíquico inconsciente, que é o objeto da consciência, pela percepção que esta faz dele. Como o físico, tampouco

disputa conceitual com Pierre Janet, neurólogo francês: "Quando alguém fala de subconsciência, não sei se, topicamente, concebe algo situado na alma por baixo da consciência ou, qualitativamente, uma consciência

*o psíquico é necessariamente na realidade segundo nos aparece. Não obstante, nos disporemos satisfeitos a experimentar que a correção da percepção interior não oferece dificuldades tão grandes como a da percepção exterior, e que o objeto interior é menos incognoscível que o mundo exterior.*⁴⁵

A analogia entre inconsciente e coisa-em-si, por um lado, e a afirmação do inconsciente como "*menos incognoscível*" que o mundo externo, por outro, vêm acarretar dificuldades para a compreensão do conceito freudiano do inconsciente. Se a idéia da atemporalidade dos processos inconscientes justificaria sua analogia com a coisa-em-si kantiana (incognoscível), na medida em que o tempo, como forma do sentido interno, é condição necessária e a priori do conhecimento humano, tomada em sua justa acepção, essa analogia implicaria relegar o inconsciente ao "pano de fundo", ao substrato de todo fenômeno psíquico, sem que disso se pudesse extrair maiores conseqüências teóricas. É o que afirma Laplanche (1987:158-9), recusando a analogia em favor da idéia do inconsciente como sistema com leis próprias, a diferenciar-se do consciente. Porém, quando Freud especula acerca de um **objeto interior menos incognoscível** que o mundo exterior, percebemos que a idéia que ele faz do inconsciente como incognoscível difere fundamentalmente do atributo da incognoscibilidade que Kant confere ao conceito de coisa-em-si. Desta, nada se pode conhecer, na medida em que ela escapa às condições objetivadoras do conhecimento humano. Não há "correção" possível a fazer de suas manifestações, sejam "físicas" ou "psíquicas". Se Freud fala de um "objeto" menos

outra, por assim dizer subterrânea [...] A única oposição admissível é a que media entre consciente e inconsciente." (vol.20, AE:185; SE:225).

⁴⁵Freud, op.cit., AE, p.167; SE, p.197.

incognoscível, ou seja, passível, em algum grau, de conhecimento, encontra-se já situado no mundo dos fenômenos, e não mais da coisa-em-si⁴⁶.

O inconsciente como objeto de conhecimento

Em *Inconscient et Réalité*, Maurice Dayan (1985) justifica a comparação de Freud entre inconsciente e coisa-em-si, para além do tratamento livre a que nela é submetido o conceito kantiano, pela substituição, que tem aí seu curso, do fenômeno consciente por um “ser construído” – o ser psíquico –, o que fundamenta o ultrapassamento dos “dados” que permitem tanto à filosofia como ao senso comum ter sua opinião sobre as questões psicológicas⁴⁷. É o artefato da análise que torna cognoscível a realidade psíquica⁴⁸. Conforme o autor:

A consciência sendo então definitivamente reconduzida à categoria de predicado aleatório e inconstante do ser psíquico, sua destituição em proveito de uma realidade oculta acarreta duas conseqüências, aparentemente divergentes. A primeira é a autonomia relativa do psíquico perante a realidade material, seja qual for: enquanto objeto de ciência, esse ser construído não pode mais ser considerado como um epifenômeno dos processos físico-biológicos, tal como postulavam as psicologias de inspiração materialista. Mas, por outra parte, essa mesma consagração permite à psicologia de ser ela também uma ‘ciência natural’ e de pôr fim à exclusão do psíquico do conjunto dos acontecimentos do mundo. Pode-se

⁴⁶Freud aqui pareceria guiado antes por Descartes que, em suas *Meditações*, após afirmar 1) *Cogito ergo sum* e 2) *Sum res cogitans*, estabelece como terceira verdade na ordem das razões a constatação de que “o espírito é mais fácil de conhecer do que o corpo”!

⁴⁷Cf. *Algumas Lições Elementares de Psicanálise* (vol.23, AE:285; SE:317).

⁴⁸O conceito de realidade psíquica vem substituir àquele expresso em *A Interpretação dos Sonhos*, o de “psíquico real”, cuja natureza Freud afirma ser tão desconhecida quanto o real do mundo exterior, e ao qual se tem acesso, de maneira incompleta através dos dados da consciência. Segundo Dayan (op.cit.:55), a

*reunir essas duas conseqüências dizendo que a cientificidade da abordagem analítica supõe reservar a seu objeto um lugar específico na ordem da natureza, lugar deixado vago pela psicologia da consciência.*⁴⁹

À especificidade do objeto corresponderia uma especificidade do método que o engendra e que culmina no modo de elaboração teórica próprio à metapsicologia. É a metapsicologia, constructo teórico que define o “ser psíquico”, que, na concepção de Dayan, possibilita o inconsciente como objeto de conhecimento.

Assoun (1981:77 e seguintes), ao comentar essa mesma passagem de Freud, utiliza o termo "transobjetividade" para referir-se ao modo como os processos inconscientes transparecem nos fenômenos, situando o inconsciente num campo transcendental, o qual, porém, através do trabalho de construção metapsicológica, emerge como conhecimento. Na visão de Assoun, como na de Dayan, portanto, é a elaboração metapsicológica que permite que o inconsciente seja tomado como objeto e que, como tal, seja menos incognoscível que o mundo exterior.

Já Loparic (1986:6-8; 1991:54 e seguintes) vai situar essa passagem da coisa-em-si ao fenômeno como indicativa de que talvez Freud vislumbrasse aí, em contraposição à metapsicologia considerada como “**teoria noumenal** do inconsciente”, uma “**fenomenologia** dos atos psíquicos inconscientes”, cujas condições de possibilidade seriam melhor desenvolvidas ulteriormente em *Inibição, Sintoma, Angústia* (1924). O autor desenvolve essa idéia inspirado na fenomenologia heideggeriana, onde o conceito de fenômeno não se refere ao objeto da intuição, estando excluído do campo representacional;

diferença enunciada atesta uma evolução sob o eixo de uma mesma matriz inspiradora, a qual exige a correção das aparências engendradas pela consciência.

⁴⁹Dayan, op.cit., pp.55-6.

é através de nossos afetos, e em particular pela angústia, que ocorre o acesso privilegiado a nós próprios enquanto fenômenos. Também em Freud encontrar-se-ia a idéia da angústia como fenômeno fundamental, não representacional, posto que afetivo, cuja temporalidade, correspondendo a três dimensões – uma *situação atual* de perigo, a *repetição* de uma situação traumática experienciada no *passado* e a *antecipação* da irrupção *futura* dessa mesma situação traumática –, apresenta a mesma estrutura que a temporalidade da angústia descrita por Heidegger, a qual governa os modos de existir do homem que precedem os atos de representar. Dessa forma, se esclareceria a observação de Freud de que o inconsciente é menos incognoscível do que o mundo físico em si, conforme a conclusão do autor:

*O mundo físico é acessível somente na percepção e permanece, enquanto coisa em si, incognoscível, devido ao condicionamento subjetivo desta. O inconsciente, um modo de ser nosso, é acessível via nossos afetos, por exemplo, via angústia. A angústia não é um tipo de representação e, portanto, a teoria kantiana dos limites da nossa faculdade cognitiva não se aplica a ela. Não é proibido esperar, portanto, que a angústia possa nos revelar aspectos do nosso inconsciente que a representação necessariamente ignora.*⁵⁰

A interpretação de Loparic circunscreve as formulações freudianas no quadro hermenêutico, atribuindo à metapsicologia um caráter meramente convencional, passível de ser descartada (o que seria mesmo desejável, sugere o autor). E, no entanto, poder-se-ia tomar tal interpretação, a despeito de seu autor, também como uma elaboração metapsicológica; uma metapsicologia, para além de Freud, onde a angústia vem substituir à especulação.

⁵⁰Loparic, 1991, p.57.

Essa leitura do texto de Loparic nos é sugerida por José Luiz Caon, na análise cuidadosa e original do significado do termo metapsicologia na obra de Freud a que dá curso em sua tese de doutorado⁵¹. A metapsicologia, segundo o autor, não se restringe à elaboração conceitual dos processos psíquicos em suas relações dinâmicas, tópicas e econômicas, como define Freud no artigo metapsicológico sobre *O Inconsciente* (1915). Ela é indicativa, também, de uma presciência difusa e obscura da qual, no entanto, não é possível se furtar. Caon recorre à correspondência de Freud com Andreas-Salomé e Ferenczi, entre outros, na qual Freud primeiro anuncia o projeto de uma grande síntese metapsicológica para depois lançá-lo ao esquecimento, limitando-se à elaboração de alguns poucos e fragmentários ensaios metapsicológicos. O que se perde, o que não é escrito, permanece como “resto”, como inalisável que insiste, fonte indizível de onde se origina a metapsicologia, seu “núcleo duro” e “coração” (Caon, op.cit.:156-9). A tentativa de sistematização da teoria psicanalítica mostrar-se-ia estéril na medida em que recusa a presença, a ação desse resto, restringindo a liberdade de pensar com que trabalha Freud, liberdade que, justamente, é condição de possibilidade de expressão do psíquico. *“O que a metapsicologia propõe – diz Caon – não é uma argumentação, mas uma abertura e uma possibilidade para o pensamento humano a partir de novos pontos de vista”* (op.cit.:181-2).

A metapsicologia apresentar-se-ia, então, de qualquer forma, como ferramenta crucial no desenvolvimento da pesquisa psicanalítica. Convém, assim, buscar, no discurso freudiano, os elementos que permitam identificar o modo como se processa a sua elaboração.

⁵¹Caon, 1993, pp.145-85.

O nascimento da metapsicologia

É na correspondência a Fliess⁵², antes da virada do século, que surgem as primeiras referências ao termo “metapsicologia”⁵³, aludindo à “*psicologia que se estende para além da consciência*” (carta de 10 de maio de 1898). A metapsicologia, expressão do fundamento arqueológico do psiquismo, vai representar a via de acesso, no caminho da medicina, do projeto filosófico do jovem Freud (carta de 1º de janeiro de 1897), inscrevendo-se “*no cruzamento do desejo especulativo e da prática científica*” (Assoun, 1976:69). Tais referências são indicadoras da hesitação e do investimento afetivo que marcam a relação de Freud com sua invenção:

*... muito além dessas considerações [sobre as aquisições particulares da psicopatologia], dissimula-se meu filho ideal, meu filho problema: a metapsicologia.*⁵⁴

Nos textos públicos, é apenas no último capítulo da *Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901), ao buscar a origem psíquica da superstição, que Freud refere-se ao termo:

Porque o supersticioso nada sabe da motivação de suas próprias ações casuais, e porque essa motivação esforça-se por obter lugar em seu reconhecimento, ele vê-se forçado a situá-la no mundo exterior por descentramento [...] Creio, de fato, que boa parte da concepção mitológica do mundo, que penetra até nas religiões mais modernas, não é outra coisa que psicologia projetada ao mundo exterior. O obscuro

⁵²Cf. edição de Jeffrey Moussaieff Masson, traduzida e publicada pela Imago em 1986.

⁵³É numa carta de 13 de fevereiro de 1896, ao referir-se ao livro de Taine, *L'Intelligence*, que ele usa pela primeira vez a expressão metapsicologia (cf. nota do editor inglês, in *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, vol.6, AE:251; SE:309).

*discernimento (uma percepção endopsíquica, por assim dizer) de fatores psíquicos e constelações do inconsciente espelha-se [...] na construção de uma realidade suprasensível que a ciência deve tornar a mudar em psicologia do inconsciente. Poderia ousar-se resolver dessa maneira os mitos do paraíso e do pecado original, de Deus, do bem e do mal, da imortalidade, e outros similares: transpor a metafísica à metapsicologia.*⁵⁵

É a tradução em metapsicologia da metafísica que vai definir, neste texto, a psicologia do inconsciente. A auto-representação obscura do conflito psíquico tende a ser objetivada em sua manifestação metafísica (mediação em 1º grau), o que torna possível a investigação metapsicológica (mediação em 2º grau). Assim, se a metapsicologia pressupõe a metafísica, ela, no entanto, reduz a pretensão transcendental desta à sua origem psicológica (Assoun, 1976:71-3)⁵⁶.

A episteme do conceito

Somente em 1915 – quatorze anos depois, portanto – Freud vai voltar a trazer a público o termo, na série de ensaios que se inauguram com *A Pulsão e seus Destinos*

⁵⁴Carta de 12 de dezembro de 1896.

⁵⁵Vol.6, AE, p.251; SE, p.309.

⁵⁶ Caon (1993:169-70), comentando a passagem citada do texto de Freud, chama atenção para o fato de que é “*uma grande parte da visão de mundo mitológica*” que Freud identifica como “*psicologia projetada no mundo externo*”, de forma que nem toda visão de mundo mitológica se enquadra nessa definição. Remetendo essa distinção ao contexto intelectual contemporâneo a Freud, no qual vigorava, lado a lado, uma metafísica acadêmica vulgar (“*métaphysicaille*”: a má metafísica, na definição do *Larousse, Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle*, citado pelo autor) e a metafísica dos sábios (“*ciência das coisas que não são percebidas senão pela inteligência, explicadas pela razão pura e que escapam à observação*” conforme a definição do termo “*métaphysique*” que traz o *Larousse*), Caon afirma que “*é sobretudo a metafísica enquanto *métaphysicaille* que interessa à metapsicologia*”.

Um comentário de Binswanger, em suas *Memórias* (citado por Assoun, 1976, p.211) vem ao encontro dessa interpretação. Binswanger esclarece que o que Freud chamava de filosofia correspondia à idéia que o leigo se faz disso, ou seja, “*a pura especulação sobre as coisas últimas*”. Essa acepção elementar do conceito de metafísica, diz Assoun, origina-se da designação de um “*além da investigação científica*”.

(1915). Nesses textos, a metapsicologia aparece como conceito elaborado, evidenciando um longo, silencioso processo de maturação.⁵⁷

O primeiro parágrafo de *A Pulsão e seus Destinos* constitui o discurso do método de construção da metapsicologia:

Muitas vezes ouvimos sustentar-se a reivindicação de que uma ciência deve construir-se sobre conceitos básicos claros e definidos com precisão. Na realidade, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O começo correto da atividade científica consiste antes em descrever fenômenos que logo são agrupados, ordenados e inseridos em conexões. Já para a descrição mesma é inevitável aplicar ao material certas idéias abstratas que foram recolhidas de alguma outra parte e não apenas da experiência nova. E mais indispensáveis são essas idéias – os posteriores conceitos básicos da ciência – no tratamento ulterior do material. No início devem comportar certo grau de indeterminação; não se pode pensar em cingir com clareza seu conteúdo. Enquanto se encontram nesse estado, temos que nos pôr de acordo acerca de seu significado pela remissão repetida ao material empírico do qual parecem extraídas, mas que, na realidade, lhes é submetido. A rigor, possuem então o caráter de convenções, não obstante o qual, é de interesse extremo que não sejam escolhidas ao azar, mas que estejam determinadas por relações significativas com o material empírico, relações que se crê adivinhar ainda antes que se possa conhecê-las e demonstrá-las. Somente depois de ter explorado mais a fundo o campo de fenômenos em questão, é possível

⁵⁷Em carta a Jung, de 12 de fevereiro de 1911, Freud revela estar “gestando uma grande síntese”, cuja redação ele inicia a 15 de março, concluindo os primeiros ensaios em poucas semanas. A idéia de um Tratado Metapsicológico, no entanto, é abandonada em favor das particularidades e nuances de cada texto e de acordo

*apreender com maior exatidão também seus conceitos básicos e aperfeiçoá-los para que se tornem utilizáveis em um vasto âmbito e para que, além disso, fiquem por completo isentos de contradição. Então talvez tenha chegado a hora de cunhá-los em definições. Mas o progresso do conhecimento não tolera rigidez alguma, tampouco nas definições. Como ensina palmariamente o exemplo da física, também os "conceitos básicos" fixados em definições experimentam uma constante alteração de conteúdo.*⁵⁸

Em princípio, esse texto não revela nenhuma especificidade, a nível epistêmico, da psicanálise. Antes a insere em procedimentos de uma epistemologia geral, própria às ciências da natureza⁵⁹. Segundo Assoun, inscrevendo a psicanálise no paradigma epistemológico que a física relativista vem inaugurar, Freud “*concebe o recurso à superestrutura conceitual da psicanálise (da metapsicologia em seu sentido técnico estrito) como um requisito genérico das Naturwissenschaften*” (Assoun, op.cit.:77)⁶⁰. Com efeito,

com as exigências de seu objeto e o estilo de elaboração consagrado de Freud (cf. Assoun, op.cit.:73 e Caon, op. cit.:160).

⁵⁸Freud, vol.14, AE, p.113; SE, p.137.

⁵⁹Assoun (op.cit.:64-5) observa que o que confere à psicanálise, aos olhos de Freud, o título de ciência da natureza, não podendo ser o caráter natural do objeto, já que se trata da esfera psíquica, é o modo de tratamento epistêmico do mesmo: enquanto objetos de conhecimento, os processos inconscientes são tratados de forma homóloga ao modelo físico-químico. Da mesma forma, Grünbaum (op. cit.:3) refere o abandono por parte de Freud de uma noção inicial de ciência, ontologicamente reducionista, em favor de uma noção epistêmica, metodológica.

⁶⁰ O percurso freudiano com relação à metapsicologia é sintetizado na seguinte frase de Assoun (1978:78):

... tudo se passa como se a metapsicologia, originariamente vivida por Freud, como o indicam suas cartas a Fliess, como um reinvestimento do projeto filosófico originário, tivesse sido redefinida, com a emergência da prática analítica (na virada do século), e, correlativamente, tecnicizada (como se pode notar no cap.VII de A Interpretação dos sonhos ao texto citado de A psicopatologia da vida cotidiana) para converter-se, finalmente, em requisito epistemológico, o que fica consumado com os ensaios de 1915.

Apesar de sua precisão técnica, a metapsicologia permaneceu irredutível a uma tecnicização integral; o que justifica a ausência de uma “Metapsicologia” na obra de Freud. Isso porque, se a metapsicologia aprimora-se em técnica epistêmica, ela o faz por derivação de uma exigência especulativa, sem, com isto, perder sua autonomia. Assoun (op.cit.:79) remete essa exigência especulativa a uma origem filosófica:

[A metapsicologia] dá o espetáculo de uma construção epistêmica, lógica e geneticamente ancorada num projeto filosófico, mas que se constitui por desmembramento e, finalmente, por descontinuidade radical e motivada em relação à exigência filosófica.

é possível identificar aí os signos da filiação de Freud a Ernst Mach, o qual professava o ponto de vista da continuidade da física à psicologia, através da redução do universo a um complexo de sensações (Assoun, 1981:84-102).

Quando, no texto, Freud situa o começo da atividade científica na descrição de fenômenos (seguida do seu agrupamento, ordenamento e estabelecimento de conexões), para a qual é necessário lançar mão de certas idéias abstratas com caráter de convenções, identifica-se com a idéia de Mach da arbitrariedade do ponto de partida da pesquisa científica, em contraste com a necessidade, para a filosofia, de um sistema pré-construído. Essa arbitrariedade é, no entanto, relativizada pela remissão ao material empírico, com o qual tais idéias devem manter "relações significativas". Trata-se aqui, diz Assoun (op.cit.:95), do princípio machiano de economia do pensamento: *"a tarefa da ciência é a de expor os fatos segundo o princípio de economia [...] de tal sorte que ela empregue somente as representações estritamente necessárias para as necessidades de adaptação à experiência"*. A teoria consistiria, portanto, na *"adaptação dos pensamentos aos fatos e dos pensamentos entre si"*. A arbitrariedade mantém-se pela necessidade de limitar a extensão das relações fenomenais a serem investigadas, dada a complexidade das relações entre os elementos da experiência. A escolha, para estudo, de determinadas relações em detrimento de outras representa, para Mach, o "instinto" da pesquisa científica.

O papel da ficção

Na metapsicologia, declaram-se, com efeito, a reivindicação de uma diferença radical e a ambigüidade de uma origem renegada e de uma tentação superada.

No entanto, ainda que a tarefa especulativa se sustente do desejo confesso de Freud pela filosofia, isso, por si só, não evidencia um encadeamento lógico entre metapsicologia e filosofia. Se ambas têm na especulação um método de trabalho comum, sendo a especulação a origem da metapsicologia, ela aí se diferencia pela pluralidade dos campos em que vai colher as idéias abstratas a partir das quais trabalha (biologia, antropologia, química, poética, mitologia, aí incluindo-se a filosofia) e pela função que vem assumir a ficção no seu engendramento, como veremos a seguir.

Se, porém, a construção metapsicológica representa esse trabalho especulativo (adaptação dos pensamentos aos pensamentos) associado à investigação empírica (adaptação dos pensamentos aos fatos) que caracteriza a epistemologia machiana, ela diferencia-se desta pela crescente importância que assumem as "idéias abstratas" na elaboração freudiana. Elas tornam-se necessárias, por um lado, no momento mesmo da descrição do fenômeno e vão tornar-se mais indispensáveis à medida que avança a investigação. Por outro lado, embora pareçam extraídas do material empírico a que são relacionadas, essas idéias na verdade o submetem, sendo escolhidas em função das relações significativas que possam estabelecer com esse material, relações essas que são intuídas antes que possam ser conhecidas e demonstradas. Segundo Assoun (op.cit.:96), se não há aí recusa do papel da experiência, ocorre um deslocamento de eixo do fenomenismo machiano em direção ao racionalismo. Nisso Freud segue a Einstein, que também tivera em Mach o seu modelo epistêmico mas que termina por substituir o fenomenalismo convencionalista por uma espécie de "realismo racionalista", restituindo à racionalidade a objetividade que Mach lhe negava. Para Freud, porém, o fenomenalismo permanece como base de sua teoria. Assim, ao mesmo tempo que *"o material experimental é submetido à legislação do conceito, e a derivação fenomenal não passa de uma ilusão"*, mesmo os conceitos fundamentais já fixados em definições – é o exemplo da física – têm seu conteúdo modificado em função da experiência. Entretanto, ao pôr-se em marcha o trabalho metapsicológico, o que ocorre é a explosão do quadro da referência machiana, para além do que professa Freud em seu discurso epistemológico (Assoun, op.cit.:101-2).

É o que aponta Laplanche (1992:6), seguindo um pouco mais adiante a leitura do texto de *A Pulsão e seus Destinos*, quando Freud introduz o conceito de pulsão como um dos conceitos fundamentais da psicanálise. Para esclarecê-lo, Freud recorre primeiramente

à fisiologia, tomando-lhe de empréstimo o conceito de estímulo e o esquema do arco reflexo. Laplanche observa – e uma observação a respeito de algo que não poderia passar despercebido por Freud – que o esquema do arco reflexo por ele apresentado não se sustenta diante da fisiologia, mesmo a do início do século. Esse falso esquema, no entanto, serve aos propósitos da metapsicologia:

*Aí está, portanto, essa noção de arco reflexo, descrita por um falso esquema no âmbito de uma fisiologia aberrante, proposta como modelo para a psicanálise! E, sem dúvida, como um modelo extremamente fecundo, na própria medida em que, por mais errado que seja, há algo no aparelho psíquico que se parece com isso, ou seja, que tudo o que entra deve ser rapidamente evacuado. Desta forma, esse suposto empréstimo tomado de uma ciência conexas recorre apenas a uma fisiologia fantástica, ou talvez, popular, **assim como** a paralisia histérica recorre a uma anatomia paracientífica para delimitar seu território.⁶¹⁶²*

Monzani, no artigo “A ‘Fantasia’ Freudiana” (in Prado Jr., 1990:73-107), constata que quase todos os grandes textos teóricos de Freud são fantasias teóricas, a exemplo de *O Projeto*, baseado numa neurologia fantástica:

De fato, parece ser uma característica do procedimento freudiano esse método de fantasiar cientificamente. O que se acostumou denominar o positivismo, o mecanicismo de Freud, na verdade nada mais é que a transformação, o

⁶¹Laplanche, op.cit., p.7.

⁶²“A teoria das pulsões é, por assim dizer, nossa mitologia” proclama Freud nas *Novas Conferências*, texto de 1932 (SE, vol.22:119).

*metabolismo especulativo operado por ele na base dos conceitos advindos desse campo.*⁶³

Nesse sentido, não há oposição entre ficção e ciência. Antes, como afirma Mezan (1989:116), o aspecto figurado dos modelos conceituais representa a própria essência do trabalho de pensamento, trabalho este cujo desenrolar Freud põe a nu em muitos dos seus textos, onde expõe as elaborações da psicanálise de uma maneira que Mezan (op.cit.:117) chama de genética⁶⁴:

A própria forma da pesquisa é inspirada pelo método associativo; toma-se um dado, um fato, e, a partir do caráter enigmático deste elemento, põe-se em marcha uma investigação que avança de modo absolutamente não-linear.

A escrita de Freud é, nesse caso, ela própria exploratória⁶⁵, onde a recorrência a expressões figuradas não é mero recurso retórico, mas "*procedimento constitutivo da própria idéia que se busca expressar na luta inglória com as palavras*" (Mezan, *ibid.*).

É o que ocorre, de forma exemplar, em *Análise Terminável e Interminável* (1937), quando Freud, discutindo a possibilidade, mediante a terapia analítica, de resolver o conflito entre o ego e a pulsão por meio de uma harmonização desta com aquele, vai recorrer à figura da feiticeira:

Se pergunta-se por quais caminhos e com que meios isso acontece, não é fácil responder. Não se pode menos que dizer: 'então é preciso que intervenha a bruxa'

⁶³O que Monzani denomina de "fantasias" nós preferiríamos chamar de "ficções", cf. *infra*.

⁶⁴Freud, da mesma forma, chama de "genético" o método de apresentação da teoria que segue o caminho percorrido pelo próprio investigador (vol.23, AE:280; SE:315). No entanto, o termo parece não se adequar perfeitamente bem ao modo como procede Freud na exposição do conhecimento psicanalítico, uma vez que, no trabalho de pensamento, o inconsciente põe-se de imediato inteiro; a teoria psicanalítica representaria a tradução desse inconsciente em termos lógicos.

[‘so muss denn doch die Hexe dran’]. Ou seja, a bruxa metapsicologia. Sem um especular e um teorizar metapsicológicos – estive a ponto de dizer: fantasiar – não se dá aqui um só passo adiante.⁶⁶⁷

Mezan, apoiando-se na análise de Monique Schneider em *Freud et le Plaisir*, aponta a sobredeterminação que incide sobre a menção à feiticeira de Goethe nesse texto. Por um lado, a metapsicologia, ao operar com fórmulas, ou seja, com "*configurações de conceitos e regras para lidar com eles*", compara-se à feiticeira que "*prepara suas beberagens seguindo regras para combinar os diversos elementos, e com isto produzir um certo efeito*" (Mezan, op.cit.:120). Além disso, se a poção de que Fausto se serve tem como efeito devolver-lhe o vigor sexual pelo rejuvenescimento, trata-se de um tema pertinente ao assunto discutido no parágrafo em que a feiticeira é citada: o conflito entre a pulsão e o ego, a relação entre o prazer e a satisfação pulsional. Por outro lado, a figura da bruxa, associada à idéia de sexualidade, remete ao imaginário de Freud, conforme as recordações infantis ligadas à imagem de sua babá que ele revela a Fliess. É ainda a correspondência a Fliess que vai testemunhar o interesse de Freud pela história das feiticeiras a partir do momento em que sua escuta dos sintomas e fantasias de suas pacientes indicam uma similaridade com os relatos contidos naquela história – a bruxa seria a histérica do passado, e, novamente, surge, para Freud, vinculada ao tema da sexualidade.

Assim, vemos desenhar-se ponto a ponto os contornos de uma organização fantasmática, construída em torno da figura da feiticeira, a atravessar o tema

⁶⁵Cf. Mahony, 1989 e 1992.

⁶⁶Vol.23, AE, p.228; SE, p.257.

⁶⁷Considerando a argumentação de Loparic, no lugar da especulação como via de acesso ao inconsciente, poder-se-ia fazer uso da angústia, fenômeno afetivo, não representacional, do qual se esperaria a revelação de aspectos do inconsciente ignorados pela representação (cf. supra). Isso, no entanto, ao contrário do que supõe o autor, não torna inútil a metapsicologia.

metapsicológico do prazer em relação com a pulsão e a sedução. A especulação e a teorização não escondem o seu apoio num substrato de fantasias (ficções). Tais fantasias, ou ficções, porém, sofrem um processo de elaboração, articulando-se, num outro nível, como conceitos: trata-se da transformação, seria melhor dizer tradução, do processo primário em processo secundário – cuja oposição Freud aponta, no parágrafo citado, como ponto de apoio no seguimento da pesquisa (feiticeira) metapsicológica. É essa transformação (tradução) que torna possível a abstração e a generalização que caracterizam um conceito (Mezan, op.cit.:130).

Longe, porém, de ser uma formulação tardia na obra de Freud, a vinculação da fantasia (o *Phantasieren*) à racionalidade freudiana surge já nos primórdios da pesquisa analítica (Assoun, 1981:104). Em carta a Fliess de 1895, Freud escreve a respeito da psicologia, novo "tirano" ao qual se submetia na busca de uma teoria do funcionamento mental:

*Nestas últimas semanas, tenho dedicado cada minuto livre a esse trabalho; tenho gasto as horas noturnas, das 11 às 2, com fantasias (Phantasieren), interpretações (Ubersetzen) e palpites (Erraten) e, invariavelmente, só me detenho quando, em algum momento, esbarro num absurdo ou sinto-me real e seriamente esgotado pelo trabalho...*⁶⁸

Na tradução de Assoun:

⁶⁸In: Masson (ed.), 1985, p.130.

*...não fiz outra coisa senão fantasmear (Phantasieren), transpor (Ubersetzen), adivinhar (Erraten)...*⁶⁹

Se em 1937 o *Phantasieren* aparece ligado ao *Speculieren* e ao *Theoresieren*, nesse texto inicial ele surge também numa trilogia, vinculado ao *Ubersetzen* e ao *Erraten*. No primeiro caso, nota Assoun (op.cit.:105), trata-se de termos de ordem intelectual, enquanto, nesse último, o que prevalece é o caráter errático do trabalho realizado:

Fantasmear significa, aqui, 'transpor', ou seja, encontrar analogias com registros diferentes e, mesmo, 'adivinhar', o que nos leva aos confins da racionalidade e da forma 'científica' do saber.

A evocação da feiticeira, no final da obra de Freud, expressa, diz Assoun, esse mesmo aspecto oracular e intuitivo do começo de suas investigações. No percurso de sua pesquisa, Freud parece manter, do início ao fim, estrita obediência a um imperativo que exige levar a tarefa científica até o seu limite, como se fosse possível ultrapassá-lo para seguir em frente. O apogeu desse processo dá-se com o estabelecimento do conceito de pulsão de morte, em 1920 no texto *Além do Princípio do Prazer*. Como mostra Assoun (op.cit.:106), é novamente, nesse texto, a interrupção na exposição dos fatos que motiva a invenção especulativa, autorizando o pensamento a prosseguir, combinando seguidamente o domínio dos fatos com o da especulação, sem certeza sobre o ponto de chegada. A certeza advém do momento em que a especulação, ao objetivar-se, impõe-se, torna-se necessidade, "sem, no entanto, anular sua marca subjetiva de origem" (Assoun, op.cit.:107). É o que atesta Freud, ainda acerca da pulsão de morte, em *Mal-Estar na Civilização* (1930 [1929]), anos depois:

⁶⁹Assoun, 1983, p.104.

*A princípio eu havia sustentado apenas experimentalmente as concepções aqui desenvolvidas, mas no curso do tempo adquiriram tal poder sobre mim que já não posso pensar de outro modo.*⁷⁰

O lugar da alteridade

Essa coerção do *Phantasieren* não deve, porém, confundir-se com o que Mezan (1989:130), citando Patrick Lacoste, chamou de "sacralização da fantasia". No processo de construção metapsicológica, a invenção especulativa deve ser contida e elaborada pela razão. Mezan cita Freud, o qual, em carta a Ferenczi, escreve que "*o mecanismo da produção consiste numa série de imaginações audazes e extravagantes, e num senso crítico implacavelmente realista*".

Caon (1993:451) escreve que, na situação psicanalítica de pesquisa, os investimentos do pesquisador oscilam entre a especulação metapsicológica e seu controle crítico, numa analogia com o que Ferenczi afirma acerca dos investimentos do analista no curso de uma análise, que "*oscilam entre identificação (amor objetal analítico) de uma parte e controle de si ou atividade intelectual de outra parte*" (Ferenczi apud Caon, *ibid.*). Tal controle crítico, porém, somente se efetiva a partir de uma alteridade:

... o pesquisador e a pesquisa psicanalítica, fundados sobre o modelo do sonho [conforme o modelo da cura], têm necessidade de uma alteridade. Pode-se conceber esse modelo como o da palavra espirituosa, onde o outro é um terceiro, um público benfazejo. Assim, o jogo especulativo, apoiado sobre o modelo do sonho, e o jogo crítico, que requer uma alteridade enfocada a partir do modelo da

⁷⁰Vol.21, AE, p.115; SE, p.142.

palavra espirituosa, constituem os dois momentos do pensamento metapsicológico.

[grifos meus]⁷¹

⁷¹O modelo do sonho diz respeito ao processo de elaboração onírica, que traduz o conteúdo latente do sonho (realização de desejos inconscientes) em seu conteúdo manifesto, realizando-se por meio de três operações: a *condensação*, onde um único elemento representa várias cadeias associativas que se inter cruzam; o *deslocamento*, onde o valor psíquico de uma representação é transferido a uma outra, aparentemente insignificante, à qual aquela se encontra ligada por uma cadeia associativa; a *tomada em consideração à figurabilidade*, que transforma os pensamentos do sonho em imagens visuais. Sobre essas três operações, próprias ao processo primário de funcionamento do aparelho psíquico, incide ainda a *elaboração secundária* ou *tomada em consideração à inteligibilidade*, destinada a apresentar o sonho sob uma forma narrativa unificada, coerente e inteligível. O método da associação livre, utilizado no tratamento analítico, ao propor a suspensão da autocensura para expressão das cadeias associativas do paciente numa forma mais próxima ao processo primário, baseia-se nesse modelo do sonho (cf. Freud em *A Interpretação dos Sonhos, parte II*, 1900-1901, e o *Vocabulário de Psicanálise*, 1967, de Laplanche e Pontalis). Caon alude aqui especialmente ao terceiro termo desse processo, a figurabilidade – propícia, por sua vez, ao funcionamento dos dois primeiros, condensação e deslocamento –, representando a posição especulativa da metapsicologia. Já a inteligibilidade remeteria à sua posição crítica, a qual requer a figura da alteridade, representada, no parágrafo citado, pelo modelo do chiste. (ver também Caon, 1994:154). O tema da alteridade, por sua vez, surge, em Freud, no texto *Os Chistes e suas Relações com o Inconsciente* (1905), onde ele vai demarcar a diferença entre a situação *cômica*, cuja observação é capaz de fazer rir a um sujeito consigo mesmo, e o *chiste* ou palavra espirituosa, o qual necessita ser comunicado a um outro para se concluir: “É como se [...] se transferisse à outra pessoa a decisão sobre se o trabalho do chiste cumpriu sua tarefa, como se o eu não se sentisse seguro de seu julgamento a respeito disso” (vol.8, AE:137-8; SE:167). Esse terceiro a quem se conta um chiste, para que possa cumprir tal função, deve encontrar-se em uma atitude tal, de neutralidade ou benevolência, que não venha a suscitar sentimentos opostos ao propósito do chiste em questão. Todo chiste, diz Freud, requer seu próprio público: “partilhar o riso diante dos mesmos chistes evidencia uma abrangente conformidade psíquica” (op.cit., AE:144; SE:174).

Ficção, transferência, explicação

O percurso que realizamos até aqui, com relação ao cerne do discurso epistemológico de Freud, poderia ser resumido conforme segue: a necessidade de explicação do sentido dos fenômenos lacunares da consciência leva à formulação da hipótese do inconsciente e, com este, à invenção de um método (metapsicológico) de elaboração conceitual capaz de descrever seus atributos e modo de funcionamento; tal método vai requerer o uso de um dispositivo ficcional no engendramento dos seus conceitos; é apenas no contato com uma alteridade, porém, que esses conceitos vão ganhar espessura, objetivando-se numa experiência que, atravessada pelo fenômeno da transferência (relação intersubjetiva entre dois sujeitos), permite verificar a validade da hipótese. Chegamos, assim, aos termos que, em cada uma das questões levantadas ao final do capítulo anterior, indicam a especificidade epistêmica da psicanálise: a noção de *transferência* no estabelecimento da experiência analítica; o dispositivo da *ficção*, na elaboração dos conceitos; a idéia de *Deutung* enquanto *explicação* interpretativa. O próximo capítulo pretende dar desenvolvimento a cada um desses termos sob o pano de fundo da discussão epistemológica relativa ao caráter da observação, ao estatuto dos conceitos e à natureza da explicação, conforme o que estabelece o capítulo antecedente.

TRÊS CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA PSICANÁLISE

Ao levantarmos diferentes posições da epistemologia com relação ao estatuto do conhecimento psicanalítico, constatamos o ponto em que a quase totalidade dessas posições vinha convergir, ou seja, a impossibilidade de enunciar o conceito de inconsciente, tal como o formulara Freud, num *topos* distinto daquele em que à filosofia coube designar a consciência (cap.1). O exame dos textos de cunho epistemológico de Freud, confrontados ao seu modo peculiar de elaboração teórica, fez ressaltar a tensão presente no saber freudiano entre um modelo tradicional de cientificidade e a invenção, que a especificidade do objeto da psicanálise vai exigir, de um dispositivo metodológico a subverter esse mesmo modelo (cap.2). Consideramos que essa tensão, necessária ao andamento do projeto freudiano de instauração de uma nova disciplina científica, tem seu ponto de sustentação no cruzamento de três vértices: a *experiência* psicanalítica; a *conceituação* dessa experiência; a *conexão* entre os conceitos e os fatos da experiência. Cada um desses vértices define-se a partir de um termo que, se por um lado justifica a aproximação com o modelo cientificista, por outro vem justamente dar conta desse movimento de subversão interno à obra freudiana. Trata-se, respectivamente, do conceito de transferência, que destitui a observação do campo psicanalítico; do dispositivo da ficção, que não se deixa reduzir à conceituação abstrata própria, por exemplo, às ciências físicas e matemáticas; da idéia de causalidade inconsciente como determinante do modelo explicativo que se sobrepõe à interpretação e encontra expressão no vocábulo alemão *Deutung*. Esses três termos representam, a nosso ver, conceitos fundamentais para se pensar uma epistemologia da psicanálise que não acarrete a degradação da noção freudiana de inconsciente. Neste

capítulo, pretendemos traçar os contornos de cada um desses termos no contexto da investigação psicanalítica levada a cabo por Freud, centrando-nos especialmente no segundo deles por considerá-lo como o dispositivo metodológico por excelência que vai permitir a enunciação do inconsciente no campo da consciência⁷².

O caráter da experiência: transferência

Vimos, no primeiro capítulo, de que forma é a referência a uma *prática* que vai impulsionar a investigação freudiana resultando na elaboração de uma *teoria da clínica*. Se o ponto de partida de uma tal prática é, de fato, a clínica médica em sua positividade, tal como era concebida ao final do século passado (cf. Foucault, 1972), os problemas com que essa clínica se enfrenta impõem a Freud a necessidade de uma inovação teórica, alcançada pela via da metapsicologia, implicando uma redefinição do campo clínico. Nessa redefinição, a *escuta* vem substituir o *olhar* como método clínico, transformando radicalmente a relação ética estabelecida com a loucura. Freud vai romper com a perspectiva biologizante da psiquiatria que restringe a loucura ao registro da enfermidade. Os textos freudianos que tratam das neuroses, psicoses e perversões podem ser lidos, nesse sentido, não como uma nosografia propriamente dita, mas como apresentação dos modos como cada estrutura psicopatológica revela-se no plano intersubjetivo a partir da postura de escuta do analista. Nada da conduta médica tradicional – alguma forma de exame corporal, incluindo a utilização de instrumentos técnicos – faz parte do procedimento do analista, que apenas convida o analisante a falar (Birman, 1989:98/137).

⁷²Utilizamos como eixo orientador da pesquisa quanto ao dispositivo da ficção o estudo de Paul-Laurent Assoun, *Introduction à la Métapsychologie Freudienne* (1993), onde este situa a ficção como um dos fundamentos da racionalidade metapsicológica. Em relação ao conceito de transferência, em que pese a extensa bibliografia psicanalítica sobre o tema, guiamo-nos essencialmente pelo trabalho de Joel Birman, *Freud e a Experiência Psicanalítica* (1989), em função do tratamento epistemológico que o autor confere ao termo e do lugar fundante que advoga à clínica na constituição do saber psicanalítico.

É a ordem da linguagem como reveladora de uma subjetividade que a psicanálise vem restaurar. Na situação analítica, o sujeito fala a um outro, “interlocutor privilegiado”, que o escuta e que “*devolverá o seu discurso às suas fontes, isto é, pretende determinar de que lugar o sujeito está falando e para quem está se dirigindo*” (Birman, op.cit.:145). A experiência transferencial é determinante nesse contexto para gerar transformações de caráter psíquico, não por seus efeitos diretos sobre o sujeito, mas pelo que permite revelar da sua constituição mesma. Birman identifica aí a finalidade básica do processo analítico, sendo a cura sintomática apenas o seu efeito⁷³. É o que aponta o autor no texto de Freud que segue:

*Psicanálise é o nome (1) de um procedimento que serve para indagar processos anímicos dificilmente acessíveis por outras vias; (2) de um método de tratamento de perturbações neuróticas baseado nessa investigação, e (3) de uma série de intelecções psicológicas, adquiridas por esse caminho, que pouco a pouco foram-se coligando em uma nova disciplina científica.*⁷⁴

O modo como Freud conceitua a psicanálise neste parágrafo é indicativo de uma hierarquia entre o *procedimento de investigação*, o *método de curar* e o *discurso teórico* (Birman, op.cit.:138). Assim, o método de investigação tem como decorrência o método terapêutico que, somado ao primeiro, resulta no discurso teórico. A clínica psicanalítica, calcada na noção de transferência, representa justamente esse procedimento de investigação

⁷³O autor observa que, se a eliminação dos sintomas fosse o objetivo principal da análise, seria suficiente, para tanto, instrumentalizar o efeito mágico da transferência, operando, assim, unicamente a nível de sugestão.

⁷⁴Freud, *Dois Verbetes de Enciclopédia – Psicanálise* (1922), vol.18, AE, p.231; SE, p.287.

posto como eixo fundador do campo psicanalítico⁷⁵. O que move Freud é a busca da verdade, uma verdade singular a cada sujeito. É o acesso desse sujeito à sua verdade (a verdade de seu desejo) que o processo analítico vem possibilitar, sendo a cura um desdobramento possível, não necessário, desse processo. O saber analítico, por sua vez, refere-se à tentativa de sistematização dos pressupostos dessa experiência. O texto de Freud é claro em relação ao caráter inconcluso desse saber, onde a consolidação em uma *nova disciplina científica* permanece como ideal a perseguir (Assoun, 1993:16).

Certamente esse aspecto de *abertura* do saber teórico da psicanálise é uma das razões que levam Freud a aceitar, como atinentes ao campo psicanalítico, resultados e elaborações teóricas diferentes dos seus, *desde que* respeitados os seus pressupostos básicos – sexualidade infantil, teoria da libido, teoria do recalque, complexo de Edipo –, os quais se constituem em torno à *experiência psicanalítica originária*, regulada pela transferência e pela resistência (Birman, op.cit.:69). O autor destaca a seguinte passagem, contida em *História do Movimento Psicanalítico* (1914), onde Freud, de forma bastante incisiva, delimita os contornos do campo analítico com base nessas duas noções:

É lícito dizer, pois, que a teoria psicanalítica é um intento para compreender duas experiências que, de modo chamativo e inesperado, obtêm-se ao tentar reconduzir a suas fontes biográficas os sintomas patológicos de um neurótico: o fato da transferência e o da resistência. Qualquer linha de investigação que admita estes dois fatos e os tome como ponto de partida de seu trabalho tem direito a chamar-se

⁷⁵No entanto, embora a clínica apareça como elemento crucial, fundante do campo psicanalítico, não se encontra nos textos de Freud uma definição da mesma. A razão dessa ausência, diz Birman (op.cit.:136) é da ordem do direito e não do fato, uma vez que falar da clínica implicaria uma referência à totalidade da psicanálise, tornando impossível destacá-la como um verbete.

*psicanálise, ainda que chegue a resultados diversos dos meus. Mas aquele que abordar outros aspectos do problema afastando-se dessas duas premissas dificilmente poderá escapar à acusação de ser um usurpador que busca mimetizar-se, se insistir em chamar-se psicanalista.*⁷⁶

É a transferência, portanto, situada como ponto de partida da experiência psicanalítica, que vai estabelecer os contornos dessa experiência. Os textos técnicos de Freud descrevem a *transferência* como o que interrompe a rememoração dos acontecimentos passados para revivê-los no contexto da situação analítica – na relação com o analista – num modo de *resistência* à abertura do inconsciente que, por indicar seu fechamento, ao mesmo tempo o revela⁷⁷. Lacan (1964:131) vai sublinhar o fato de que, se o fenômeno da transferência inclui tanto ao sujeito como ao analista, não o faz de modo simétrico, pois aquele que demanda uma análise procura uma verdade que supõe o analista saber. Ora, o analista só é suposto saber aquilo que decorre do inconsciente e do desejo do

⁷⁶Vol.14, AE, p.16; SE, p.26. Birman (op.cit.:70) situa essa passagem no contexto da ruptura de Freud com seus discípulos Jung e Adler, os quais punham por terra justamente esses pressupostos básicos da psicanálise:

Com o primeiro, a perspectiva sintética no campo analítico impunha efetivamente a limitação da experiência transferencial e a resistência permanecia silenciosa pela sedução da manutenção da unidade do sujeito, enquanto que, no segundo, a unidade da subjetividade se mantinha pelo postulado do ego como sendo monolítico, através da noção da 'vontade de poder' e, assim, a transferência se restringia à disputa pelo poder no plano interpessoal.

Posteriormente, segue o autor, no debate surgido no interior da sociedade psicanalítica em torno da publicação da obra de Ferenczi e Rank, *Perspectivas da Psicanálise*, Freud vai fazer a defesa da diversidade de idéias, opondo-se à posição da direção da Associação Internacional de Psicanálise (que via no caso uma repetição da situação havida com Jung), por entender que as novas concepções que Ferenczi e Rank apresentavam não punham em questão os fundamentos do saber analítico.

⁷⁷O conceito de transferência vai sofrer modificações ao longo da obra de Freud, na medida em que se transformam a experiência psicanalítica originária, o conceito de processo psicanalítico e a trama conceitual que o enuncia (Birman, op.cit.:109). Assim, é possível demarcar três momentos distintos da formulação do conceito: em *Estudos sobre Histeria*, de 1895; no caso Dora, de 1905; em *Rememoração, Repetição e Elaboração*, de 1914. Já antes disso, porém, no contexto da pesquisa hipnótica, Freud vai nomear a transferência, o recalamento e a resistência, embora sem conseguir captar-lhes a verdade, sendo outro o conteúdo que mais tarde irá atribuir a esses termos (Caon, 1994:157). “*Trata-se – diz Caon – de um dos mais belos exemplos do emprego de termos sem nenhuma ressonância teórica, que somente uma experiência psicanalítica pode lhes dar.*”

analisando (Juranville, 1984:223); a tarefa do analista seria, então, através de seu próprio desejo⁷⁸, fazer vir à luz o desejo no sujeito (Juranville, op.cit.:224).

Assim, é somente na relação ao Outro que o inconsciente do sujeito revela-se, rompendo a continuidade do discurso consciente. A argumentação teórica da psicanálise, destinada a inscrever o conteúdo analítico no domínio público da ordem das razões, pressupõe essa outra cena a dois – e que “não permite terceiros”⁷⁹ – que é a situação analítica⁸⁰. O campo da experiência psicanalítica distingue-se, assim, do terreno do experimento observacional, o qual destina-se à verificação objetiva imediata e pressupõe uma relação de exterioridade entre o sujeito da experimentação e o objeto da experiência⁸¹. Ocorre que o *objeto* da investigação analítica é mesmo o *sujeito* do inconsciente, sujeito de desejo. A realidade transferencial é o que permite ao desejo de um dos sujeitos encontrar

⁷⁸Tema, entre outros, do seu Seminário 11, o desejo do analista é, para Lacan (1964:240), condicionante da transferência em jogo na análise. Pois, se o desejo é desejo do Outro, é apenas no encontro com o desejo do analista que o desejo do analisante pode afirmar-se. Ainda que Lacan não o nomeie, podemos, simplificarmente, designar o desejo do analista como desejo de saber.

⁷⁹Cf. a figura do Juiz Imparcial em *Podem os leigos exercer a análise? Diálogos com um Juiz Imparcial*, (1926, vol.20, AE:165-244; SE:203-293).

⁸⁰Assim como a razão mantém-se ativa na situação transferencial, alguma coisa da transferência permanece determinante na situação racional de transmissão do saber psicanalítico (Assoun, 1988:45). É nesse sentido que, conforme aponta Birman (op.cit.:76), o movimento psicanalítico vinha representar para Freud a possibilidade de transmissão de uma experiência fundante, que apenas o discurso teórico não seria capaz de realizar. Para tanto, era necessário que ele se guiasse pelos mesmos preceitos teóricos e éticos do processo psicanalítico, “orientando-se pelo posicionamento do sujeito frente à sua verdade e o confronto com as suas resistências, e não submetendo-se, portanto, à lógica da propaganda e da aquisição de adeptos, se isso representasse o descartamento dos pressupostos da psicanálise e sua submissão à lógica do saber psiquiátrico.” (Birman, ibid.).

⁸¹Caon (op.cit.:161), seguindo a Laplanche (1987:16), distingue três termos na língua alemã para o vocábulo *experiência* que nos ajudam a caracterizar a especificidade que a transferência confere à experiência analítica. O primeiro termo, *Experiment*, descreve a experiência do cientista no laboratório: “o vivido pelo experimentador e o próprio experimentador devem desaparecer perante o objeto”. O termo *Erlebnis*, por sua vez, indica a vivência do sujeito: “aqui, é o objeto ou o outro que não conta mais perante o vivido pelo sujeito”. Já a *Erfahrung* designa “uma experiência que se transformou num aprendizado e num saber”. Caon entende a experiência no sentido de *Erlebnis* como o momento especulativo da formulação metapsicológica, ou seja, a sua face acrítica e feiticeira, enquanto que a *Erfahrung* corresponderia ao seu segundo momento, sua face crítica e científica (a experiência no sentido de *experimento* teria um valor meramente ilustrativo em psicanálise). Podemos pensar que a situação analítica, isto é, o campo de experiência próprio à psicanálise, coloca em jogo, no circuito da relação transferencial, esses dois momentos, *Erlebnis* e *Erfahrung*, tanto para o analista como para o analisante, ainda que, como foi dito acima, postos em situação assimétrica um em relação ao outro.

mediação pela presença do Outro (Assoun, 1988:88). Assim, o que se passa numa análise, isto é, a livre associação do analisante e a escuta interpretativa do analista, não pode ser julgado do ponto de vista da razão, por meio de critérios externos ao contexto da relação transferencial que condiciona ambos: dizer do analisante e interpretação do analista.

O estatuto dos conceitos: ficção

Em sua *Introduction à la Métapsychologie Freudienne* (1993:47-8), Assoun estabelece os sentidos possíveis, positivos, para o termo “ficção”. Remetendo a uma indiferença metodológica quanto à realidade objetiva da idéia, o termo designa uma construção lógica ou artística, da qual, por uma estratégia epistêmica, embora sabendo-se que nada lhe corresponde na realidade, espera-se obter um efeito determinado. É também uma hipótese útil para representar a lei ou o mecanismo de um fenômeno, conforme o modelo da física. Finalmente, no campo do direito, o termo refere-se à “*enunção falsa ou incerta que deve ser igualmente tida por verdadeira*”, recebendo a denominação de “ficção legal” cujo valor de verdade é avaliado na medida da crença e do seu reconhecimento pelo outro (a figura do pai é citada aqui como paradigma desse modo de ficção).

Esse conjunto de definições remete a três tipos de questões, vigentes no momento mesmo em que Freud formula a sua invenção: uma questão gnoseológica, quanto à possibilidade do sujeito cognoscente produzir uma imagem adequada do objeto que ele visa (o que, diz Assoun, reenvia ao momento ficcionante do processo de conhecimento mesmo); uma questão epistemológica, relativa à construção explicativa, sobre a possibilidade de dar conta de um “fenômeno” por meio de uma “representação” entre a hipótese (legítima) e a

especulação (quase mitológica); uma questão ético-jurídica ou ético-religiosa quanto à “crença” e o grau de “assentimento” que a ficção permite.

É em torno da segunda questão que vão centrar-se os debates no início do século, situando-se nos limites entre o idealismo, onde “*a ficção se evapora em idéia*”, e do realismo, onde ela “*se identifica à realidade*”. Nesse terreno, o positivismo vai enfatizar a necessidade de que a representação encontre seu fundamento na experiência, enquanto o pragmatismo buscará estabelecer o seu valor em termos práticos, em função dos efeitos que dela advêm (Assoun, op.cit.:48).

Situando o percurso de Freud no contexto desse debate epistemológico, do qual, contudo, dadas as condições peculiares de seu objeto, ele se emancipa, Assoun identifica em Freud uma postura ao mesmo tempo pragmática e rigorosa. Tal pragmatismo e rigor vão determinar a necessidade da ficção metapsicológica como modo de acesso a um campo e um objeto para além dos dados imediatos da experiência, fornecendo uma explicação para os processos psíquicos operantes nesse campo (Caon, 1994:165).

Com efeito, ao início do capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos*, conforme nos aponta Assoun (op.cit.:49), Freud escreve:

Tropeçamos com a impossibilidade de esclarecer o sonho como fato psíquico, pois explicar significa reconduzir ao conhecido, e por ora não existe nenhum conhecimento psicológico ao qual pudéssemos subordinar o que cabe discernir em qualidade de princípio explicativo a partir do exame psicológico dos sonhos. Pelo contrário, seremos obrigados a estabelecer uma série de novas hipóteses que alcancem mediante conjeturas o edifício do aparato psíquico e o jogo das forças

*que nele atuam; e deveremos ter o cuidado de não revoltear muito mais além de sua primeira articulação lógica, pois do contrário seu valor se perderia no indeterminável.*⁸²

A invenção do aparelho psíquico, levada a efeito nesse texto de 1900, é uma dessas hipóteses novas, representando a ficção metapsicológica maior da obra de Freud, cuja figurabilidade engendra-se na imagem de um aparelho telescópico:

*Imaginamos então o aparato psíquico como um instrumento composto, cujos elementos chamaremos instâncias ou, em benefício da clareza, sistemas. Depois formulamos a expectativa de que esses sistemas possuirão talvez uma orientação espacial constante, ao modo em que os diversos sistemas de lentes de um telescópio seguem-se uns aos outros. A rigor, não necessitamos supor um ordenamento realmente espacial dos sistemas psíquicos. Basta-nos que seja estabelecida uma seqüência fixa entre eles, isto é, que, à raiz de certos processos psíquicos, os sistemas sejam percorridos pela excitação dentro de uma determinada série temporal. A série pode experimentar uma alteração no caso de outros processos; queremos deixar aberta essa possibilidade.*⁸³

O esquema do aparelho psíquico que Freud então apresenta compõe-se de duas extremidades (perceptiva e motora) e o princípio de um duplo funcionamento atinente aos sistemas pré-consciente e consciente, de um lado, e inconsciente, de outro. A heterogeneidade entre os sistemas é comparável à diferença entre as lentes que, num telescópio, fazem projetar-se a imagem sobre um ponto que não é real, mas virtual. A imagem virtual como efeito do jogo de lentes do aparelho corresponde à idéia de que as

⁸²Vol.5, AE, p.506; SE, p.545.

instâncias psíquicas, embora funcionando em relação com o corporal, prescindam de uma localização anatômica⁸⁴. Freud institui aí a noção de *localização psíquica*, pela qual o inconsciente é pensado como relativo a um outro espaço, cujo acesso é barrado à consciência. A postulação de um *sistema tópico* inconsciente vai revelar-se assim essencial à metapsicologia como forma de suplantar o caráter meramente descritivo do inconsciente enquanto correlato da consciência. Trata-se não somente de “*não superestimar a consciência*” mas de conceber o inconsciente como “*a base geral da vida psíquica*” (Dayan, 1985:53).

A passagem da primeira tópica (consciente e pré-consciente/inconsciente) para a segunda (id/ego/superego), contudo, vai exigir que se modifique o desenho dessa primeira figura de ficção que representa o aparelho psíquico⁸⁵. Freud justifica essa passagem considerando que a primeira tópica não é exatamente uma *teoria*, mas uma *descrição*, um “*primeiro inventário dos fatos de nossas observações, que se mantém tão preso a esses fatos quanto possível e não tenta explicá-los*”⁸⁶. A segunda tópica representaria, então, conclui Assoun (1993:51), um estado de teorização mais próximo da explicação propriamente dita das relações existentes entre as qualidades psíquicas e as instâncias do aparelho psíquico.

⁸³Op.cit., AE, p.530; SE, p.573.

⁸⁴Cf. Simanke (1994:58):

Não se trata de pôr de lado os pressupostos materialistas; o psíquico surge como um efeito indissociável da materialidade do sistema nervoso, da mesma maneira que as imagens óticas são impensáveis senão como efeito das lentes que as produzem. Contudo, não é mais necessário o recurso a este fundamento orgânico para que o modelo explicativo da psicanálise possa se constituir. [...] Freud constrói seu aparelho mais como um espaço lógico do que como um espaço geométrico. Ou, em outras palavras, aquilo que há de empiricamente extenso é o aparelho neuronal, o sistema nervoso; a extensão do psiquismo é logicamente necessária.

⁸⁵Cf. *O Ego e o Id*, 1923, capítulo II (vol.19, AE:21-30; SE:32-41).

⁸⁶*Esboço de Psicanálise*, 1940 [1938] (vol.23, AE:159; SE:187).

Entre uma formulação e outra, Freud aprimora a noção de *pulsão* em conceito fundamental sobre o qual vai apoiar-se o discurso da metapsicologia. Já vimos, no capítulo precedente, como o início do primeiro ensaio metapsicológico, *A Pulsão e seus Destinos*, circunscreve o discurso epistemológico de Freud ao convencionalismo fenomenalista de Mach, convencionalismo que, observa Assoun (op.cit.:52), conforme a pêndula clássica na teoria do conhecimento, é por um lado atraído pelo empirismo e por outro reafirma uma espécie de racionalismo metodológico. O autor conclui o seu comentário dessa passagem de Freud num parágrafo que descreve as características essenciais, e tensionantes, do conceito metapsicológico (op.cit.:53):

Têm-se aí um retrato edificante do conceito metapsicológico: compromisso estrito entre uma exigência de rigor de forma – ele deve conter a maior densidade possível de determinações em sua ‘compreensão’ – e de ‘mobilidade de conteúdo’ – pela multiplicação em ‘extensão’ das ‘relações’ experienciais. Do primeiro ponto de vista, o termo de ‘ficção’ não lhe convém decididamente, na medida em que ele enfatiza o caráter de ‘irreal’, enquanto que o conceito metapsicológico contém o reflexo mais fiel possível de determinações do objeto descrito e restituído; do segundo ponto de vista, o termo de ‘conceito’ deve ser manejado com prudência, na medida em que em nenhum momento a experiência é submetida e de algum modo ‘domada’ por um ‘a priori’: um conceito metapsicológico é feito ‘para viver’ e pode-se sentir nele o ciclo mesmo do ‘conteúdo’ que faz sua ‘carne’.

O conceito metapsicológico escaparia, portanto, tanto à definição de “conceito”, na medida em que este, por “moldar” a experiência aos seus contornos, a enrijece, quanto à

denominação de “ficção” propriamente dita que, pelo caráter irreal, não serve à representação de realidade que pretende a metapsicologia.

Freud, no entanto, reconhece no “ficcionalismo” um momento necessário e incontornável da elaboração metapsicológica. É o que expressa a invocação da feiticeira, em *Análise Terminável e Interminável* (1937), que, conforme mostra o capítulo anterior, vem confirmar o extravasamento – que a *démarche* freudiana impõe – do discurso convencionalista de que Freud se faz autor em 1915. A figura da feiticeira, invocada no limite da investigação dos fatos, é, como a imagem de um sonho, determinada por uma série de pensamentos que se encontram nela condensados ou deslocados. “A *determinação do psiquismo*, afirma Caon (1994:167), *dá-se pelo psiquismo mesmo: é por meio de dispositivos psíquicos que Freud constrói um aparato psíquico*”. Da mesma forma, são as particularidades do psiquismo de Freud, calcadas na singularidade de sua história e em sua vontade de saber, que determinam a figuração da metapsicologia como *feiticeira*⁸⁷.

Considerando o “momento ficcionante” que todo processo de conhecimento comporta, essa afirmação soa banal. A ficção metapsicológica, porém, não é mera *representação* da idéia, construção de um conceito, mas *apresentação* do inconsciente mesmo. Nesse sentido, as condições de possibilidade da subjetividade freudiana são também as condições de possibilidade do objeto da psicanálise. É por isso que o “freudismo” apresenta-se intimamente ligado à “psicanálise”, conforme esclarece Assoun (1993:18-9):

A Darstellung – da ‘objetividade inconsciente’ – adquire seu sentido na Selbstdarstellung, a apresentação do eu freudiano. Tal é o sentido epistemológico e

não apenas existencial, das fórmulas onde o inventor da psicanálise observa, quase se desculpando, que seu ‘destino de vida’ seja tão estreitamente ligado ao destino da psicanálise (pós-escrito da autobiografia). Talvez ele o tenha exprimido de forma patética nessa observação a Fliess: ‘Desde que eu estudo o inconsciente, tornei-me eu próprio muito interessante’ (carta de 3/12/1897).

Mais do que *boutade*, o que se anuncia aqui, esclarece o autor, é a indicação da especificidade epistêmica que dá forma ao objeto da psicanálise: enquanto a ciência “normal” tem como condição de sua validade um certo des-interesse pelo sujeito, o saber da psicanálise, ao contrário, faz interessar-se legitimamente o sujeito por si mesmo, pelo seu próprio traço no objeto (Assoun, *ibid.*).

Mahony (1982), enfocando a atividade de Freud como escritor, faz da análise literária um recurso importante no esclarecimento do pensamento freudiano. Seu estudo vem reforçar a idéia de que a elaboração metapsicológica de Freud não tem apenas uma função explicativa com respeito ao objeto da pesquisa psicanalítica; ela serve também para *mostrá-lo*, de uma maneira que se poderia chamar de “performática” (cf. Derrida, apud Mahony). Tomando por base o texto de *Além do Princípio do Prazer* (1924), que Derrida (*ibid.*) descreve como resultado da repetição e do desvio, Mahony (*op.cit.*:59) escreve:

Quando a exposição se complica e se volta sobre si mesma, em vez de progredir, não pode ser ela modificada pelo processo primário e pelo princípio do prazer? Não mostra o pensamento, na sua rápida divergência, a influência de vestígios da pulsão? Esta influência invalida as conclusões ‘racionalizadas’? Ou esse tipo de especulação verbal concernente às pulsões, de fato, as imita? A resposta é que tal

⁸⁷Cf. *supra*, capítulo 2.

exposição demonstra e reforça eminentemente os traços da pulsão. Mas a prosa de Freud não apenas dramatiza e reflete. Ela tem também valor racional e reflexivo. Mais do que a de qualquer outro analista, a prosa de Freud é bilateral, como o rosto de Jano, anfíbia, equilibrando-se entre mostrar e fazer, entre desempenho e descrição, refletindo e dando testemunho, processo primário e secundário, afeto e racionalidade, impulso e análise. Ela paira entre o consciente e o inconsciente; é uma prosa limítrofe, por isso autenticamente 'psicanalítica'.

Esse modo peculiar de elaboração conceitual tem seu método próprio que, como o método da associação livre, abre caminho para a revelação do inconsciente. Um ensaio de Ludwig Börne, *A Arte de se Tornar um Escritor Original em Três Dias* (apud Mahony, op.cit.:195-6), que Freud leu em sua adolescência, permite vincular o método da associação livre ao modo de produção escrita de Freud: a origem do método encontrar-se-ia no preceito de Börne da escrita espontânea⁸⁸. Em *A Interpretação dos Sonhos* Freud escreve:

*... o que Schiller chama "retirada da guarda das portas do entendimento", o estado de auto-observação em que se abole a crítica, de modo algum é difícil. A maioria de meus pacientes conseguem-no após as primeiras indicações; eu mesmo posso fazê-lo com perfeição, escrevendo as idéias conforme me ocorrem."*⁸⁹

Em carta a Fliess de 7 de julho de 1898, citada por Mahony (op.cit.:198), Freud comenta a respeito da feitura de *A Interpretação dos Sonhos*:

Eis aqui alguns resíduos da última investida. Eu só consigo compor os detalhes no processo de escrever. Esse processo segue completamente os ditames do

⁸⁸Em carta a Ferenczi de 9 de abril de 1919, Freud reconhece, *après-coup*, a identidade existente entre as idéias por ele sustentadas e esse ensaio de Börne (cf. Mahony, ibid.).

inconsciente, segundo o bem conhecido princípio de Itzig, o cavaleiro de domingo. 'Itzig, aonde vai você?' 'Sei eu? Pergunte ao cavalo.' Eu nunca comecei um único parágrafo sabendo de antemão onde terminaria.

Três anos antes, em carta de 20 de outubro de 1895 (apud Mahony, *ibid.*), Freud faz a seguinte observação, acerca da composição de *Projeto para uma Psicologia Científica*:

Na verdade, foi somente tentando reportá-lo a você que todo o assunto tornou-se óbvio para mim.

Essa confissão de Freud a Fliess atesta a condição em que se torna possível, a Freud, a produção do conhecimento analítico. O saber metapsicológico, na medida em que se pretende fundado numa relação com o inconsciente, apenas pode formular-se a partir de uma situação transferencial, onde, como dissemos mais acima, aquilo que *um* é suposto saber decorre do inconsciente e do desejo de *outro*. É nesse sentido que Octave Mannoni (1973:118), discorrendo acerca da relação de Freud com Fliess como situação de *análise original*, escreve a respeito do saber que se origina dessa relação:

... o saber que é fundado sobre os avatares do desejo inconsciente só se desenvolve quando esperado de outro que não o dá, seja porque não possua a primeira palavra, seja por outros motivos. Isto é, ele nasce numa situação transferencial.

Na elaboração teórica da psicanálise vê-se repetir, portanto, a situação própria à experiência originária que, justamente, tal elaboração intenta sistematizar. A teoria, nesse caso, refunda a experiência, reeditando-a, fazendo-a incidir sobre si mesma, como espelhos postos um frente ao outro a reproduzir *ad infinitum* a imagem especular (consideremos,

⁸⁹Vol.4, AE, pp.124-5; SE, pp.111.

como Mahony, op.cit., p.59, que a palavra *especulativo* vem do latim *speculum* que significa *espelho*).

A ficção ganha objetividade, portanto, na medida em que produz ressonância no outro. Tal asserção encontra sua formulação final no texto *Construções em Análise*, de 1937, do qual Assoun (1993:60-2) faz o comentário, indicando nele o reconhecimento da necessidade que o analista tem de, para além da *interpretação* de fragmentos significantes, valer-se apenas de “indícios” (*Anzeichen*) para adivinhar o que foi esquecido, num trabalho que tem a marca do *Phantasieren*. A *construção* seria então a forma necessária da ficção (o ‘fantasmar’) no processo analítico⁹⁰.

Esse ficcionamento, contudo, é contido no quadro da lógica própria ao objeto da interpretação; pois a construção como *reinvenção* do objeto só é possível em função de um objeto *real* de origem (por isso a analogia com o trabalho arqueológico). Esse objeto, diz Assoun (op.cit.:61), é, aqui, o sujeito, ou seja, “*o analisante, único habilitado para legitimar as ‘ficções’ interpretativas do intérprete.*”

Na medida, porém, em que o sujeito de que se trata é o do inconsciente, não será pelo assentimento do analisante que tais ficções se legitimarão: “*das manifestações diretas do paciente depois que lhe foi comunicada uma construção, são poucos os pontos de apoio que se pode obter para saber se inferiu-se correta ou equivocadamente*”⁹¹. É o transcorrer do processo de análise que permite decidir sobre a veracidade da construção:

⁹⁰Cf. a distinção que Freud estabelece entre o trabalho de interpretação e o de construção (vol.23, SE:295; AE:262):

‘Interpretação’ aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou uma parapraxia. Trata-se de uma ‘construção’, porém, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu.

⁹¹Freud, vol.23, AE, p.264; SE, p.298.

*Somente a continuação da análise pode decidir se nossa construção é correta ou inviável. E cada construção é considerada apenas uma conjectura que aguarda ser examinada, confirmada ou rejeitada.[...] Tudo se tornará claro no curso dos acontecimentos.*⁹²

Freud, nesse texto, não dá maiores indicações quanto aos critérios que, no curso ulterior da análise, permitiriam confirmar uma construção. Podemos, porém, inferir que tais critérios estejam relacionados com a possibilidade de que, no andamento do processo de análise, uma construção leve à evocação de cenas primordiais (*Urszenen*) relacionadas à incidência, no psíquico, da realidade (traumática) exterior⁹³.

Uma construção apropriada, porém, pode evocar no analisante uma recordação muito nítida (“ultraclara”) de algum pormenor relativo ao tema da construção que, dessa forma, tem confirmada no ato sua veracidade. Pelo seu aspecto vivaz, essas recordações são quase como alucinações e mantêm em comum com estas o fato de se referirem a um “fragmento de verdade histórica”⁹⁴. Conforme Assoun (ibid.), é o retorno do passado

⁹²Op. cit., AE, pp.266-7; SE, p.300.

⁹³Cf. infra, nota 96.

⁹⁴A noção de verdade histórica – ou *histórico-vivencial* [*historisch*], como precisa a tradução argentina – remete a um fragmento do passado primitivo (individual ou coletivo), cuja lembrança sofre um processo de deformação gerando efeitos de caráter compulsivo sobre o sujeito. Em *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, 1901 (vol.6, AE:248-9; SE:305-6) aparece uma primeira referência clara a essa questão na abordagem da paranóia. Buscando justificar o sentimento de convicção com que o paranóico adere às interpretações (paranóicas) que faz de detalhes do comportamento de outras pessoas, Freud afirma que algo de verdadeiro há nelas; no entanto, esse segmento de verdade é estendido a um contexto que o extrapola ou é inserido numa seqüência errônea de pensamentos. Esse mesmo processo daria origem ao sentido de convicção que acompanha nossos erros de julgamento, quando não está em questão uma estrutura patológica. Essa idéia é, porém, melhor desenvolvida por Freud no contexto de suas elaborações acerca da religião. Em *O Futuro de uma Ilusão*, 1927 (vol.21, AE:44; SE:58), Freud preconiza a renúncia à verdade histórica contida nas doutrinas religiosas em favor de fundamentos racionais para os preceitos da civilização, argumentando que tal verdade é tão deformada que já não pode ser identificada como verdade:

Um caso parecido é aquele em que se conta à criança que os bebês são trazidos pela cegonha. Também aí dizemos a verdade sob um disfarce simbólico, pois sabemos o que significa essa ave enorme. Mas a criança não o sabe. Apreende somente a parte desfigurada do que dizemos e logo sente-se enganada.

Em *Moisés e o Monoteísmo*, 1939 [1934-38] (vol.23, AE:124-5; SE:153-4), Freud identifica na idéia da existência de um único e grande deus o indício de uma verdade histórica sujeita a um processo de

reconstruído sobre a cena do presente que vem confirmar em ato, para o sujeito, a veracidade da construção. Freud conclui o artigo estabelecendo uma analogia entre a construção do analista e o delírio do paciente com base no núcleo de verdade que ambos carregariam:

*Assim como nossa construção produz seu efeito por restituir um fragmento de biografia (Lebengeschichte, 'história objetiva de vida'), do passado, também o delírio deve sua força de convicção à parte de verdade histórico-vivencial que insere no lugar da realidade rechaçada.*⁹⁵

É assim que a construção (ficção) pode legitimar-se pelo que é capaz de produzir no outro: lembranças quase alucinatórias que têm sua origem numa experiência recalçada do passado. A tentação delirante da construção é, diz Assoun (ibid.), contida pela resposta do sujeito.

Porém, se é apenas na consideração da análise como processo global que tais respostas do analisante podem vir confirmar a propriedade (a eficácia) de uma construção (ficção do analista), é preciso ressaltar que o sujeito em questão, o analisante, não pode ser

deformação: “em tempos primevos, houve uma única pessoa que então estava fadada a parecer imensa e que, posteriormente, retornou na memória dos seres humanos elevada à condição divina.” O processo é equivalente ao que ocorre num indivíduo com relação a suas impressões mais primitivas da infância, as quais ocasionalmente podem gerar efeitos de caráter compulsivo sem que tenham seu conteúdo recordado (Freud, op.cit., AE:125; SE:154):

Uma idéia assim possui um caráter compulsivo, sendo forçoso acreditar nela. Até onde alcança sua desfiguração, é lícito chamá-la de delírio; na medida em que traz o retorno do passado, é preciso chamá-la de verdade. Também o delírio psiquiátrico contém um grão de verdade, e a convicção do paciente extravasa dessa verdade para o seu envólucro delirante.

A oposição *verdade histórica/verdade material* pode ser aproximada ao par *realidade psíquica/realidade externa* (cf. nota do Editor Inglês, ibid.) onde o primeiro termo engendra-se a partir de uma fantasia primordial que tem como função elaborar um evento real (a castração). Ver sobre isso Richard Simanke, em *A Formação da Teoria Freudiana das Psicoses* (1994:215-24), o qual, com base no texto de Laplanche e Pontalis (*Fantasme Originare, Fantasme des Origines, Origines du Fantasme*), procede a uma análise acurada do desenvolvimento da noção de realidade na obra de Freud, que vem esclarecer a imbricação dos termos *psíquico/material, interno/externo* e *subjetivo/objetivo* (cf. infra nota 96).

⁹⁵Vol.23, AE, pp.269-70; SE, p.303.

considerado, do ponto de vista da normalidade, senão como uma ficção, “ficção de ideal” que, em *Análise Terminável e Interminável*, 1937, apresenta-se como “preconceito necessário” à experiência analítica⁹⁶. Mais uma vez, recorremos a Assoun (op.cit.:62) na explanação desse ponto:

Tudo se passa como se Freud reencontrasse, in fine, a questão mesma que se punha, na origem da psicanálise, quanto à ‘cena originária’: ‘verdade’ ou ‘ficção investida de afeto’? A hesitação primitiva tem encontrado aqui seu estatuto de ambiguidade de algum modo estrutural do saber metapsicológico: descoberta de que o sujeito do sintoma mesmo é estruturado como um ‘como se’ que não é outro senão sua realidade psíquica...⁹⁷

⁹⁶Vol.23, AE, p.237; SE, p.268.

⁹⁷A idéia de *realidade psíquica* é central na elaboração freudiana, designando um campo muito específico, diferente do *objetivo* mas distinto também do campo do puramente *subjetivo*, conforme um dos parágrafos finais de *A Interpretação dos Sonhos* (Vol.5, AE:607; SE:658), que Freud insere no texto em 1914:

Eu não sei se aos desejos inconscientes deve-se reconhecer realidade; a todos os pensamentos intermediários e de transição, desde logo deve-se negá-la. E se já estamos perante os desejos inconscientes em sua expressão última e mais verdadeira, é preciso esclarecer que a realidade psíquica é uma forma particular de existência que não deve confundir-se com a realidade material.

O desejo inconsciente distingue-se, assim, dos pensamentos transicionais ou intermediários, equivalentes à noção corrente de *subjetivo*. Mas, se a tal desejo, na medida em que é *causa* dos eventos psíquicos, é preciso atribuir uma realidade, esta não se confunde com a realidade material das causas externas. De fato, obrigado a desfazer-se de sua teoria da sedução, em função da implausibilidade da realidade material da cena traumática, e perante a insuficiência da sua explicação como fantasia, Freud formula a hipótese da realidade psíquica, circunscrevendo a psicanálise em “*uma espécie de região limítrofe entre o campo das ciências naturais e o campo da psicologia tradicional*” (Simanke, 1994:219). A realidade psíquica, uma vez que possui uma determinação externa, não pode ser tomada como uma produção inteiramente individual, fruto da livre imaginação.

Laplanche e Pontalis (apud Simanke, op.cit.:221), tomando como referência o caso do Homem dos Lobos, vão remeter às cenas primordiais (*Urszenen*) o momento de elaboração e assimilação psíquica de um evento real constituinte. Ainda que essa cena seja uma fantasia, uma vez que o evento real “*descortina-se para além, inacessível à análise psíquica*” (ibid.), ela mantém com esse evento alguma forma de relação, alguma marca de identidade. “*As protofantasias não são, deste modo, simples construções subjetivas, espontaneamente geradas, mas elaborações ‘fantásticas’ de um evento real decisivo para a constituição do sujeito psíquico*” (ibid.).

É dessa forma que a realidade material, objetiva, encontra-se presente enquanto constituinte da realidade psíquica. O trabalho de análise, porém, permite o acesso às cenas primordiais apenas como fantasia e não em seus determinantes reais e históricos. “*Como pensar, pergunta Simanke (op.cit.:223), em uma configuração do real que, necessária e universalmente, incida na constituição do sujeito psíquico...?*” A análise do Homem dos Lobos vai indicar, diz o autor, os sintomas e fantasias do paciente como resultado de “*um esforço de elaboração psíquica do trauma da castração*”. Para Freud, em última instância, é o real da diferença entre os sexos que incide na constituição da realidade psíquica.

Se retomarmos agora a definição inicial de ficção, indicada por Assoun, veremos que a metapsicologia faz uso dos três modos da ficção: 1) enquanto artifício do qual se espera obter efeitos determinados; 2) enquanto hipótese que serve à descrição ou explicação de um fenômeno; 3) enquanto crença que se legitima pelo reconhecimento do outro. A esses três modos, acrescentamos mais um: a ficção enquanto ato performativo pelo qual aflora o inconsciente (ficção como formação do inconsciente). Sob esse último aspecto, os trabalhos de John Forrester, no ensaio “What the psychoanalyst does with words” in *The Seductions of Psychoanalysis: Freud, Lacan and Derrida*⁹⁸ e de Osmyr Gabbi Jr., em *Freud: Racionalidade, Sentido e Referência*⁹⁹, mostram-se esclarecedores quando intentam reportar o discurso em análise à teoria dos atos de fala de Austin¹⁰⁰. Ambos defendem a idéia de que, dadas as condições do contexto analítico (que tem como base o consentimento ou a promessa de obediência à regra da associação livre), todo proferimento do analisante pode ser entendido como um performativo que visa produzir efeitos sobre o analista (Gabbi Jr., op.cit.:284). Essa idéia permite desvincular sentido e referência na psicanálise, conforme a conclusão de Gabbi Jr. (op.cit.:290):

⁹⁸Traduzido para o português pela Imago.

⁹⁹Tese de livre-docência apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

¹⁰⁰Cf. *How to Do Things with Words*, de Austin (1962), traduzido para o português sob o título *Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação*. Nesse livro, às funções descritiva (quanto a estados de coisas) e expressiva ou evocativa (em relação a estados emocionais) da linguagem, Austin acrescenta uma terceira, a de fazer algo. Assim, proferimentos como “Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth” dito ao quebrar-se uma garrafa contra o casco do navio, “Lego a meu irmão este relógio” contido num testamento, “Aposto cem reais que vai chover amanhã”, são sentenças performativas (do verbo inglês *to perform*) que indicam a realização de uma ação. Proferir uma dessas sentenças nas circunstâncias apropriadas, diz Austin (op.cit.:24), não é *descrever* o ato praticado nem *declarar* que se o está praticando: é fazê-lo. Tais proferimentos não são nem verdadeiros nem falsos, mas podem ser felizes (exitosos) ou infelizes (malogrados) conforme o preenchimento ou não das condições necessárias para sua realização.

Proferir determinada sentença com determinado sentido e referência é, de qualquer forma e em qualquer circunstância, realizar um ato, um *ato locucionário*. A ocorrência de um ato locucionário envolve a realização também de um ato de outro tipo, *ato ilocucionário*, que indica a *força* do proferimento (se trata-se de uma ordem, apelo, informação, aviso, etc.). Por fim, o ato locucionário pode ter também uma força *perlocucionária*, ao produzir efeitos sobre o outro (convencer, impedir, surpreender, confundir, etc.).

Sobre as relações possíveis entre a teoria de Austin e o discurso em análise, ver também Maurice Dayan (1985:128-30) e Monique Schneider, citada por Dayan, em *La Parole et l’Inceste* (1980:92-104).

Acredito ter mostrado que Freud elaborou uma teoria do sintoma como ato acrático por meio da noção de simbolismo. Esta noção [...] assimilou toda a função lingüística à função de nomear objetos. Portanto, a pesquisa metapsicológica voltou-se para a busca de uma referência última que justificaria os desvios de sentido. [...] sugerimos a possibilidade de pensar a psicanálise a partir da noção de fantasia, logo da palavra ouvida, da palavra entendida como ato, onde ela deixaria de ser um meio entre o agente e o mundo, para transformar-se no próprio mundo do agente.

Nosso estudo pretende estender essa consideração do discurso em análise como ato perlocucionário, para além da situação analítica, à sua dimensão teórica, uma vez considerado o aspecto transferencial aí também vigente. Assim, por um lado, a metapsicologia constitui-se como um conjunto de enunciados de natureza *explicativa* (cf. infra), ou seja, que *descrevem* um estado de coisas, sendo-lhes passível, portanto, a atribuição de verdade ou falsidade como em qualquer conjunto de enunciados científicos. Por outro, porém, as condições que tornam possível a sua formulação, dada a natureza especial de seu objeto, incluem necessariamente a relação a uma alteridade (relação de transferência, cf. supra) como móbil a partir do qual esse discurso que se formula possa constituir-se também como ato, *formação do inconsciente* que, de outro modo, escaparia a qualquer possibilidade de objetivação.

A natureza da explicação: Deutung

O que foi exposto acima acerca do caráter da experiência psicanalítica e o estatuto de seus conceitos lança uma questão sobre a natureza do conhecimento que a pesquisa

psicanalítica pode gerar. Poderíamos ser tentados a falar, diz Assoun (1993:38), em “empirismo radical”, uma vez que é unicamente a experiência da análise a fonte que autoriza os resultados da pesquisa. Freud justamente aponta o papel determinante, na elaboração conceitual, da referência à experiência, o “material” ao qual é necessário sempre retornar para poder julgar a validade de qualquer asserção analítica¹⁰¹. Porém, ao mesmo tempo, ele indica a necessidade, para poder apreender esse material, de moldá-lo a idéias pré-concebidas, pouco definidas a princípio. Assoun identifica aí o trabalho metapsicológico de Freud: um “descolamento” do material, onde a mera descrição revela-se insuficiente, remetendo à ação do *Phantasieren*. O saber analítico, então, revela-se “constituído pela tensão entre essa referência à imediatidade do real clínico e esse recurso ao trabalho do conceito metapsicológico” (Assoun, op.cit.:39). No campo desse tensionamento, o trabalho interpretativo encontraria seu lugar como *mediação* necessária entre um polo e outro, entre o material clínico e o conceito metapsicológico. Ou seja, a interpretação seria meio e não fim da investigação analítica. Freud recusar-se-ia a tomar a psicanálise pelo viés hermenêutico, mantendo-se fiel a um ideal explicativo.

Com efeito, a filiação de Freud ao projeto fisicalista de Mach vai implicar o seu desprezo à disputa epistemológica que se trava, desde o final do século XIX, buscando estabelecer diferenças de método entre as ciências da natureza, de caráter explicativo, e as ciências do espírito, de cunho hermenêutico. “A psicanálise é uma parte da ciência sobre a alma, da psicologia... [que] ... é uma ciência natural. O que mais pode ser?” indaga Freud já ao final de sua obra, em *Algumas Lições Elementares de Psicanálise* (1940 [1938])¹⁰², mostrando que, em que pese a hegemonia da concepção dualista de ciência, ele mantém-se

¹⁰¹Cf. capítulo anterior.

¹⁰²Vol.23, AE, p.284; SE, pp.316-7.

fiel ao projeto monista que recusa a separação entre alma e corpo e considera a ciência humana como constitutiva da mesma ciência da natureza. (Assoun, 1981:45-57). Conseqüentemente, não seria possível conceber uma dicotomia entre uma porção explicativa e outra interpretativa da psicanálise. De fato, a interpretação freudiana, que tem seu lugar na clínica e na análise dos sonhos, não desbanca a primazia da explicação na construção teórica da psicanálise¹⁰³. Nesse sentido, diz Assoun (op.cit.:49), a *Deutung* freudiana não se representa dissociada do *erklären*, sendo mesmo uma variação deste, o que se torna compreensível se atentarmos para as nuances de sentido do termo alemão *Deutung*: trata-se de “*um procedimento intelectual que explica de modo interpretativo ou interpreta fornecendo a causa*” (Assoun, ibid.). Seja na interpretação de um sonho, de um lapso ou de um sintoma, estabelecer seu significado implicaria esclarecer o vínculo objetivo entre um conteúdo manifesto (efeito) e um conteúdo latente (causa).

A explicação em psicanálise, portanto, não pode ser meramente uma explicação de motivos, uma vez que as relações de sentido não se dão em linha de continuidade, sendo atravessadas por um deslocamento tópico (do sistema pré-consciente e consciente para o sistema inconsciente) que faz com que o inconsciente produza efeitos semelhantes aos de uma causa exterior. E, no entanto, ela também não é uma explicação causal em sentido estrito, humeano, pois a relação entre seus termos não é uma relação de pura exterioridade, mas envolve um encadeamento significante. Nesse caso, porém, estaremos de acordo com a posição de Ricoeur¹⁰⁴. O que justificaria ainda a recusa da hermenêutica como definidora da natureza do conhecimento psicanalítico?

¹⁰³Inverte-se, aqui, a posição de Ricoeur, expressa em notas de rodapé no primeiro capítulo (n.6 e 28): não é a explicação que existe apenas para dar conta do sentido na psicanálise, mas o sentido que se justifica por permitir a explicação.

¹⁰⁴Ver nota 6, primeiro capítulo.

Encontramos em Moustapha Safouan (1986)¹⁰⁵ um comentário acerca da *Traumdeutung* de Freud que nos auxilia a situar essa questão. Baseando-se na aproximação que Freud efetua entre o sonho e o chiste, Safouan (op.cit.:83) propõe a tradução de *Deutung* por *significância*. O sonho, como o chiste, não é para ser interpretado: “*Trata-se de pegar a significação, quando chega o momento certo*”. O sujeito, então, é surpreendido por um sentido para o qual não estava previamente consciente. A interpretação (que pode não ocorrer) seria um momento posterior à significação, um processo consciente de dar sentido. Segundo o autor (op.cit.:84), dizer que o sonho tem um sentido significa considerá-lo como uma mensagem. Trata-se, porém, de uma mensagem cuja proveniência Freud a indica como sendo a do inconsciente, equivalente ao recalcado. Se há um sentido em jogo, esse sentido é, ao mesmo tempo, causa¹⁰⁶. A substituição do sonho por um outro elemento remete à diferenciação entre conteúdo manifesto, aparentemente sem valor para o sujeito, e conteúdo latente, cujo valor pode ser medido pela força do recalque a que foi submetido.

A idéia de *Deutung* como *significância*, então, diz respeito à força imprimida a uma representação, momento prévio à atribuição de um sentido específico ao material analisado: *significância* como *aquilo que importa*¹⁰⁷, o que tem valor em relação a um conteúdo que é o do recalcado, ou seja, um conteúdo que, situado no campo tópico do inconsciente, encontra barrado o seu acesso à consciência¹⁰⁸.

¹⁰⁵A indicação bibliográfica é de Marta D’Agord, em observações manuscritas sobre o sentido do termo *Deutung* na obra *Die Traumdeutung* de Freud, as quais nos foram gentilmente cedidas.

¹⁰⁶Cf. Grünbaun (1984:55), na crítica que faz à interpretação hermenêutica de Freud por Ricoeur.

¹⁰⁷Cf. a noção heideggeriana de *significância* enquanto um dos existenciais que definem o ser-aí no mundo, do qual se tratará no capítulo seguinte, na discussão sobre a concepção de verdade que pode dar sustentação a tal entendimento da teoria psicanalítica.

¹⁰⁸Wittgenstein (1966:76) reduz a um efeito de persuasão esse acontecimento da significação na investigação psicanalítica, recusando a idéia de que a explicação psicanalítica possa trazer à luz alguma coisa que existiria independentemente do ato de linguagem que tal explicação envolve. É na referência às “profundezas” que residiria o poder de sedução próprio ao saber analítico: aquela parte do sujeito que ele não compreende em si mesmo encontra na psicanálise uma explicação, fazendo-o participar do mistério: “*é a espécie de explicação que estamos inclinados a aceitar*” (ibid.). A explicação psicanalítica revelaria assim a sua natureza *estética*,

conforme o comentário de Assoun (1988:40) à crítica de Wittgenstein à psicanálise: o conteúdo analítico e o valor de verdade desse tipo de explicação vai derivar-se do efeito que provoca sobre o sujeito e que determina sua adesão à mesma¹⁰⁸: a “boa” explicação é aquela que é apresentada de forma a que o sujeito reconheça nela sua própria linguagem, aquela que fala ao seu desejo. Tal efeito sobre o sujeito, diz Assoun, não é um efeito da verdade, mas do dispositivo de linguagem instituído.

A estética, justamente, diz respeito ao efeito que a obra de arte provoca em nós, efeito este que é inseparável de uma relação discursiva, relação a uma alteridade. O caráter estético atribuído por Wittgenstein à explicação psicanalítica insere-se no âmbito de uma patologia do assentimento da qual faz parte a possibilidade e a fascinação pelo logro (Assoun, op.cit.:43). O desconhecido que implica a noção de inconsciente exerceria um poder de atração que, destituindo a razão de seu poder de crítica, leva à adesão da explicação que a psicanálise pode fornecer desse desconhecido.

E, no entanto, esse caráter estético parece justamente adequar-se àquilo que no trabalho analítico vai apontar para uma lógica específica do inconsciente, uma lógica que Wittgenstein não toma em consideração e da qual a ficção metapsicológica procura dar conta. Como mostração do inconsciente, o ficcionamento metapsicológico põe em cena a experiência do *Unheimlich* (Freud, vol.17, SE:271-318), aponta para os confins do humano, mostra o que não é predicável. Isso produz efeitos que se aproximam àqueles que a experiência estética do sublime provoca, conforme as observações de Figueiredo (1994:76): diferente do belo, pensado ou em conformidade a regras ou na relação com o gosto subjetivo, o sublime, transcendendo e superando toda a regra, envolve a experiência do desmesurado e proporciona vivências de uma intensidade inédita.

A explicação psicanalítica, então, não poderia se reduzir à formulação de conceitos acerca de fatos da experiência; ela mesma é experiência que envolve ser afetado e ser transformado, implicando a relação a uma alteridade. Enquanto experiência limítrofe, porém, ela transcende o universo de sentido que a hermenêutica pode abarcar.

O ACONTECIMENTO DA VERDADE

A noção de ficção metapsicológica como mostraçãõ do inconsciente, momento fundante da teoria psicanalítica que a posteriori constitui-se como explicação, deixa em aberto a pergunta acerca da concepção de verdade que a sustenta. Pois, se a teoria é, desse modo, originariamente produção (formação) do inconsciente, para a qual, portanto, não se aplicam as categorias da racionalidade em sua acepção tradicional, como estabelecer critérios de verdade para os seus enunciados?

A resposta a essa questão exige levar em consideração os dois momentos de constituição da teoria psicanalítica: o momento especulativo e o momento crítico¹⁰⁹. Enquanto este último pode ser reportado aos critérios próprios a uma concepção corrente do verdadeiro, o primeiro momento requer a ultrapassagem do campo predicativo em que se situa via de regra a discussão da verdade, direcionando-a para um terreno que antecede ao proposicional.

Encontramos em Heidegger a idéia de verdade originária como fundamento da possibilidade de atribuição de verdade ou falsidade a uma proposição¹¹⁰. Tal idéia, ao mesmo tempo que desloca o solo da verdade do campo proposicional para um plano que se poderia chamar do *acontecimento*, destitui também o sujeito do lugar fundante na

¹⁰⁹Cf. Caon (1993, 1994). Ver sobre isso o capítulo anterior.

¹¹⁰A idéia de verdade originária, inicialmente desenvolvida por Heidegger no parágrafo 44 de *Ser e Tempo* (1927), recebeu tratamento posterior na conferência *Sobre a Essência da Verdade* (1930) e nos ensaios *A Origem da Obra de Arte* (1935) e *A Doutrina de Platão sobre a Verdade* (1936), além de referências em uma série de outros textos e, mais recentemente, com a publicação da obra póstuma do autor, nos seminários que antecederam a elaboração de *Ser e Tempo*. Nosso estudo tomou como base, para explanação desse ponto, a conferência de 1930, numa leitura essencialmente guiada pelas lições de Ernildo Stein sobre o conceito de verdade heideggeriana no *Seminário sobre a Verdade* (1993) e o comentário sobre Heidegger de Luis Cláudio Figueiredo em *Escutar, Recordar, Dizer* (1994).

constituição do conhecimento: é no mundo prático que o conhecimento deve encontrar seu fundamento. O “eu penso” kantiano como condição transcendental do conhecimento é substituído pelo *Dasein*, ser-aí no mundo. No seu modo de *ek-sistência in-sistente*¹¹¹, ligado a condições concretas e históricas, o *Dasein* erra entre o desvelamento do ente enquanto tal e a dissimulação do ente em sua totalidade. A verdade transcendental de Heidegger é, então, uma verdade existencial, onde o conceito de *Erschlossenheit* – relativo à *chave, revelação* – vem substituir o conceito de intencionalidade, de consciência (Stein, 1993:20). Dessa verdade transcendental deriva-se a verdade ao nível das proposições. Ou seja, Heidegger não desconsidera o âmbito da verdade enquanto adequação da relação sujeito/objeto, sujeito/predicado, mas desloca seu fundamento para um âmbito anterior, antepredicativo, onde o que está em questão é a relação ser/ente, relação entre o ente em sua totalidade e o ente enquanto tal. A adequação, nesse caso, diz respeito ao comportamento de abertura, de entrega ao ente, que deixa-ser o ente como ele é. Porém, o deixar-ser o ente como ele é, se o desoculta enquanto tal, dissimula o ente em sua totalidade. Este não se deixa captar pelo ente que se manifestou. O deixar-ser o ente é desvelamento e dissimulação ao mesmo tempo.

Figueiredo (1994a:106) chama de *combate* a esse jogo da verdade entre o ocultamento e o desocultamento. A verdade como acontecimento diz respeito a essa experiência do jogo de desocultação e reserva, combate originário que dá forma de *drama* à verdade.

Podemos considerar o ficcionamento metapsicológico como comportamento de abertura ao ente (ao inconsciente), que o desvela ao mesmo tempo que o dissimula. A

¹¹¹”... o homem não somente *ek-siste*, mas ao mesmo tempo *in-siste*, isto é, petrifica-se apoiando-se sobre

ficção metapsicológica ganha assim estatuto de verdade, não enquanto representação objetivante, mas como *acontecimento dramático* (conforme a terminologia de Figueiredo).

Vimos que o caráter transcendental da verdade em Heidegger não se refere à subjetividade, mas à mundaneidade, ao ser prático no mundo, o lugar *em que* e o modo *como* nos movemos. No que diz respeito à psicanálise, o mundo prático vai referir-se à vigência de uma relação de transferência, seja na situação analítica de cura ou na de formulação teórica a partir do que pode ensinar ou surgir como problema nessa situação de cura (situação de investigação por excelência da disciplina analítica). É com base nessa relação de transferência, na qual nos encontramos mergulhados, que se pode pensar os proferimentos de um sujeito como atos de fala visando efeitos num outro. Tais atos de fala, na medida em que não descrevem estados de coisas mas realizam ações, não são passíveis de verdade ou falsidade (no sentido corrente) e sim de êxito ou malogro. Nesse sentido, da ficção metapsicológica, poder-se-ia dizer que ela é feliz (exitosa) ou infeliz (malograda), mas não que é verdadeira ou falsa.

O método fenomenológico de Heidegger, como método hermenêutico, considera a proposição enunciativa como um modo de relacionamento com os objetos (os entes): ela faz ver o ente sobre o qual enuncia, fazendo emergir o que nele se apresenta dissimulado e oculto (Figueiredo, op.cit.:50). Trata-se, porém, de um modo derivado de exibição dos entes, cuja condição de possibilidade é dada pela verdade originária enquanto comportamento de abertura ao desvelamento do ente. Essa abertura, o acesso ao ente enquanto tal, não é intuitivo (espaço/temporal), mas operativo (relativo ao modo de uso dos objetos). Em Heidegger, a verdade vai deslocar-se do campo dos predicados para um lugar

aquilo que o ente, manifesto como que por si e em si mesmo, oferece” (Heidegger, op.cit.:142).

em que ela pode ser dita: “A proposição não é o lugar da verdade mas a verdade é o lugar da proposição”¹¹². Esse lugar, Heidegger o define a partir de um conjunto de existenciais básicos, os quais, na medida em que *já são sempre* o modo como eu me comporto no mundo, têm um caráter a priori, porém distinto daquele do sujeito transcendental. Heidegger inverte a lógica própria às teorias da representação, da consciência, que têm no *cogito* o método de fundamentação da verdade. Através dos existenciais, ele busca uma fundamentação que anteceda à linguagem, que seja sua condição de possibilidade.

A teoria psicanalítica, porém, enquanto tal, requer que, à ficção como abertura, *aletheia*¹¹³, se sobreponha a ficção como explicação, fechamento. A ficção metapsicológica, então, que, enquanto mostra, se origina da relação a uma alteridade, retorna a essa alteridade, sob uma forma objetivada, para submeter-se ao seu crivo crítico, uma vez que é preciso assegurar-se das condições de sua transmissibilidade intersubjetiva. A verdade enquanto acontecimento vai, então, nesse momento segundo, reportar-se a um estado de coisas. O *Phantasieren*, que surge como acontecimento do inconsciente em um sujeito, toma forma de uma representação geral dos mecanismos do inconsciente, como condição de possibilidade da vida psíquica¹¹⁴.

Uma análise do estilo literário de Freud como a que realiza Mahony (1982) permite-nos identificar, nos escritos que compõem o edifício teórico da psicanálise, o compromisso

¹¹²Citação de Heidegger em *Ser e Tempo* (1927), encontrada também no texto relativo aos seminários de 1925/26, *Lógica: a Questão da Verdade* (apud Stein, op.cit.:163).

¹¹³O termo grego *aletheia* é apresentado sistematicamente na obra de Heidegger como a forma mais originária da verdade, como experiência de abertura ao desvelamento do ente, diferenciando-se da verdade como correspondência da representação com o representado. Ao final de sua vida, porém, Heidegger abandona essa tradução do termo *aletheia* por “verdade”, evitando confundi-la com a noção de “verdade por correspondência” e “verdade como certeza subjetiva” (Figueiredo, op.cit.:59).

¹¹⁴É pelo trabalho de transposição do processo primário em processo secundário que a ficção se traduz em conceito geral (cf. capítulo 2).

do investigador com a comunicabilidade de suas descobertas¹¹⁵. Freud escreve como se falasse diretamente a seus leitores ou ouvintes, preocupando-se em se fazer entender. A exposição avança na medida em que ele dialoga com supostos interlocutores que levantam objeções à sua argumentação e exigem esclarecimentos quanto à lógica, ao conteúdo e aos desdobramentos de suas idéias.

No texto sobre a análise laica (1926), Freud personifica essa alteridade na figura do “juiz imparcial” a quem cabe dar as razões que justificam o conteúdo analítico e de quem se espera que, sem deixar de considerar a especificidade da psicanálise, possa questioná-la como faria com qualquer outro tipo de saber (Assoun, 1988:86). O fato de que a especificidade da psicanálise a ser levada em conta por tal juiz diga respeito justamente à precedência da cena analítica, sustentada pela transferência, sobre a situação racional de argumentação teórica não invalida, a nosso ver, o debate crítico; apenas redefine as condições de sua possibilidade¹¹⁶. No campo psicanalítico, o diálogo com a razão pressupõe a situação analítica de origem onde a verdade não se refere a uma evidência ou um consenso nem é atributo de um juízo mas acontecimento (ação de desvelamento).

¹¹⁵Ver especialmente o capítulo 3 de *Freud como Escritor*: “Atraindo a Participação da Audiência” (in Mahony, 1982:78-100).

¹¹⁶Conforme a afirmação de Assoun (1988:45), referida acima, e que voltamos a repetir: “*é porque a razão permanece ativa na situação transferencial que alguma coisa da transferência – quando se trata do saber psicanalítico – permanece determinante na situação racional de transmissão.*”.

CONCLUSÕES

O percurso que realizamos parte de uma constatação: a de que a tomada em consideração da psicanálise como conhecimento científico deixa escapar algo de essencial à sua natureza. A metapsicologia, corpo teórico da disciplina analítica, via de regra não encontra lugar sob o olhar epistemológico. Propostas de reformulação teórica da psicanálise com o intuito de desembaraçar-se de sua porção metapsicológica são lançadas seja pela vertente cientificista da epistemologia, que considera a metapsicologia excessivamente especulativa, seja pela hermenêutica, que, inversamente, a interpreta como um equívoco cientificista. Ao descartar-se a metapsicologia, é o conceito de inconsciente, tal como o formula Freud, que escapa à visada filosófica.

A impossibilidade, para uma teoria do conhecimento, de apreender a invenção freudiana em seu estatuto teórico significa que a psicanálise não seja científica? Freud constrói sua disciplina *como se* o fosse, conforme o modelo da física da sua época. No entanto, sendo a realidade com que ele trabalha não a matéria, mas a psique, torna-se necessário um dispositivo de uma ordem particular (metapsicológica) que permita acessá-la.

Nosso estudo apontou a ficção (o *Phantasieren*) como elemento desse dispositivo capaz de acionar a realidade do inconsciente. Não se trata, porém, do uso da ficção como modo corrente de elaboração de conceitos abstratos nas teorias científicas mais elaboradas. A ficção metapsicológica não é mera *representação* da idéia mas *apresentação* do inconsciente mesmo. Portanto, é justamente o que nas teorias científicas permanece

recalcado que deve emergir no ficcionamento da metapsicologia, permitindo o desvelamento do inconsciente. Ora, toda “formação” do inconsciente surge como manifestação que expressa um desejo recalcado dirigido ao Outro. É na relação a uma alteridade, portanto, que a ficção metapsicológica pode engendrar-se, com base na transferência que faz com que o saber que o sujeito supõe ao outro decorra do inconsciente do sujeito mesmo.

Na situação própria à experiência psicanalítica originária, o saber do inconsciente revela-se na superfície do discurso em jogo na relação entre analisante e analista. A elaboração teórica dessa experiência reproduz essa mesma situação de origem, refundando-a, fazendo-a incidir sobre si mesma. Dadas as condições do contexto analítico, autores como Osmyr Gabbi Jr. e John Forrester, com base na teoria dos atos de fala de Austin, entendem os proferimentos do analisante como *atos performativos* que visam produzir efeitos sobre o analista. Uma vez que esse contexto é reeditado no processo mesmo de elaboração teórica da psicanálise, consideramos o ficcionamento metapsicológico igualmente como ato performativo que visa efeitos num outro. Assim, por um lado, o inconsciente revela-se no ato mesmo de ficcionar: forma-se, “performa-se”, mostra-se em ação; por outro lado, a natureza explicativa da elaboração constitui-se no *après-coup* dessa mostraçãõ. É desse modo que o paradoxo de ser *ciência do inconsciente* encontra sua equação.

Se a ficção metapsicológica, enquanto ato de fala, não descreve um estado de coisa mas realiza ação, o atributo da verdade enquanto estado de adequação entre a representação e o objeto representado não pode a ela se aplicar. Encontramos em Heidegger, porém, uma noção mais originária da verdade como *acontecimento*, que nos permite considerar o

ficcionamento metapsicológico enquanto tal, verdade *acontecimental* que diz respeito à abertura do comportamento ao desvelamento do ente (do inconsciente). A transposição, por sua vez, do *Phantasieren*, de *acontecimento* do inconsciente em um sujeito, para *representação* geral dos mecanismos do inconsciente, obedece aos princípios de uma lógica argumentativa. O texto freudiano constrói-se, então, no diálogo idealizado com objetores (fictícios ou não) que exigem da psicanálise a clarificação de suas razões, ainda que esse diálogo com a razão pressuponha a situação analítica de origem onde a verdade não se refere a um consenso nem é atributo de um juízo mas acontecimento (ação de desvelamento).

A anterioridade do ato ficcional sobre a explicação é, no entanto, determinante da racionalidade em pauta na formulação do conhecimento psicanalítico. A razão teórica é posterior ao exercício de uma razão prática instituinte do imperativo de agir (ficcional) de acordo com “os ditames do inconsciente”. A regra da associação livre, a qual sela o contrato que dá início a um processo analítico, representa um imperativo de igual ordem. A mesma ética, portanto, que determina a direção do processo analítico na situação analítica de cura, vai guiar o processo da sua elaboração teórica. A ciência psicanalítica não é mais do que decorrência dessa ética.

BIBLIOGRAFIA

ASSOUN, Paul-Laurent.

- 1976 ***Freud, a Filosofia e os Filósofos.*** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978, pp.9-223.
- 1981 ***Introdução à Epistemologia Freudiana.*** Rio de Janeiro: Imago, 1983, pp.9-247.
- 1988 ***Freud et Wittgenstein.*** Paris: PUF, pp.5-234.
- 1990 ***O Freudismo.*** Rio de Janeiro: Zahar, 1991, pp.7-117.
- 1993 ***Introduction à la Métapsychologie Freudienne.*** Paris: Quadrige/PUF, pp.7-280.

AUSTIN, John Langshaw.

- 1962 ***Quando Dizer É Fazer: Palavras e Ação.*** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990, pp.7-136.

BIRMAN, Joel.

- 1989 ***Freud e a Experiência Psicanalítica (A Constituição da Psicanálise).*** Rio de Janeiro: Taurus, pp.11-177.
- 1991 ***Freud e a Interpretação Psicanalítica (A Constituição da Psicanálise; 2).*** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp.13-248.
- 1994 ***Psicanálise, Ciência e Cultura.*** Rio de Janeiro: Zahar, Pensamento Freudiano 3, pp.7-204.

CAON, José Luiz.

- 1993 ***La Psychopathologie dans la Recherche Psychanalytique — tomo I.*** Tese de Doutorado defendida na Universidade Denis Diderot Paris 7.
- 1994 “O Pesquisador Psicanalítico e a Situação Psicanalítica da Pesquisa”. In: ***Psicologia: Reflexão e Crítica.*** Porto Alegre, RS: UFRGS, v.7, n.2, p.145-174.

DALBIEZ, Roland.

- 1936 ***O Método Psicanalítico e a Doutrina de Freud.*** Rio de Janeiro: Agir, 2 vol., 1947.

DAYAN, Maurice.

- 1985 *Inconscient et Réalité*. Paris: P.U.F., pp.7-476.
- DESCARTES, René.
- 1641 *Meditações*. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.75-142.
- DOR, Joël.
- 1987 *A-cientificidade da psicanálise — tomo 1: a alienação da psicanálise*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993, pp. 13-143.
- ELLIS, Albert.
- 1956 “An Operational Reformulation of Some of the Basic Principles of Psychoanalysis”. In: *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*. Vol.I. Minnesota: University of Minnesota Press, pp.131-54.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio.
- 1992 *A Invenção do Psicológico: Quatro Séculos de Subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Educ/Escuta, pp.13-178.
- 1994a *Escutar, Recordar, Dizer: Encontros Heideggerianos com a Clínica Psicanalítica*. São Paulo: Educ/Escuta, pp. 11-169.
- 1994b *Epistemologia e Psicologia*. Manuscritos relativos a disciplina ministrada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-São Paulo, 1^o semestre.
- FLEW, Antony.
- 1954 “Psychoanalytic Explanation”. In: *Philosophy and Analysis*. Oxford: Blackwell, 1954, pp.139-48.
- FORRESTER, John.
- 1990 *The Seductions of Psychoanalysis: Freud, Lacan and Derrida*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.1-421.
- FOUCAULT, Michel.
- 1966 *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 4^a Ed., 1987, pp. 5-407.
- 1972 *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp.3-551.

- 1976 ***História da Sexualidade I: A Vontade de Saber***. Rio de Janeiro: Graal, 1985, 7^a ed., pp.9-152.
- FRENKEL-BRUNSWIK.
- 1977 “Meaning of Psychoanalytic Concepts and Confirmation of Psychoanalytic Theories”. In: MUJEEB-UR-RAHMAN (ed.). ***The Freudian Paradigm: Psychoanalysis & Scientific Thought***. Chicago: Nelson-Hall,1977, pp.107-21.
- GABBI JR., Osmyr.
- 1994 ***Freud: Racionalidade, Sentido e Referência***. Tese apresentada ao Concurso de Professor Livre-Docente na área de Epistemologia do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo.
- 1984 ***Freud e o Inconsciente***. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, pp.9-237.
- GRÜNBAUM, Adolf.
- 1984 ***The Foundations of Psychoanalysis: a Philosophical Critique***. London: University of California Press.
- HABERMAS, Jürgen.
- 1968 ***Conhecimento e Interesse***. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara, 1987, pp. 7-367.
- 1982 ***La Lógica de las Ciencias Sociales***. Madri: Editorial Tecnos, 1988, pp.9-506.
- HEIDEGGER, Martin.
- 1943 [1930] “Sobre a Essência da Verdade”. In: ***Conferências e Escritos Filosóficos / Martin Heidegger***. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, pp.128-45.
- HEMPEL, Carl G.
- 1966 ***Filosofia da Ciência Natural***. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- HYPPOLITE, Jean.
- 1955-59 ***Ensaio de Psicanálise e Filosofia***. Introdução e organização de Joel Birman. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1989, pp.9-124.

JURANVILLE, Alain.

1984 *Lacan e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, pp.5-427.

KUHN, Thomas S.

1962 *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2^aed., 1982, pp. 7-257.

1977 *A Tensão Essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989, pp.11-420.

LACAN, Jacques.

1964 *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Seminário Livro 11. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp.9-269.

LAPLANCHE, Jean.

1987 *Novos Fundamentos para a Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.1-174.

_____/PONTALIS, J.-B.

1967 *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 6^a ed., pp.5-707.

LOPARIC, Zeljko.

1986 “Uma Leitura Filosófica de Freud”. In: *Freud: por uma Epistemologia da Psicanálise*. Suplemento Folhetim da Folha de São Paulo de 31 de agosto de 1986.

1991 “Um Olhar Epistemológico sobre o Inconsciente Freudiano”. In: KNOBLOCH, Felícia (org.). *O Inconsciente: Várias Leituras*. São Paulo, Escuta, 1991, pp.43-58.

MAHONY, Patrick.

Sobre a definição do discurso de Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

1982 *Freud como Escritor*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 9-236.

MANNONI, Octave.

1969 *Chaves para o Imaginário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973, pp.5-335.

MONZANI, Luiz Roberto.

1991a “A ‘fantasia’ freudiana”. In: PRADO JR., Bento (org.). *Filosofia da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp.73-107.

- 1991b “Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço e perspectivas”.
In: op. cit., pp.111-138.
- MEZAN, Renato.
- 1989 “Metapsicologia/Fantasia”. In: BIRMAN, Joel (org.). *Freud 50 Anos Depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1989, pp.115-132.
- NAGEL, Ernst.
- 1959 “Methodological Issues in Psychoanalytic Theory”. In:
Psychoanalysis, Scientific Method and Philosophy. New York:
Grove Press, 1959, pp. 38-55.
- PRADO JR., Bento.
- 1985 *Alguns Ensaios: Filosofia, Literatura, Psicanálise*. São Paulo: Max
Limonad, pp. 9-263.
- POPPER, Karl.
- 1934 *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1975,
pp.11-567.
- 1962 *El Desarrollo del Conocimiento Científico: Conjeturas y
Refutaciones*. Buenos Aires: Paidos, s/d, pp.1-463.
- RICOEUR, Paul.
- 1966 *Da Interpretação. Ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977,
pp. 11-442.
- SAFOUAN, Moustapha.
- 1986 *Seminário: Angústia, Sintoma, Inibição*. Campinas, SP: Papirus.
- SAPORITI, Elisabeth.
- 1994 *A Cientificidade da Psicanálise: Popper e Peirce*. São Paulo:
Escuta, pp.9-142.
- SCHNEIDER, Monique.
- 1980 *La Parole et l’Inceste*. Paris: Aubier-Montaigne.
- SIMANKE, Richard Theisen.
- 1994 *A Formação da Teoria Freudiana das Psicoses*. Rio de Janeiro:
Editora 34, pp.9-247.
- SKINNER, B.F.

1956 “Critique of Psychoanalytic Concepts and Theories”. In: *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*. Vol.I. Minnesota: University of Minnesota Press, pp. 77-87.

STEIN, Ernildo.

1991 *Epistemologia e Crítica da Modernidade*. Ijuí, RS: UNIJUÍ, pp.7-88.

1993 *Seminário sobre a Verdade: Lições Preliminares sobre o Parágrafo 44 de Zein und Zeit*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.9-343.

TOULMIN, Stephen.

1954 “The Logical Status of Psychoanalysis”. In: *Philosophy and Analysis*. Oxford: Blackwell, 1954, pp.132-9.

WITTGENSTEIN, Ludwig.

1966 *Estética, Psicologia e Religião*. São Paulo: Cultrix, pp.9-115.

TEXTOS DE FREUD CITADOS

Observação: Utilizou-se como referência a Edição das Obras Completas da Amorrortu Editores (Buenos Aires, 1989, 24 vols.), em tradução direta do alemão por José L. Etcheverry, confrontada com a Edição Standard Brasileira da Imago (Rio de Janeiro, 1980, 24 vols.), traduzido do inglês sob a direção de Jayme Salomão. A primeira é identificada pela sigla AE, e a segunda, pela sigla SE.

A Interpretação dos Sonhos (1900-1901). Vols.4 e 5, AE, pp.1-344/345-747; SE, pp.1-360/361-793.

A Psicopatologia da Vida Cotidiana (1901). Vol.6, AE, pp.1-306; SE, pp.13-362.

Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente (1905). Vol.8, AE, pp.1-247; SE, pp.13-290.

Introdução ao Narcisismo (1914). Vol.14, AE, pp.65-98; SE, pp.85-119.

Contribuição à História do Movimento Psicanalítico (1914). Vol.14, AE, pp.1-64; SE, pp.13-82.

O Inconsciente (1915). Vol.14, AE, pp.153-213; SE, pp.183-245.

Pulsões e Destinos de Pulsão (1915). Vol.14, AE, pp.105-134; SE, pp.129-182.

Conferências de Introdução à Psicanálise (1916-1917 [1915-1917]). Vols.15 e 16, AE, pp.1-219/221-461; SE, pp.13-285/287-573.

O 'Estranho' (1919). Vol. 17, AE, pp.; SE, pp.271-318

Dois Artigos de Enciclopédia: "Psicanálise" e "Teoria da Libido" (1923 1922). Vol.18, AE, pp.227-254; SE, pp.283-312.

Podem os leigos exercer a análise? Diálogos com um juiz imparcial (1926). Vol.20, AE, pp.165-224; SE, pp.203-293.

Inibição, Sintoma e Angústia (1926 [1925]). Vol.20, AE, pp.71-164; SE, pp.93-201.

O Mal-Estar na Cultura (1930 [1929]). Vol.21, AE, pp.57-140; SE, pp.73-171.

Novas Conferências de Introdução à Psicanálise (1933 [1932]). Vol.22, AE, pp.1-168; SE, pp.11-220.

Análise Terminável e Interminável (1937). Vol.23, AE, pp.211-254; SE, pp.239-287.

Construções na Análise (1937). Vol.23, AE, pp.255-270; SE, pp.289-304.

Esboço de Psicanálise (1940 [1938]). Vol.23, AE, pp.133-210; SE, pp.163-237.

Algumas Lições Elementares sobre Psicanálise (1940 [1938]). Vol.23, AE, pp.279-288; SE, pp.313-321.

A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess. Rio de Janeiro: Imago, 1986, pp.VI-502. Editado por Jeffrey Moussaieff Masson.